



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

LUCIANA PORTILHO DA SILVA

**EDUCAÇÃO E TRABALHO FEMININO NO ESTADO
DE SÃO PAULO (1940-1960)**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA
AO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA ECONÔMICA.**

PROF. DR. JOSÉ RICARDO BARBOSA GONÇALVES – ORIENTADOR

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA POR LUCIANA PORTILHO
DA SILVA E ORIENTADA PELO PROF. DR. JOSÉ
RICARDO BARBOSA GONÇALVES.**

A handwritten signature in blue ink, reading "José Ricardo Barbosa Gonçalves", is written over a horizontal line.

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
Maria Teodora Buoro Albertini – CRB8/2142 –
CEDOC/INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

Si38e Silva, Luciana Portilho da, 1982-
Educação e trabalho feminino no estado de São Paulo (1940-1960 / Luciana Portilho da Silva. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: José Ricardo Barbosa Gonçalves.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Economia.

1. Gênero. 2. Educação feminina. 3. Mercado de trabalho. 4. Modernização. I. Gonçalves, José Ricardo Barbosa, 1953-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

12-034-BIE

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Female education and labor in the State of São Paulo (1940-1960)

Palavras-chave em inglês:

Gender

Female education

Labor market

Modernization

Área de Concentração: Historia Econômica

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

José Ricardo Barbosa Gonçalves

Marcelo Weishaupt Proni

Enio Passiani

Data da defesa: 08-03-2012

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Dissertação de Mestrado

Aluna: LUCIANA PORTILHO DA SILVA

**“Educação e Trabalho Feminino no Estado
de São Paulo (1940-1960)”**

Defendida em 08 / 03 / 2012

COMISSÃO JULGADORA


Prof. Dr. JOSÉ RICARDO BARBOSA GONÇALVES
Orientador – IE / UNICAMP


Prof. Dr. MARCELO WEISHAUP T PRONI
IE / UNICAMP


Prof. Dr. ENIO PASSIANI
FACAMP

AGRADECIMENTOS

Ao professor Doutor José Ricardo Barbosa Gonçalves, pela orientação do trabalho.

Aos professores Doutores Enio Passiani e Dari Krein pelas contribuições na banca de qualificação e ao professor Doutor Marcelo Proni pela participação na banca de defesa.

Aos demais professores do Instituto de Economia que estimularam instigantes discussões.

À CAPES pelo financiamento de dois anos de estudos para que esta pesquisa fosse realizada.

Aos funcionários da secretaria da pós-graduação e da biblioteca pelos serviços prestados e pela simpatia com que sempre nos atendiam.

Aos meus pais pelo imenso apoio, confiança, estímulo e carinho que dedicaram ao longo de minha vida e nestes anos de mestrado.

Às queridas pessoas que conheci ao longo do mestrado em Campinas e um agradecimento especial à minha turma pelas discussões acadêmicas e pelas conversas descompromissadas, dissolutas e frugais, pelos cafés no Chiquinho, noites no Seu Pimenta, jantares realizados pela melhor cozinheira de Barão Geraldo, jogos assistidos com os maiores torcedores do Corinthians, à mistura de sotaques que tanto enriqueceram meus dias nessas terras quentes, enfim, ao companheirismo e amizade que encontrei em todos vocês!

À Nanda e Juliana que tanta força me deram na finalização da dissertação e pela amizade que encontrei em vocês.

Aos amigos da Terra da Garoa e do Mundo de Ós que me incentivaram antes e durante e comemoraram o depois. Às meninas, aos meninos, à dupla da baixada, aos amigos professores, aos economistas e aos nem tanto assim que sempre tiveram tempo e paciência para ouvir as dúvidas e angústias desta amiga aqui.

E a todos aqueles que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma contribuição à análise da presença da mulher no processo de modernização da sociedade paulista entre os anos 1940-1960, procurando-se verificar a relação entre a modernização, baseada na industrialização, e o direcionamento feminino em busca de emancipação, por meio de dois aspectos fundamentais: educação e trabalho. Para tanto, esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro capítulo faremos uma contextualização histórica do período, apresentando as transformações econômicas e sociais que servirão de base para as análises posteriores. O segundo capítulo tem como foco a participação feminina no ensino superior, verificando aspectos da inserção feminina e para quais cursos eram direcionadas suas aspirações. No capítulo final, verificaremos a participação feminina no mercado de trabalho, em quais setores econômicos se concentrava sua presença e se esta movimentação acompanhou o processo de industrialização do estado de São Paulo. Como fonte de dados serão utilizados os Censos Demográficos organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dos anos 1940, 1950 e 1960, além de informações fornecidas pela Universidade de São Paulo, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Ordem dos Advogados (seção São Paulo) e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do estado de São Paulo.

Palavras-Chave: Industrialização de São Paulo; Modernização; Gênero; Nível Educacional Feminino; Mercado de Trabalho.

Abstract:

This dissertation intends to analyze women's participation in São Paulo's modernization process, from 1940 to 1960, investigating the relationship between modernization based on industrialization and the process of female emancipation, at two fundamental aspects: education and labor. For this purpose, it is divided in three chapters. The first chapter introduces the historical background of the period, discussing the economic and social transformations in course, as a basis for the subsequent analysis. The second chapter focuses on female participation in higher education, verifying the quantitative aspects of female inclusion and the courses they aspired to study. The last chapter analyzes female participation in the labor market, considering the economic sectors in which they were concentrated and verifying their participation in the sectors that most grew with the industrialization of the state of São Paulo. The data source used at this research is the national census, organized by the *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, for the years of 1940, 1950 and 1960. In addition, it brings about informations provided by the *Universidade de São Paulo*, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, *Ordem dos Advogados* (section São Paulo) and the *Conselho Regional de Engenharia do Estado de São Paulo*.

Keywords: Industrialization of São Paulo, Modernization, Gender, Female Education, Labor Market.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Participação dos setores no PIB do Brasil (%)	23
Tabela 2 - Valor adicionado industrial em 1952 e 1961 (Brasil)	24
Tabela 3 - Importação, produção e coeficientes de importação nas indústrias de transformação – Brasil (milhões de Cruzeiros).....	25
Tabela 4 - Modificação da estrutura setorial da indústria de transformação do estado de São Paulo: 1939-1959 (porcentagem do VTI)	31
Tabela 5 - Pessoas de 5 anos e mais, por sexo, segundo instrução.....	52
Tabela 6 - Distribuição percentual da população por curso completo, no estado de São Paulo. ...	52
Tabela 7 - Pessoas de 10 anos e mais que possuem curso completo ou diploma de estudos, por sexo, segundo a espécie do curso ou diploma, no estado de São Paulo.....	55
Tabela 8 - Data de criação das Faculdades.....	56
Tabela 9 - Universidades a que pertencem as Faculdades (1960).....	57
Tabela 10 - Formados pela USP entre 1901-1969.....	58
Tabela 11 - Número de formados na Faculdade de Direito da USP.....	62
Tabela 12 - Número de formados na Escola Politécnica da USP.....	63
Tabela 13 - Número de formados na Faculdade de Medicina da USP.	64
Tabela 14 - Número de formados na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP entre 1939-1969.....	65
Tabela 15 - Distribuição percentual da população feminina por estado civil, com 15 anos e mais, no estado de São Paulo.....	91
Tabela 16 - Composição da população feminina por posição na família, no estado de São Paulo (%).....	93
Tabela 17 - Taxa de atividade feminina segundo posição na família, no estado de São Paulo	94
Tabela 18 - Taxas de fecundidade total no estado de São Paulo	95

Tabela 19 - Participação total no mercado de trabalho de pessoas com 10 anos e mais, por sexo, no estado de São Paulo.....	97
Tabela 20 - Participação feminina no mercado de trabalho, por sexo e por idade, no estado de São Paulo.....	98
Tabela 21 - Estrutura setorial e por sexo, da força de trabalho do estado de São Paulo (números absolutos e porcentagem).	103
Tabela 22 - Mudança percentual da força de trabalho, por sexo e setor, no estado de São Paulo.	104
Tabela 23 - Participação feminina no total da força de trabalho, por setor, no estado de São Paulo.	105
Tabela 24 - Pessoas ocupadas no Secundário I por sexo e posição na ocupação no estado de São Paulo.....	108
Tabela 25 - Pessoas ocupadas no setor Indústria de transformação, por sexo, no estado de São Paulo.....	110
Tabela 26 - Pessoas ocupadas nos Serviços de Produção por sexo e posição na ocupação.....	113
Tabela 27 - Pessoas ocupadas na categoria “profissionais liberais” no estado de São Paulo.	115
Tabela 28 - Profissionais registrados na área de Engenharia no CREA-SP.....	116
Tabela 29 - Advogadas inscritas na Ordem dos Advogados, seção estado de São Paulo.....	117
Tabela 30 - Rendimento mensal das pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo ramo de atividade, no estado de São Paulo, em 1960.	122
Tabela 31 - Rendimento mensal de pessoas com 10 anos e mais, por sexo, segundo grupo ocupacional da Indústria de Transformação, no estado de São Paulo, em 1960.	123
Tabela 32 - Rendimento mensal de pessoas com 10 anos e mais, por sexo, em atividades técnicas, científicas e afins, no estado de São Paulo, em 1960.....	124

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Preferência por faculdade do total de formados pela USP entre 1901-1969.....	59
Gráfico 2 - Preferência por faculdade das formadas pela USP entre 1901-1969.....	61
Gráfico 3 - Número de formados na Faculdade de Direito da USP.	62
Gráfico 4- Número de formados na Escola Politécnica da USP.	63
Gráfico 5 - Número de formados na Faculdade de Medicina da USP.....	64
Gráfico 6 - Preferência feminina entre os cursos da FFCL entre 1939-1969.....	66
Gráfico 7 - Número de formados no curso de Pedagogia da USP.....	67
Gráfico 8 - Número de formados no curso de Ciências Sociais da USP.	67
Gráfico 9 - Número de formados no curso de Letras da USP (total dos cursos).	68
Gráfico 10 - Número de formados no curso de Geografia e História da USP.	69
Gráfico 11 - Número de formados no curso de filosofia da USP.....	70
Gráfico 12 - Número de formados no curso de Física da USP.	71
Gráfico 13 - Número de formados no curso de Matemática da USP.	71
Gráfico 14 - Número de formados no curso de Química da USP.	72
Gráfico 15 - Número de formados no curso de Engenharia Industrial da PUC-SP.	74
Gráfico 16 - Número de formados no curso de Direito da PUC-SP.....	75
Gráfico 17 - Número de formados no curso de Geografia da PUC-SP.	76
Gráfico 18 - Número de formados no curso de Letras da PUC-SP.....	77
Gráfico 19 - Número de formados no curso de Pedagogia da PUC-SP.....	77
Gráfico 20 - Participação feminina no mercado de trabalho por idade, no estado de São Paulo...99	
Gráfico 21 - Participação masculina no mercado de trabalho por idade, no estado de São Paulo.99	

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - UM PERÍODO DE TRANSFORMAÇÕES DO BRASIL E DO ESTADO DE SÃO PAULO	13
1.1. Transformações econômicas: processo, etapas e setores da industrialização brasileira e paulista.	14
1.2. Transformações sociais: aspectos do processo de modernização.	32
CAPÍTULO II – A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ENSINO SUPERIOR	49
2.1. A mulher e a educação	49
2.2. Ensino superior e a participação feminina.....	53
2.2.1. Presença feminina na Universidade de São Paulo.....	57
2.2.2. Presença feminina na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	72
CAPÍTULO III – A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO	79
3.1. A mulher e o mundo do trabalho	79
3.1.1. A evolução dos direitos trabalhistas da mulher	84
3.2. Perfil da mulher paulista.....	89
3.3. A participação feminina nos setores da economia paulista	101
3.3.1. Setor Secundário.....	106
3.3.2. Setor Terciário	111
3.3.3. Rendimentos femininos.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133
FONTES DOCUMENTAIS	139

APÊNDICE A - Número de formados nos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.	141
APÊNDICE B - Número de formados nos cursos da PUC-SP.	143
APÊNDICE C – Rendimento médio mensal segundo anos de estudo no estado de São Paulo em 1960.....	145

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é analisar a presença da mulher no processo de modernização paulista entre os anos 1940 e 1960. Para tanto, procuraremos evidenciar aspectos das referências objetivas da mulher deste período, ou seja, sua inserção no ensino superior e no mercado de trabalho.

É importante ressaltar que esta análise será feita sobre a sociedade paulista, isto porque, já naquele momento, o estado de São Paulo realizava com intensidade um dinamismo que configurava a solidificação de forças produtivas capitalistas. Neste sentido, as possibilidades da mulher de classe média paulistana de realizar escolhas sobre adquirir maior qualificação educacional e sua participação no mercado de trabalho revelavam-se como referência da modernização.

O recorte temporal de estudo aqui proposto toma como base a concepção de que a sociedade brasileira, principalmente a paulista, se encontrava em estado de grande euforia com os novos padrões de consumo, ampliação dos empregos, possibilidade de ascensão social e maior acesso a educação e cultura, favorecidos por mudanças no processo de industrialização, caracterizando um período de modernização. A idéia de progresso passava a ficar fortemente associada à industrialização e urbanização.

Estas transformações econômicas e sociais se refletiram diretamente no papel da mulher dentro da sociedade paulista, como o crescimento de sua participação no mercado de trabalho e nas universidades, expansão da luta pela igualdade de direitos e sua busca por emancipação. Estas reivindicações e transformações foram verificadas em diversos lugares do mundo, resultando que, na década de 1970, a Organização das Nações Unidas (ONU) instaurasse o Ano Internacional da Mulher. A partir de então, as questões femininas iniciaram um período de maior visibilidade não só no cenário internacional como no nacional, reaparecendo estudos sobre temas

como: violência sexual, contracepção, reivindicações concernentes ao mercado de trabalho, dupla jornada e cidadania das mulheres (MATOS, 1997).

A ampliação da presença feminina nos estudos acadêmicos e das próprias transformações nas reivindicações dos movimentos feministas propiciou o surgimento do gênero enquanto categoria de análise histórica. Esta categoria¹, por sua característica basicamente relacional, procura destacar que a construção dos perfis de comportamento feminino e masculino define-se um em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente em um tempo, espaço e cultura determinados (SCOTT, 1991). Esta característica permite avaliar que os processos de dominação e emancipação envolvem relações de interação, conflito e poder entre homens e mulheres, contribuindo para a compreensão de que a subordinação feminina é reproduzida e a dominação masculina é sustentada em suas diversas manifestações ao longo dos anos, incorporando as dimensões subjetiva e simbólica de poder, não se restringindo à dimensão econômica ou às conformações biológicas (ARAÚJO, 2000).

Para Clara Araújo, este conceito é um “importante recurso analítico para pensar a construção/desconstrução das identidades de gênero, isto é, os caminhos através dos quais os tributos e lugares do feminino e do masculino são social e culturalmente construídos, muito mais como significados do que como essência” (ARAÚJO, 2000, p. 69). No entanto, a autora ressalva que em seu percurso analítico tal conceito apresenta certos problemas como:

a ênfase na dimensão subjetiva das relações de poder entre homens e mulheres, desvinculada de bases materiais, (...) nas análises pós-estruturalistas, sobretudo, a dimensão simbólica ganha centralidade e a referência às práticas e relações materiais torna-se opaca (ARAÚJO, 2000, p. 69).

A autora conclui que gênero deixou de ser um conceito meio, isto é, uma forma de ampliar o olhar sobre os atores e compreender a forma como a dominação foi se estruturando nas práticas materiais e na subjetividade humana e se tornou um conceito totalizador, centrado

¹ Destacam-se os trabalhos de Scott, 1988 e 1991; Dias, 1992; Harding, 1986; Perrot, 1984 e 1988; Sader, 1989; Villota, 1999; Waters, 1977; Telles, 1993 e Saffioti, 1979.

praticamente na construção dos significados e símbolos das identidades feminina e masculina. Tais análises correm o risco de abdicar da perspectiva estrutural de um sistema econômico e político mais amplo, implicando também o risco de ignorar os impactos que as relações de classe ou de raça podem vir a ter sobre a situação da mulher (ARAÚJO, 2000).

Diante disto, a teoria marxista trouxe importantes contribuições ao feminismo, podendo-se destacar o enfoque histórico e material que permitiu a desnaturalização da subordinação da mulher e a economia política em relação à interpretação do processo de trabalho capitalista e do trabalho doméstico:

A perspectiva histórica e material possibilita pensar as práticas sociais, a construção das instituições, assim como os valores transmitidos através das gerações como processos mutáveis, que ocorrem via uma agência humana ativa e dinâmica, embora não determinista, como mostrou Marx em O 18 Brumário de Luis Bonaparte. Tal perspectiva é crucial para fugir a enfoques essencialistas sobre a dominação masculina e a subordinação feminina, nos quais as mulheres seriam, desde sempre e por natureza, subordinadas ou diferentes, e os homens, opressores (ARAÚJO, 2000, p. 65).

No entanto, segundo Branca Moreira Alves (1983), a discriminação de sexo, bem como de outras categorias sociais², cuja desvalorização não se expressa unicamente no âmbito das relações de produção, não foi um tema aprofundado pelos teóricos marxistas clássicos. Estes teóricos, “ao denunciar a hierarquização de sexos, centraram-na nas relações de produção, considerando que a contradição homem-mulher seria superada *pari passu* com a superação da sociedade de classes” (ALVES, 1983, p.55). Sendo, portanto, a subordinação da mulher vista apenas como consequência da sociedade de classes, fruto das relações econômicas.

² A autora utiliza a definição do conceito de “categoria social” de Nicos Poulantzas: “Por categorias sociais, poderemos entender, mais particularmente, conjuntos sociais com efeitos pertinentes que podem tornar-se, como Lênin demonstrou, forças sociais cujo traço distintivo repousa na sua relação específica e sobredeterminante com outras estruturas além das econômicas” (POULANTZAS, N. *Poder Político e Classes Sociais*. Porto Portucalense Editora, 1971, p.95-6).

Marx, Engels, Bebel, Lênin não distinguem em suas análises sobre a discriminação da mulher o fato de que o cerne da relação de poder entre os sexos está na divisão de papéis sexualmente definidos, na organização da família e da reprodução humana, na delimitação da esfera doméstica como âmbito específico da mulher, e de que estes fatores não se explicam unicamente pelas relações de produção. Não percebem a ‘culturalização’ das diferenças biológicas, que atribui papéis diferentes e hierarquizados ao homem e à mulher e os legitima como ‘naturais’ (ALVES, 1983, p.55).

Tal “naturalização” da condição feminina foi trabalhada pela teoria feminista, já no século XVIII por Mary Woolstonecraft e Olympe de Gouges³, até as sufragistas, que demonstravam a historicidade da construção das diferenças e hierarquizações de sexos, e que a discriminação se fundamentava na posição de poder do homem, no seu controle sobre as instituições (ALVES, 1983).

A partir da década de 1960⁴, o movimento feminista contribuiu para a ampliação da visão marxista clássica, demonstrando a importância de compreender a ideologia de discriminação, incorporando as experiências de tais categorias sociais também como fatores de mudança social. “São estas categorias sociais portadoras de características físicas e culturais que as distinguem e especificam e que, manipuladas pela ideologia de discriminação, justificam sua maior exploração econômica” (ALVES, 1983, p. 56).

As sociedades se estruturam sobre relações de produção e de reprodução da espécie humana. A divisão de papéis sociais entre o interno e o externo à esfera doméstica, entre o mundo do lar (feminino) e o econômico (masculino), são partes de uma mesma totalidade, impregnada pela ideologia de discriminação de sexo. A dificuldade em se perceber que a organização da reprodução humana dentro da família é uma criação cultural está em que o papel social da mulher é considerado derivado de sua “natureza biológica” (ALVES, 1983, p. 56).

³ A francesa Olympe de Gouges foi uma das dirigentes políticas mais destacadas deste período, tendo escrito a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, em 1791, como réplica à Declaração dos Direitos do Homem, no início da Revolução Francesa. Já a inglesa Mary Wollstonecraft é considerada uma das precursoras do feminismo contemporâneo. Lançou em 1792 a Reivindicação dos Direitos da Mulher, obra na qual defendia o direito da mulher à educação, ao trabalho e à vida pública (Toledo, 2008).

⁴ Para informação sobre outros movimentos feministas ver: ALVAREZ, Ana de Miguel. *O feminismo de ontem e hoje*. Lisboa: Ela por Ela, 2002.

Junto ao movimento feminista, neste mesmo período, outros movimentos sociais de libertação como dos negros e das minorias étnicas e culturais em geral começaram a questionar mais profundamente as bases da discriminação e opressão que sofriam e a formular teorias a partir da compreensão de seus fundamentos culturais ideológicos⁵, a fim de não só explicá-las, mas também combatê-las.

O conceito central nestas análises foi o de patriarcado, entendido como a relação de poder exercido pelo sexo masculino sobre o feminino através da utilização cultural, social e econômica do corpo da mulher pelo homem e controle da reprodução. No entanto, este conceito sozinho não dá conta de explicar a permanência do controle do homem sobre a mulher em todas as formações sociais conhecidas. É necessário aliá-lo à análise das condições históricas determinadas que o produzem e que ele se reproduz (ALVES, 1983).

Porém, nem o patriarcado pode ser entendido como um sistema universal de dominação, nem as relações de poder entre os sexos podem ser entendidos unicamente através das relações de produção. Diante disto:

A teoria feminista marxista, incorporando a metodologia do materialismo histórico, busca distinguir as formas de concretização da relação de poder entre os sexos conforme se estruturam nos diferentes modos de produção, analisando a ordenação da hierarquia sexual em papéis sociais diferenciados, a esfera da família, da produção doméstica e suas transformações históricas. Busca apreender a reprodução ideológica da discriminação de sexo, através dos mecanismos educacionais, das instituições do Estado, do arcabouço legal, que encobrem a hierarquização e a diferenciação de papéis (ALVES, 1983, p. 59).

A aliança entre o marxismo e o feminismo permite compreender o papel social da mulher, a produção doméstica, o controle da reprodução, com referência a um momento histórico determinado, a relações econômicas e ideológicas específicas (ALVES, 1983, p. 60).

⁵ Os trabalhos *Male and Female*, de Margaret Mead, e *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir foram pioneiros nesta área.

Uma importante ressalva que deve ser feita é em relação à distinção entre os conceitos de opressão e exploração. A opressão, atitude de se aproveitar das diferenças entre os seres humanos e colocá-los em desvantagem, gera uma situação de desigualdade de direitos, de discriminação social, cultural e econômica. “(...) é um fator cultural que assume diversas formas segundo o grau de desenvolvimento das forças produtivas em cada lugar e em cada período” (TOLEDO, 2008, p. 15). A existência destes setores oprimidos, marginalizados, é resultado de uma sociedade desigual e dividida em classes e um sistema econômico fundamentado na exploração e submissão de seres humanos. A exploração implica extração da mais-valia no mercado da produção mercantil e separação radical entre o proprietário do capital e o trabalho.

A opressão é uma categoria diferente da exploração. A primeira é cultural e social; gera uma situação de discriminação, atinge mulheres de diversas classes sociais e pode ter efeitos econômicos de maior ou menor peso. A exploração é um fato econômico e dá origem à divisão da sociedade em classes (TOLEDO, 2008, p. 16).

Estes dois conceitos apresentam uma estreita relação, uma vez que a exploração econômica pode se intensificar combinando diversas situações de desvantagem e opressão preexistentes, e abrir caminho para outras novas. No entanto, elas não se desenvolvem como processos totalmente independentes. A exploração é um fato histórico determinado ao qual se subordinam os oprimidos, entre eles as mulheres. Assim, “(...) a opressão, o preconceito, a marginalização fazem com que (a mulher) tenha de enfrentar uma barreira quase intransponível para poder lutar e participar politicamente da sociedade. No caso da mulher negra, essa opressão é agravada com o racismo” (TOLEDO, 2008, p. 17).

A apropriação pelo capitalismo da hierarquização dos sexos intensificou a exploração da mais-valia feminina (como dos grupos étnicos e outros discriminados pelas sociedades de classes), apoiando-se em todo o processo de desvalorização cultural e ideológica herdado de outros modos de produção legitimando ideologicamente esta exploração econômica (ALVES, 1983).

Tal enfoque contribui para a compreensão de que as relações sociais, inclusive entre homem e mulher, são construídas, reproduzidas e transformadas, visto que a natureza humana não é concebida como algo ontológico e imutável, e sim resultado de práticas sociais conflituosas e antagônicas (ARAÚJO, 2000).

A teoria feminista marxista busca, portanto, analisar o cruzamento entre os fatores econômico e ideológico e sua determinação para explicar a relação de poder entre os sexos, compreender a organização doméstica, o sistema educacional, a divisão do trabalho e de papéis sociais, a ideologia da família, as relações de produção e reprodução e como estas se apropriam da ideologia da discriminação, entre outros aspectos. Este é o esforço desta teoria que “utilizando-se do instrumental teórico do materialismo histórico e ampliando o seu alcance no que diz respeito à condição da mulher, vem fazendo para compreender os fatores fundamentais da discriminação de sexo e as formas de sua superação” (ALVES, 1983, p. 61).

Vários estudos já foram realizados no Brasil em relação à situação da mulher e suas relações sociais, entre os quais temos que, nos anos 1970, a questão do trabalho feminino ganhou destaque, em particular o trabalho fabril⁶. Isto devido ao seu papel na vida cotidiana e nas plataformas feministas. No entanto, esta maior preocupação com o mundo do trabalho se deveu a uma maior proximidade de pesquisas de tradição marxista sobre o movimento operário e uma preocupação em identificar os signos da opressão masculina e capitalista⁷ (MATOS, 1997).

Já na década de 80 no Brasil, as abordagens se multiplicaram e passaram a ser analisadas também a presença da mulher no meio urbano, seus papéis e sua inserção no espaço público. Também tiveram destaque estudos sobre o casamento, maternidade e sexualidade da mulher e sua relação entre privado e público e entre o individual e o social. Grande parte destes estudos se concentrou sobre o período colonial e anos iniciais do século XIX. Em relação aos estudos sobre

⁶ Entre os estudos sobre o trabalho fabril feminino os estudos de Banco, 1982; Bruschini, 1982; Costa, 1984; Leite, 1982; Junho Pena, 1981; Souza-Lobo, 1991; Teixeira, 1983 e Hirata, 2007 contribuem significativamente para o debate. Não se pode deixar de ressaltar também o estudo de Silva, 1984 sobre o trabalho feminino no período do Brasil Colonial.

⁷ Sobre a opressão capitalista sobre a mulher verificar as obras: Engels, 1974; Lenin, 1980; Luxemburgo, 1979; Waters, 1977; Reich, s.d.; Kollontai, 1978.

o final do século XIX e começo do século XX, estes priorizaram, além do tema trabalho, as lutas femininas, educação, padrões de comportamento e sexualidade - neste caso, várias análises foram realizadas, principalmente, sobre a prostituição⁸.

Nos anos 90, os estudos se diversificaram em termos de abordagens e períodos e incorporaram a questão da violência numa perspectiva histórica, aprofundaram as questões do imaginário feminino e diversificaram a documentação utilizando música, literatura, cinema e a mídia (MATOS, 2000).

Assim, com todos estes estudos sobre a mulher na sociedade brasileira e nas dinâmicas regionais específicas, procurou-se, e ainda se procura, recuperar a mulher enquanto sujeito histórico no processo de construção da sociedade. Seguindo esta linha, o presente trabalho pretende contribuir para uma melhor compreensão da participação da mulher no processo de modernização e o caminho percorrido na busca por determinada emancipação em meados do século XX no Brasil, com destaque para São Paulo, particularmente no que se refere à educação superior e trabalho. Para tanto, esta dissertação encontra-se estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo aborda as transformações econômicas e sociais que ocorreram nesse período com o intuito de contextualização histórico-econômico para as análises que faremos nos capítulos seguintes. A primeira parte corresponde ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil estabelecendo o marco teórico e temporal do trabalho. O processo de industrialização, suas etapas e os principais setores que caracterizaram a modernização do país e do estado de São Paulo, contribuirão para que seja estabelecida a relação entre o desenvolvimento destes setores econômicos e a inserção feminina no mercado de trabalho com a ampliação de vagas e ocupações demonstrada no capítulo três. Na segunda parte deste mesmo capítulo serão apresentados os aspectos das transformações sociais e a modernização pela qual passou a sociedade brasileira, mais especificamente paulista, nesse período. A intenção é traçar um panorama do processo de

⁸ Análises sobre sexualidade feminina podem ser encontradas em Gaiarsa, 1986; Khel, 1998; Muraro, 1983. Já a relação com a prostituição, destacaria Margareth Rago 1985 e 1991. Sobre o tema mulher e educação, sugere-se verificar Blay e Lang, 1984; Blay, 1981 e Rosemberg, 1982. O trabalho de Hahner (1981) sobre as lutas sociais e políticas enfrentadas pelas mulheres em fins do século XIX e começo do XX trouxe uma importante contribuição sobre movimentos femininos e lutas sociais. As pesquisadoras Saffioti, 1995 e Sohiet, 1989 publicaram trabalhos tidos como referência sobre o tema violência contra as mulheres.

urbanização e crescimento de São Paulo como centro urbano, e as consequências dessa nova configuração, tais como o aumento do nível educacional da população, novos meios de comunicação e difusão cultural, maior mobilidade social e transformações na organização familiar, ou seja, espaços onde a mulher teceu novas relações sociais.

O segundo capítulo apresentará a educação feminina, atentando principalmente à de nível superior, como referência objetiva do desenvolvimento da mulher deste período. O capítulo será dividido em duas partes que discorrerão sobre o nível educacional da população feminina. A primeira seção apresentará as peculiaridades da instrução feminina durante os anos de sua formação. A segunda seção discorrerá sobre sua inserção no ensino superior, apresentando, primeiramente, dados de todo o estado de São Paulo e, em seguida, dados mais específicos sobre a presença feminina na Universidade de São Paulo (USP) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), visto que estas eram as principais universidades do estado neste período. Para tal análise serão utilizados os dados dos Censos Demográficos do estado de São Paulo organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas entre os anos 1940, 1950 e 1960 com o intuito de apresentar uma visão geral do nível educacional feminino no estado. Os dados da USP foram fornecidos pela Pró-Reitoria de Graduação da USP e disponibilizadas na tese de doutorado de Cecília Cerdeira (2001). Através destas informações serão demonstradas as quantidades de formadas e formados nas faculdades de Medicina, Direito, Escola Politécnica (Poli) e Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Os dados referentes aos estudantes da PUC foram fornecidos pela Central de Ex-alunos, com base em seu banco de dados de ex-alunos, e dizem respeito aos cursos de Engenharia Industrial, Direito, Geografia, Letras e Pedagogia.

No terceiro e último capítulo será apresentada a inserção da mulher no mercado de trabalho entre os anos 1940-1960, suas profissões e cargos, decorrentes ou não de seu nível de instrução, e, conseqüentemente, a sua inserção no processo de desenvolvimento econômico que o estado de São Paulo seguia, os novos setores que surgiam e a redefinição dos que já existiam. Este capítulo se divide em três seções: a primeira busca apresentar a condição feminina no mundo do trabalho, apresentando a discussão teórica sobre a divisão sexual do trabalho, além das modificações jurídicas realizadas em âmbito internacional e nacional sobre os direitos das trabalhadoras nos anos aqui estudados. Após a análise, será traçado o perfil da mulher paulista no

período, demonstrando características como taxa de fecundidade, estado civil e posição na família, e, na seção seguinte, a participação feminina nos setores da economia do estado de São Paulo.

Como fonte de dados serão utilizados os Censos Demográficos e Industrial do Estado de São Paulo entre os anos 1940 e 1960, por estes trazerem os dados mais completos para a análise que se pretende fazer do período estudado. Também foram utilizadas informações fornecidas pela Ordem dos Advogados do estado de São Paulo (OAB-SP) sobre a quantidade de advogadas registradas no Conselho Profissional no período, bem como informações do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do estado de São Paulo (CREA-SP) para analisar a quantidade de mulheres engenheira registradas entre os anos 1940-60.

A análise sobre a participação da mulher nos setores da economia demonstrada no capítulo três tem como base a metodologia elaborada por Madeira e Singer (1973) para a verificação da evolução da estrutura de emprego feminino no Brasil. Tal metodologia será transposta aqui a fim de analisar esta evolução no estado de São Paulo, permitindo com isto verificar o grau de absorção de força de trabalho feminina (entendida como o conjunto de pessoas ocupadas) pelos diversos setores de produção.

Em relação à metodologia de coleta e interpretação dos dados, os autores revelam certa preocupação, pois com os dados disponíveis sobre este período “torna-se impossível fazer uma distinção entre artesanato e produção fabril ou entre agricultura de subsistência e agricultura de mercado” (MADEIRA; SINGER, 1973, p.10). Como este conhecimento é relevante para conhecer a integração da mulher no mercado de trabalho, eles tentam contornar tal problema de duas maneiras: a primeira foi analisar dados segundo a posição do trabalhador na ocupação, na qual, em geral, tem-se que os ocupados na economia de subsistência e os artesões encontram-se classificados como “trabalhadores por conta própria” ou “trabalhadores familiares não remunerados”, e os ocupados na economia de mercado, na categoria de “empregados” e “empregadores” (MADEIRA; SINGER, 1973).

Outro procedimento adotado foi um maior detalhamento da divisão dos setores de atividade da economia, permitindo avaliar melhor o impacto do desenvolvimento econômico sobre a estrutura de emprego feminino. O setor Primário não será objeto de análise neste trabalho,

visto que o foco aqui é entender a participação feminina em funções predominantemente urbanas. O setor Secundário ficou dividido em Secundário I para atividades industriais, como extração mineral, indústria de transformação, construção e serviços de utilidade pública; e Secundário II, com a seleção dos dados de serviços de reparação (MADEIRA e SINGER, 1973).

Para o setor Terciário elaboramos uma distinção entre atividades que são, em certa medida, complementares à produção de bens materiais. As que contribuem para sua distribuição, chamamos “Serviços de Produção”, e subdividimos nos setores “Comércio de mercadorias”, “Comércio de Imóveis, valores mobiliários, crédito etc.” e “Transportes e Comunicações”. As que atendem diretamente às necessidades do consumidor, chamamos “Serviços de Consumo”, subdividindo-se em duas categorias: “Coletivos”, que atendem coletivamente as necessidades do consumidor, tais como Administração Pública e Atividades Sociais; e os “Individuais”, que atendem ao consumidor isoladamente, incluindo aqui “Serviços Pessoais” e “Profissionais Liberais”.

Segundo os autores, “este procedimento com relação ao Terciário adquire relevância no estudo da força de trabalho feminina, porque permite conhecer o quanto de mulheres está nos setores produtivos e quanto se acha empregado nos setores não produtivos” (MADEIRA; SINGER, 1973, p. 15). Esta metodologia permitirá verificar o grau de absorção de força de trabalho pelos diversos setores de produção, localizando os setores que absorvem o maior número de mulheres. Os dados sobre a força de trabalho masculina também não poderiam deixar de ser analisados, visto que, sendo a força de trabalho composta por grande maioria masculina, as transformações estruturais do emprego podem ser melhor analisadas comparando em conjunto a composição, por sexo e por setor.

Em suma, esta dissertação tem a pretensão de apresentar uma modesta contribuição a um tema de tão grande amplitude multidisciplinar, que é a participação feminina no processo de modernização de uma determinada sociedade. Com respaldo em alguns teóricos, que no século XIX defendiam que o grau de emancipação de uma mulher é o mais importante indicativo do grau de desenvolvimento geral de uma sociedade, procuremos analisar se o desenvolvimento econômico paulista contribuiu no direcionamento feminino em busca de sua emancipação entre

os anos 1940-1960, verificando dois aspectos fundamentais para este processo: o nível educacional feminino e sua participação no mercado de trabalho. Pretende-se, com isto, observar se houve uma modernização da mulher e se essa acompanhou os rumos que o processo de desenvolvimento que a sociedade paulista seguia.

CAPÍTULO I - UM PERÍODO DE TRANSFORMAÇÕES DO BRASIL E DO ESTADO DE SÃO PAULO

O presente capítulo tem como propósito apresentar a contextualização de alguns aspectos das transformações econômicas e sociais que ocorreram entre os anos 1940-60, que tenham maior relevância para as análises que se seguirão nos capítulos seguintes. Para tanto, ele se divide em duas seções: a primeira corresponde ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, estabelecendo o marco teórico e temporal do trabalho. O processo de industrialização, suas etapas e os principais setores que caracterizaram a modernização⁹ do país e do estado de São Paulo contribuirão para que seja estabelecida a relação entre o desenvolvimento destes setores econômicos e a inserção feminina no mercado de trabalho com a ampliação de vagas e ocupações demonstradas no capítulo três. A segunda seção demonstrará alguns aspectos das transformações sociais e da modernização pela qual passou a sociedade brasileira e, mais especificamente, a paulista neste período. A intenção é traçar um panorama do processo de urbanização e crescimento de São Paulo como centro urbano e as consequências dessa nova configuração, tais como aumento do nível educacional da população, maior mobilidade social e transformações na organização familiar, ou seja, espaços onde a mulher teceu novas relações sociais.

⁹ Sobre o processo de modernização brasileiro, ver: Cardoso, 1980; Schwarz, 2000; Faoro, 1994 e Mello; Novais, 2009.

1.1. Transformações econômicas: processo, etapas e setores da industrialização brasileira e paulista.

Primeiramente, gostaríamos de salientar que o nascimento das economias capitalistas exportadoras fez com que o modo de produção capitalista se tornasse dominante na América Latina, mas não fez com que se constituíssem simultaneamente as forças produtivas capitalistas. A reprodução ampliada do capital não estava assegurada endogenamente devido à ausência das bases materiais de produção de bens de capital e outros meios de produção, abrindo-se um período de transição para o capitalismo que se deu sob a dominação do capital (MELLO, 1986).

A industrialização capitalista, portanto, deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mais precisamente como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção, ao que é impropriamente chamado de capitalismo industrial (MELLO, 1986, p. 97).

Por forças produtivas capitalistas, Mello considera “um tipo de desenvolvimento das forças produtivas cuja natureza e ritmo estão determinados por um certo processo de acumulação de capital”. Este conceito existe na medida em que se define a partir de “uma dinâmica da acumulação especificamente capitalista, que vai muito além do aumento do excedente por trabalhador derivado da introdução do progresso técnico”. A constituição destas forças produtivas capitalistas dá-se em termos de processo de criação das bases materiais do capitalismo, com a constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital (MELLO, 1986, p. 97).

Deste modo, segundo o autor, a industrialização capitalista na América Latina é específica e está duplamente determinada, tanto por seu ponto de partida, como economias exportadoras capitalistas, quanto por seu momento, em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, ou seja, a economia capitalista já está plenamente constituída. É a esta industrialização capitalista que o autor chamará retardatária.

No Brasil, o capital industrial nasceu da grande acumulação exercida pelo setor cafeeiro, visto que os lucros dos cafezais não retornavam em sua totalidade para a reprodução e ampliação dos mesmos, devido a este tipo de cultura estar vinculado a um período de maturação considerável e depender também de disponibilidade de terras para a expansão das plantações. O capital cafeeiro passava, então, a ser empregado no núcleo produtivo do complexo exportador e no segmento urbano em atividades comerciais, financeiras e de transporte.

Entre 1890 e 1894 a taxa de acumulação financeira ultrapassou a taxa de acumulação produtiva, sendo necessário apenas que os projetos industriais garantissem uma taxa de rentabilidade positiva para receberem investimentos. Esta rentabilidade era garantida pela queda na taxa de salários, provocada pela abundante oferta de mão de obra, pelo alto grau de proteção e por isenções tarifárias concedidas à importação de máquinas e equipamentos, que seguiram sendo vantajosas mesmo com as desvalorizações cambiais. Assim, “o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação” (MELLO, 1986, p. 100, 101).

Com esses incentivos, a indústria de bens de consumo assalariado se instalou, facilitada pela baixa relação capital/trabalho. Já a criação de um setor industrial de bens de capital encontrou enormes barreiras para sua constituição, visto que, no momento de constituição do nosso capitalismo, a Grande Depressão pela qual passavam os países desenvolvidos causou um conjunto de transformações e inovações industriais que alteraram o caráter da indústria de bens de produção. Estas agora passavam a se organizar sobre pesadas exigências de escala mínima e grau de investimento elevado, tendo como consequência a monopolização dos principais mercados industriais (AURELIANO, 1981).

Essas novas bases da indústria de transformação representavam grande risco para uma economia atrasada como a brasileira. Já a indústria de bens de consumo corrente apresentava uma tecnologia relativamente simples, com facilidade de importação de equipamentos e volume de investimento inicial acessível à economia brasileira (MELLO, 1986). A instalação desta indústria encontrava respaldo no grande interesse dos empresários do café em garantirem o esquema de reprodução do capital cafeeiro, no que se referia ao custo de reprodução da força de trabalho

(TAVARES, 1998). Até 1920 não havia estímulos à busca de diversificação industrial, sobre o que Liana Aureliano considera:

As exigências de pronta e total mecanização, escalas mínimas consideráveis e investimento inicial de porte elevado, confrontadas com um mercado de dimensões regionais, explicam porque surgem poucas grandes empresas nos mercados industriais fundamentais, especialmente no têxtil (AURELIANO, 1981, p. 33).

O setor industrial dependia, portanto, do capital cafeeiro, no que se referia à capacidade de importar gerada pelo setor exportador, para que pudesse se expandir fisicamente e ampliar sua capacidade produtiva. Tampouco era capaz de criar seu próprio mercado, fazendo com que sua expansão inicial dependesse de mercados criados direta ou indiretamente pelo complexo exportador, mesmo que fosse pela via do gasto público ou da expansão da urbanização (TAVARES, 1998).

Conforme dados apresentados por Liana Aureliano, a diversificação da indústria de bens assalariados se deu através do maior desenvolvimento da indústria de tecidos de lã, seda natural, tecidos de malha, produção de vários artigos como fogão, lâmpadas elétricas, esmalte etc., e da indústria de alimentos, se expandindo para a produção de óleos vegetais e conservas de animais e vegetais. Esta diversificação e a expansão de seus mercados elevou a produção deste setor industrial a uma taxa de cerca de 6% ao ano. Assim, a indústria de bens de consumo assalariado se expandiu consideravelmente durante os anos 1920 com a indústria paulista seguindo neste mesmo rumo. Nesta década, a indústria paulista¹⁰ se diversificaria ainda mais por meio da implantação de políticas destinadas ao departamento de bens de produção, entre eles a indústria de cimento e aço, motores elétricos, máquinas e fibras químicas para o setor têxtil etc. Uma diversificação e modernização do parque industrial à frente do restante do país. Apesar de ainda

¹⁰ Sobre a evolução dos setores e ramos industriais até 1940, ver JOBIM, José. *El Brasil industrial en 1940*. Rio de Janeiro: s.c.p., 1940; e JOBIM, José. *História das indústrias no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1941.

limitado, o desenvolvimento desta indústria teve grande relevância para que, nos períodos posteriores, o capital industrial se tornasse independente do capital mercantil exportador.

Desta maneira, Tavares (1998), concordando com Mello (1986), afirma que o modo de produção capitalista se tornou dominante no Brasil devido à própria expansão cafeeira, no entanto, esta não fez com que as forças produtivas capitalistas capazes de reproduzir endogenamente o conjunto do sistema se constituíssem, por não haver bases materiais de produção de bens de capital e outros meios de produção.

Quando os preços do café passaram a baixar devido à superacumulação do produto, em um movimento contrário, a rentabilidade da indústria começou a se elevar, contribuindo para a manutenção da taxa de acumulação da economia por determinado tempo. Quando realmente se instalou a crise, os dois setores foram prejudicados. Contudo, a dificuldade de importar acabou por beneficiar a indústria, que passou a utilizar sua capacidade ociosa, aumentando a lucratividade das empresas, desencadeando, desta forma, a expansão da economia sobre novas bases (MELLO, 1986). Segundo Liana Aureliano, no período seguinte, entre os anos 1930-37, houve uma crise de hegemonia, que teria como desdobramento o surgimento de uma nova forma de Estado, essencial para a transição capitalista. Com a Revolução de 1930, a burguesia cafeeira foi definitivamente retirada de sua posição de controle sobre o Estado. Apesar disso, nenhuma outra classe se tornou hegemônica a fim de sucedê-la no poder. Essa disputa foi travada entre as oligarquias regionais com grandes dificuldades em estabelecerem alianças diante da nova conjuntura (AURELIANO, 1981). Durante esse período iniciou-se uma modificação na estrutura e forma de atuação do Estado, atingindo também o processo de reprodução das classes, conduzindo a uma alteração nas próprias bases de reprodução do capital e de divisão social do trabalho:

Inicia-se um processo que conduzirá, paulatinamente, à conformação de frações autônomas de classe, e, mais ainda, à conformação de frações nacionais de classe. Se é verdade que esse processo político, deflagrado pela atuação estatal, se faz já no momento de ruptura da economia exportadora capitalista, ele de algum modo antecede e estimula aquela que será a real base econômica da formação nacional das classes – a integração do mercado nacional nos marcos da industrialização (AURELIANO, 1981, p. 105).

Segundo a autora, este momento foi de formação de um verdadeiro Estado nacional, avançando em relação às classes, se antecipando a elas e estimulando sua constituição.

Em suma, os anos da Grande Depressão não foram favoráveis à exportação de capital, levando o Brasil a ter grandes dificuldades com a mobilização de capitais e com a capacidade para importar. A quebra da hegemonia da burguesia cafeeira com a emergência de um novo quadro político e as rupturas das articulações externas da economia brasileira foram decisivas para que o capitalismo brasileiro entrasse em um novo momento de desenvolvimento, a chamada Industrialização Restringida durante o período entre 1937 até o começo da década de 1950.

Nessa etapa do desenvolvimento capitalista no Brasil deu-se uma nova dinâmica de crescimento industrial, tendo o processo de acumulação de capital sendo determinado pela demanda efetiva do setor urbano. No entanto, não foi suficiente para que a capacidade produtiva aumentasse e nem gerou grandes mudanças tecnológicas, visto que o desenvolvimento das forças produtivas e os suportes internos da acumulação urbana foram insuficientes para a implantação da grande indústria de base, continuando endógenos os limites à reprodução ampliada do capital industrial nacional (TAVARES, 1998).

Há industrialização, porque a dinâmica de acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial (MELLO, 1986).

Durante o período de industrialização restringida, o Estado passaria a tratar determinados problemas regionais como questões nacionais, inclusive propondo soluções no âmbito nacional. Desta forma, a questão da industrialização passou a ser considerada como prioridade nacional, com o governo federal a frente desse desenvolvimento. Essa mudança foi relevante para

compreender o significado do desenvolvimento industrial de São Paulo, que não mais se subordinava à dinâmica cafeeira, mas, sim, à lógica da expansão da economia nacional, sendo o centro dominante e de concentração dos principais resultados da industrialização (NEGRI, 1996).

No que tange ao estado de São Paulo, durante os anos da industrialização restringida, a taxa de crescimento industrial permaneceu acima da média nacional. Entre 1939-49 houve elevação da taxa de crescimento, ficando o estado com 9,8% a.a. e 7,8% a.a. para as demais regiões do país, contribuindo ainda mais para a concentração industrial de São Paulo, que em 1939 era de 40,7%, passando para 48,9% em 1949 (CANO, 1985).

Dentro deste crescimento, o setor de bens de consumo assalariado cresceu menos do que os demais setores, apresentando uma taxa de crescimento médio anual para o Brasil, sem o estado de São Paulo, de 5,4% em 1949, enquanto no estado de São Paulo, a taxa foi de 8,5%. Os setores de bens intermediários e de bens de capital e consumo duráveis cresceriam mais rapidamente tanto em São Paulo quanto nas demais regiões, impulsionadas pelas restrições às importações com a crise do setor externo e da Segunda Guerra Mundial. A indústria de bens intermediários paulista teve um crescimento médio anual de 12,7% entre 1939-49. Enquanto as demais regiões agregadas seguiram com taxa de 7,7% a.a. No setor de bens de capital e de consumo durável o crescimento do estado foi menor do que das demais regiões, com a taxa de 8,9% para São Paulo; e 10,3% para o restante do país entre 1939-49 (CANO, 1985).

Cano (1985) apresenta dados que possibilitam a compreensão do grau de concentração industrial de São Paulo. No setor de bens de consumo não-duráveis, São Paulo apresentou uma participação de 37,6%, em 1939. Na indústria têxtil, de 51,2%, em 1939, elevou-se para 55,4% em 1949; no mobiliário, de 26,7% para 41%; e no setor de alimentos se manteve em torno de 25% a participação no total nacional até 1939, saltando para 35,3%, em 1949. No setor de bens intermediários, a taxa de crescimento industrial passou de 40,9% em 1939 para 51,9%, em 1949, sendo os principais os ramos da química, borracha e papel e celulose e metalurgia.

Diante do cenário exposto, ao final do período de industrialização restringida, o estado de São Paulo se encontraria com uma base produtiva industrial de grandes proporções e diversificação, responsável por 47,2% da produção de bens de consumo não-duráveis, 53,2% do

produto gerado pelo setor de bens intermediários e por 76,6% do total da produção de bens de capital e consumo duráveis (NEGRI, 1996), caracterizando, assim, um ritmo elevado de crescimento e concentração industriais.

Em suma, a dinâmica do crescimento continuou com o setor de bens de consumo assalariado, com empresários nacionais, tecnologia simples e as empresas geralmente sendo pequenas ou médias. Além disto, este setor e o de bens de produção continuaram sendo protegidos da competição externa devido à baixa capacidade para importar, que se estendeu até o fim da 2ª Guerra Mundial. Segundo Tavares, apenas em 1947 o crescimento da produção industrial se acelerou a ponto de ultrapassar o montante absoluto das importações em alguns ramos da indústria. Para a autora, “o ponto central é que este incremento de produção permite, pela primeira vez na história da indústria, reproduzir conjuntamente a força de trabalho e parte do capital constante industrial, num movimento endógeno de acumulação” (TAVARES, 1998, p. 133).

A fase seguinte do processo de industrialização, que se iniciou na década de 1950, trouxe um novo padrão de acumulação e desenvolvimento industrial, em que o Brasil se empenhou em reproduzir o padrão de industrialização e consumo dos países centrais, com grande entrada de empresas multinacionais, e implementou as indústrias de bens de produção e bens de consumo duráveis, com destaque para a automobilística, período este denominado “industrialização pesada”.

Lessa (1983) distingue dois momentos de hegemonia da política de desenvolvimento industrial ao longo da década de 1950. O primeiro momento, de 1951 até 1954, quando foram lançadas as bases instrumentais para o desenvolvimento industrial, constituindo-se de políticas de estímulo como os investimentos feitos no setor de transportes e energia. Através dos estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e da promessa de crédito externo de US\$500 milhões, foram elaborados planos para melhoramento desses setores, como o Plano Nacional Rodoviário, ampliação energética da região Nordeste, constituição do Fundo Federal de Eletrificação, reequipamento parcial da Marinha Mercante e do sistema portuário.

No segundo momento, de 1955-60, o governo de Juscelino Kubitschek implementou o Plano de Metas, direcionando os esforços governamentais para a construção de setores de bens de produção. Para Lessa, o Plano constituiu uma resposta ao modelo de desenvolvimento via substituição de importações, que já se encontrava em sua fase final. Nesse período houve uma contingente mobilização a favor da industrialização, ficando em segundo plano políticas relacionadas ao processo inflacionário, desequilíbrio externo e disparidades regionais e setoriais. Já nos anos iniciais da década de 1960 houve uma mudança na política econômica brasileira, tanto devido à redução dos estímulos oriundos do estrangulamento externo, quanto ao aumento da inflação; o desenvolvimento industrial ficou em segundo plano, passando para o primeiro a preocupação com o movimento inflacionário, e, a longo prazo, com o desenvolvimento regional e modificação do setor agropecuário (LESSA, 1983).

O Plano de Metas iniciou um novo ciclo de industrialização, com um novo perfil de diferenciação industrial por meio de investimentos maciços tanto do Estado quanto das empresas multinacionais, voltado ao desenvolvimento de setores estratégicos da economia brasileira, a saber: energia, alimentação, transportes, indústria de base e educação, além da construção da nova capital do país, Brasília. A ideia geral do plano era elevar o padrão de vida dos brasileiros ao máximo compatível com as condições de equilíbrio da economia e estabilidade social.

A implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, entre 1956 e 1961, correspondeu a uma verdadeira ‘onda de inovações’ schumpeteriana: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo ‘salto tecnológico’; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente. Há, portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineiam um processo de industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados (MELLO, 1996, p. 117).

A aceitação geral do Plano pela população e classe empresarial se deu, segundo Lessa, porque em 1956 a economia brasileira apresentava desequilíbrios constantes devido ao estancamento do setor externo e o novo ciclo expansivo da produção interna de café; a presença

de significativos desequilíbrios fiscais não intimidou a formulação de um programa que propunha investimentos que implicariam elevação dos gastos públicos com o intuito de um substancial avanço da industrialização, que até esse momento havia se constituído com vários pontos de estrangulamento.

O apoio empresarial para o desenvolvimento de indústrias intermediárias básicas foi contundente para o Plano. As políticas de estímulo a essa industrialização se davam principalmente em setores menos relevantes e com grande dependência de matérias-primas e demais insumos importados. A instalação de um setor siderúrgico havia diminuído essa dependência, e a construção da Petrobrás, em 1954, visava solucionar o problema do abastecimento de combustíveis. No entanto, a indústria intermediária não havia, de modo geral, acompanhado o crescimento do setor de bens de consumo. Para o autor, “diante da pouca agressividade revelada pela indústria privada nestas faixas, já se vinha criando um estado empresário industrial para preencher a lacuna, o que minimizava as resistências” (LESSA, 1983, p. 31). Assim, o setor industrial não tinha motivos para se opor à adoção de um programa com intenções corretivas.

Este período teve como características principais o tipo de crescimento da capacidade produtiva à frente da demanda pré-existente e o caráter concentrado no tempo do bloco de investimentos. Soma-se a isto o fato de que os empresários nacionais careciam de instrumentos prévios de mobilização e centralização de capital, necessários a uma concentração de recursos, além da estrutura técnica e financeira dos novos capitais não poder ser obtida a partir da simples expansão e diversificação da estrutura produtiva existente. Para Tavares (1998), esses fatos são a razão da forte presença do Estado e do caráter dominante do capital estrangeiro nesse ciclo de industrialização.

O BNDE criado anos antes, em 1952, se tornou o principal agente financiador de inúmeras indústrias, principalmente nas áreas de energia elétrica e siderurgia. Com isso, houve uma grande alteração na composição setorial da indústria. Com as políticas desse plano se completou a instalação das indústrias de material elétrico pesado e construção naval, além de máquinas e equipamentos, que possibilitaram a expansão do grupo de indústrias produtoras de

bens de capital e de consumo duráveis. Além disso, também foram implantadas e expandidas as indústrias de bens intermediários como a siderurgia, papel e celulose, materiais não ferrosos, petróleo e química pesada (NEGRI, 1996).

Como resultado, houve uma forte aceleração da economia depois da implantação do Plano de Metas, confirmadas pelo comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), que, em 1956, foi de 2,9%, subindo para 7,7% em 1957; 10,8% em 1958; e nos anos 1959 e 1960, 9,8% e 9,4%, respectivamente (VILLELA, 2005).

Nesse período, o país passou por mudanças estruturais expressivas, que podem ser percebidas através do percentual de participação dos setores de atividade no PIB, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Participação dos setores no PIB do Brasil (%)

Setores	1950	1955	1960
Agropecuária	24,3	23,5	17,8
Indústria	24,1	25,6	32,2
Serviços	51,6	50,9	50

Fonte: Villela, 2005, p. 49.

Em 1950, a agropecuária correspondia a 24,3% do PIB, próximo ao percentual da indústria, que era 24,1%; já o setor de serviços representava 51,6%. A partir do Plano de Metas, este cenário se modificou. O setor agropecuário caiu para 17,8% em 1960 e o setor industrial subiu para 32,2%, sendo que deste montante, 25% eram referentes à indústria de transformação, ficando claro o avanço do setor manufatureiro em detrimento do setor primário.

Essa modificação se deu principalmente com um aumento da taxa de investimento dos setores de infra-estrutura básica e manufatureiro, que passou de 13,5% em 1955, para 15,7%, em

1960 (VILLELA, 1996). Dentro dos subsetores industriais, os que mais progrediram foram os de bens duráveis e de capital.

Tabela 2 - Valor adicionado industrial em 1952 e 1961 (Brasil)

Subsetor	Particip. % 1952	Particip. % 1961	Tx. cresc. anual, 1952-61, %
Não-duráveis	55,4	40	7,7
Duráveis	6	12	18,2
Intermediários	32,5	35,7	12,8
Capital	6,1	12,3	20,3
Total	100	100	11,6

Fonte: Villela, 2005, p. 51

As mudanças setoriais na estrutura da indústria de transformação, que estava mais diretamente ligada ao processo de substituição de importações, podem ser verificadas na tabela abaixo, que indica as modificações significativas entre 1948 e 1961, tanto no que diz respeito às importações de cada setor quanto em sua produção em nível nacional:

Tabela 3 - Importação, produção e coeficientes de importação nas indústrias de transformação – Brasil (milhões de Cruzeiros)

Ramos da indústria de transformação	1949				1958				1961				Porcentagem da importação sobre o total (produção total mais importação)		
	Import.	%	Produção	%	Import.	%	Produção	%	Import.	%	Produção	%	1949	1958	1961
Metalurgia	2.334	13,5	8.137	7,7	10.237	12,6	76.977	11,0	35.221	16,3	266.030	13,4	22,3	11,7	11,7
Mecânica	3.032	17,5	1.719	1,6	12.480	15,4	17.577	2,5	41.754	19,4	48.468	2,4	63,8	41,5	46,3
Material elétrico e de comunicações	1.218	7,0	1.502	1,4	4.773	5,9	31.163	4,4	17.088	7,9	84.171	4,2	44,8	13,3	16,9
Material de transporte	3.232	18,6	2.477	2,3	20.590	25,3	46.850	6,7	37.189	17,2	163.185	8,1	56,6	30,5	18,6
Química e farmacêutica	3.809	22,0	9.196	8,7	23.424	28,8	93.934	13,4	54.566	25,3	259.459	12,9	29,3	20,0	17,4
Transformação de minerais não metálicos	542	3,1	4.835	4,6	1.826	2,2	33.701	4,8	4.078	1,9	88.751	4,4	10,1	5,1	4,4
Papel e cartolina	226	1,3	2.132	2,0	1.134	1,4	20.427	2,9	4.821	2,2	62.135	3,1	9,6	5,3	7,2
Borracha	22	0,1	1.722	1,6	972	1,2	13.890	2,0	6.796	3,2	39.573	2,0	1,3	6,5	14,7
Madeira	37	0,2	3.634	3,4	180	0,2	17.934	2,6	352	0,2	51.106	2,5	1,0	1,0	0,7
Têxtil	1.319	7,6	20.026	19,0	578	0,7	98.941	14,1	1.702	0,8	269.738	13,4	0,2	0,6	0,6
Vestuário, calçado etc.	7	-	4.649	4,4	3	-	26.177	3,7	11	-	68.114	3,4	0,2	-	-
Produtos alimentícios	1.362	7,8	34.302	32,5	4.002	4,9	159.068	22,6	9.301	4,3	411.669	20,5	3,8	2,5	2,2
Bebidas	82	0,5	3.348	3,2	485	0,6	18.083	2,6	1.366	0,6	51.345	2,6	2,4	2,6	2,6
Fumo	6	-	1.475	1,4	18	-	9.270	1,3	6	-	-	-	0,4	-	-
Editorial e gráfica	69	0,4	3.031	2,9	501	0,6	16.363	2,3	1.377	0,6	148.404	7,3	2,2	3,0	1,0
Mobiliário	6	-	1.781	1,7	2	-	13.553	1,9	5	-	-	-	0,3	-	-
Couros e peles	50	0,3	1.630	1,5	69	0,1	8.876	1,3	57	-	-	-	3,0	0,7	-
Total	17.353	99,9	105.596	99,9	81.274	99,9	702.784	100,1	215.690	99,9	2.012.148	100,2	15,6	11,3	9,7

Fonte: Anuários de Produção Industrial e do Comércio Exterior. Elaboração: Tavares, 1973.

Em 1949, duas indústrias, somadas, eram responsáveis por mais de 50% do valor da produção total das indústrias de transformação brasileira, sendo elas a de alimentos e a têxtil. As demais indústrias apresentavam participação inferior a 10%. Em 1958 a participação destas duas indústrias caiu para 36%; em 1961, chegou a 34% do valor total da produção, demonstrando certa ampliação da estrutura produtiva.

As indústrias mecânicas, metalúrgicas, de material elétrico, transporte e química tiveram uma elevação considerável. A esse grupo de empresas, Tavares (1973) nomeou como indústrias dinâmicas, cujo conjunto apresentou elevação de sua participação de 22% em 1949, para 41% em 1961. Esta expansão verificada na produção resultou em uma queda dos coeficientes de importação do conjunto. A indústria mecânica apresentou uma leve queda em 1958, mas, em 1961, esse fator subiu consideravelmente e a participação na produção declinou. A indústria de material de transporte foi a que apresentou melhores resultados, estimulado pela implantação do parque automobilístico nacional.

A indústria de material elétrico teve queda de 70% no coeficiente de importação, a maior entre os setores. Segundo Tavares (1973), essa intensa substituição ocorreu devido à implantação das indústrias eletrodomésticas e de material e equipamento leve. Quando a substituição nos ramos mais leves praticamente se concluiu, a indústria como um todo perdeu parte de seu dinamismo, segundo os dados de 1961.

Continuando a análise no conjunto das indústrias tradicionais de alimentos, bebidas, fumo, couros e peles, têxtil, vestuário, madeira, mobiliário e editorial, denominadas por Tavares como indústrias vegetativas, passaram de um total de 70% em 1949, para 49% em 1961, em participação na produção nacional. A autora ressalta que isto não significa que estas indústrias não tenham expandindo sua produção, mas que o seu ritmo foi muito mais lento do que o das dinâmicas, por isso o termo “vegetativa”. Porém, as importações desses produtos industriais eram extremamente baixas em 1949, o que demonstra que o processo de substituição de importações para este grupo já se encontrava praticamente concluído. As únicas duas indústrias que tiveram

mais importância nesse processo foram a de alimentos e têxtil, embora na indústria têxtil as importações tivessem baixado mais acentuadamente, caindo para menos de 1%, em 1958/1961.

Como indústrias intermediárias, temos as de transformações de minerais não-metálicos, papel, papelão e borracha, que aumentaram sua participação na produção, passando de 8% em 1949, para 10% em 1961. Os resultados em termos de substituição de importação foram satisfatórios para a transformação de minerais não-metálicos. Seu coeficiente de importação caiu mais de 50% de 1949 a 1961. Para a indústria de papel e papelão, o resultado foi menos satisfatório; já para a indústria da borracha o resultado foi totalmente insatisfatório, pois embora apresentasse no começo do período um dos coeficientes mais baixos de importação, a expansão de sua capacidade produtiva ficou aquém do ritmo de crescimento do consumo nesse setor, decorrendo daí o aumento do coeficiente de importação, que chegou a atingir 15% do valor total da oferta do setor em 1961.

Para Tavares, pode-se dizer que, de modo geral, houve um grande esforço de substituição de importações no período analisado, realizado por quase todas as indústrias de transformação. Assim, “do esforço de substituição de importações realizado nas indústrias de transformação resultaram mudanças acentuadas na estrutura produtiva e na correspondente estrutura de importações” (TAVARES, 1973, p. 96).

Apesar da elevada taxa de crescimento da economia brasileira nesses anos e da diversificação do setor industrial, o processo de desenvolvimento econômico foi desequilibrado. No que tange à área setorial, Tavares (1973) argumenta que toda a ênfase foi concentrada no setor secundário, especialmente nas indústrias de transformação, e do próprio terciário, que se beneficiou dos investimentos em infraestrutura, transporte e energia, e alguns setores de serviços e da Administração Pública.

A implementação do Plano de Metas foi um reflexo da aplicação de maior racionalidade e modernização do sistema capitalista no Brasil, tendo como resultado o crescimento do setor industrial brasileiro, maior diversificação das exportações, elevação do ingresso de capital estrangeiro, aumento da inflação e deslocamento da força de trabalho do campo para a cidade.

Em suma, a partir de 1956 surgiu um novo padrão de acumulação na economia brasileira, determinado endogenamente, proporcionando grandes investimentos que alteraram a estrutura do sistema produtivo e ampliaram sua capacidade produtiva à frente da demanda existente. Essa expansão estava apoiada no Estado e no novo capital estrangeiro, que se transferiu sob a forma de capital produtivo. A entrada de grandes empresas estrangeiras promoveu também o crescimento do capital industrial nacional, visto que a demanda derivada dessas empresas estimulou o surgimento, crescimento e modernização da pequena e média empresa nacional (TAVARES, 1998).

Assim, temos que entre os anos 1956 e 1962 situou-se a primeira fase de industrialização pesada, caracterizada por investimentos decorrentes do Plano de Metas que levaram à expansão da economia, apoiada principalmente nas indústrias de bens de produção e intermediários. Já na segunda fase, de 1962 até 1967, houve uma desaceleração do ritmo de crescimento da indústria e da construção civil. De acordo com Cano:

O enorme esforço de inversão a que foi submetido o país, sua estreita base técnica industrial, o desajuste entre a oferta e a demanda industriais, *vis à vis* o nível e a distribuição da renda e a deficiência do sistema financeiro, conduziram a economia a uma grave crise de realização de seu crescente potencial de acumulação, entre 1962 e 1967 (CANO, 1985, p. 252).

No entanto, a partir de 1967 até 1973 a economia voltou a se recuperar caracterizando um ciclo de expansão em decorrência de um conjunto de reformas econômicas, flexibilizando as políticas fiscais e monetárias do segundo governo militar, assim como de condições mais favoráveis no mercado internacional (NEGRI, 1996).

Este desempenho da indústria nacional aprofundou ainda mais a concentração industrial no estado de São Paulo, que, segundo Negri (1996), em 1949 era responsável por pouco menos da metade do produto industrial brasileiro. Já em 1959, este valor aumentaria para 55,6%, atingindo 58,2% do total em 1970. Com isto, a taxa média de crescimento real da indústria paulista foi de 9,2% neste período, ficando acima da taxa média do restante do país, que foi cerca

de 7%. Será neste estado que se notará com mais clareza os efeitos dos investimentos do Plano de Metas e, conseqüentemente, alteração em sua estrutura industrial, com ampliação dos ramos mais dinâmicos como setor de bens intermediários e de bens de capital e consumo duráveis.

A forte concentração industrial em São Paulo também se favoreceu por sua posição geográfica, situada próxima aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, região em que se estabeleceram as maiores taxas de crescimento da renda, e que também estavam mais bem estruturados de acordo com os requisitos do investimento industrial, impulsionando, assim, a ampliação da produção de bens duráveis. Neste período, percebe-se uma tendência em todo o território nacional dos ramos que produzem bens de consumo ceder lugar aos ramos que produzem bens de produção, com destaque para uma maior intensidade no estado de São Paulo.

Em geral, a participação dos 5 setores mais importantes que produziam bens de consumo em São Paulo caíram de 47,3%, em 1949, para, 34,9%, em 1959, sendo que a participação dos 6 setores mais importantes que fabricavam bens de produção subiu de 34,9%, em 1949, para 42,7% em 1959, acompanhando, assim, o desenvolvimento industrial do país (SINGER, 1977).

Houve, portanto, uma alteração significativa na estrutura industrial paulista, sendo ampliado o peso dos setores mais dinâmicos de bens intermediários, de bens de capital e de consumo duráveis. Isto se deu em decorrência da implantação de diversos programas do Plano de Metas, que trouxe investimentos estrangeiros e a expansão de empreendimentos públicos e privados nacionais para o estado de São Paulo. Como exemplo tem-se o parque automobilístico e de autopeças construído na região do ABC, refletindo diretamente nos setores de bens de capital e de consumo duráveis. A expansão da indústria mecânica e também da indústria de materiais elétricos, concentrada principalmente na capital, representaram, juntas, mais de 10% do produto industrial nacional.

Segundo Cano (1985), a participação da indústria de transformação paulista na economia total do país aumentou de 48,9%, em 1949, para 55,6%, em 1959. Dentre os setores que compõem esta indústria, o de bens de produção e de consumo duráveis apresentou maior elevação de sua participação, que subiu de 69,7% para 82%, de 1949 até 1959, com uma taxa média anual de crescimento de cerca de 20%. O setor de bens intermediários manteve

praticamente o mesmo nível com taxa de participação em torno de 52%, e taxa de crescimento similar à nacional. Já a taxa do setor produtor de bens de consumo não-duráveis subiu de 44,6% para 48,7% nesse período, sendo apenas ligeiramente menor do que as taxas dos demais setores.

A despeito da concentração industrial em São Paulo, cabe ressaltar que as demais regiões do país também receberam incentivos em decorrência do Plano de Metas e outras políticas de industrialização deste período, apresentando também um crescimento industrial significativo. No entanto, foi no estado de São Paulo que se percebeu os maiores efeitos de encadeamentos dos investimentos do Plano de Metas. Na tabela seguinte é possível ver mais claramente o processo de diversificação da estrutura industrial no estado de São Paulo:

Tabela 4 - Modificação da estrutura setorial da indústria de transformação do estado de São Paulo: 1939-1959 (porcentagem do VTI) ¹¹

Grupos e ramos de indústrias selecionados	1939	1949	1959
Têxtil	27,8	22,2	12,5
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	5,2	4,2	3,6
Alimentos	14,5	14,8	12,3
Outros	14,8	14,3	11,2
I - Produtores de bens de consumo não-duráveis	62,3	55,5	39,6
Química	11,6	7,4	10,2
Minerais não-metálicos	5,8	7,4	6,1
Metalurgia	6,5	9,5	9,5
Outros	2,1	9,4	9,8
II - Produtores de bens intermediários	26	33,7	35,6
Mecânica	-	3,1	4,9
Material de transporte	10,5	3,2	11,9
Material elétrico	-	2,6	5,7
Outros	1,2	1,9	2,3
III - Produtores de bens de capital e consumo duráveis	11,7	10,8	24,8
Total	100	100	100

Fonte: FIGBE - Censos Industriais de 1940, 1950, 1960 e 1970. Elaborado por Negri (1996)

Esta tabela apresenta a diminuição no peso relativo do setor de bens de consumo não-duráveis, que passou de 62,3% em 1939, para 36,6% em 1959, efeito da queda dos ramos que o compõe, com destaque para o têxtil, que passou de 27,8% para 12,5% no período. O setor de bens intermediários, bens de capital e consumo duráveis apresentaram elevação de suas taxas. Este

¹¹ Valor de Transformação Industrial (VTI) é um conceito definido pelo IBGE, que mede a diferença entre o valor bruto da produção industrial (VBPI) menos os custos de operações industriais (COI), em que VBPI é a totalidade das transferências com vendas e estoques e COI são os custos com matéria-prima, combustível, energia, máquinas e equipamentos de produção, serviços de reparo e manutenção.

primeiro, passando de 26% para 35,6%, e o segundo com elevação da taxa de 11,7% em 1939, para 24,8% em 1959.

Esta primeira fase de industrialização pesada no país, e principalmente em São Paulo, significou um período de consolidação das bases materiais de uma sociedade industrial e urbana. Esse novo modelo de industrialização propiciou condições para o desenvolvimento de novos serviços de apoio à produção, como serviços de transportes, comunicações, intermediação financeira etc. Entre os impactos na sociedade paulista em consequência da forte industrialização estão a intensa migração em direção às cidades, a alterações nos hábitos de consumo a partir da industrialização e o exponencial crescimento da região da Grande São Paulo e sua consolidação como metrópole.

1.2. Transformações sociais: aspectos do processo de modernização.

As transformações sociais de meados do século XX ocorreram com extrema rapidez e maior abrangência social em grande parte dos países do Ocidente; no Brasil não foi diferente. Muitos que viveram esta época não captaram toda a extensão de tais transformações, pois as vivenciaram gradualmente ou não concebiam a idéia de que fosse permanente. Entre as principais mudanças apontadas por Hobsbawm (1994) estão o declínio do campesinato e aumento da urbanização, a ampliação dos níveis educacionais e sua abrangência na população, a situação dos operários e maior participação das mulheres na vida pública.

Para o autor, a principal mudança nesta metade do século XX foi a “morte do campesinato”. A previsão de Marx de que a industrialização eliminaria o campesinato estava se concretizando em países de rápida industrialização, mas também houve o declínio da população agrícola em países subdesenvolvidos. No fim da Segunda Guerra Mundial a população agrícola na América Latina era mais da metade, sendo em alguns países, maioria absoluta da população ocupada. Esta porcentagem de agricultores caiu pela metade em vinte anos na Colômbia (1951-

73), México (1960-80) e quase isto no Brasil (1960-1980), sendo que em 1970 não havia, na América do Sul, nenhum país em que os agricultores não fossem minoria (HOBSBAWM, 1994).

Com esta migração para as cidades, o mundo na segunda metade do século XX se tornou urbanizado, e mesmo nos núcleos do interior rural as pessoas se mudavam dos campos para as cidades, inclusive para a cidade grande da região, fazendo com que já nesta época começassem a surgir as grandes conglomerações urbanas. Esta urbanização exigiria mudanças e adaptações para receber este contingente populacional como melhoria no transporte urbano, comércio e lazer (HOBSBAWM, 1994).

Outro fator tão importante quanto o declínio do campesinato nas transformações sociais ocorridas nesse período foi o crescimento de ocupações que exigiam educação secundária e superior. A educação básica já era tida como uma aspiração fundamental em todos os governos, e não podia deixar de ser também no Brasil. A educação superior, que até então era negligenciada na maior parte dos países, com exceção dos EUA, tinha o número de estudantes se elevando extraordinariamente, inclusive no Brasil.

Segundo Hobsbawm (1994), a economia moderna exigia muito mais administradores, professores e especialistas técnicos do que no passado, e as escolas de educação superior vinham funcionando como escolas de formação para o serviço público e profissões especializadas. As famílias viam no ensino superior a melhor maneira de seus filhos conquistarem uma renda maior e, acima de tudo, uma condição social melhor. Este aumento no nível estudantil da população não resultou apenas em uma melhor qualificação profissional e perspectivas de ascensão social. Em muitos lugares do mundo os estudantes universitários engrossavam movimentos de contestação da ordem social estabelecida, descobrindo “que, afinal, podiam pedir mais da nova sociedade do que tinham imaginado” (HOBSBAWM, 1994, p. 296).

A classe operária industrial não sofreu tantos impactos até 1980, quando começou a declinar rapidamente, de acordo com o autor. Mesmo com as transformações técnicas da produção, a classe operária em escala global permaneceu estatisticamente estável, e em alguns países recém-industrializados da Europa, do Terceiro Mundo, como Brasil, México e Índia, entre

outros, e no Japão, o número de operários cresceu notadamente. A sensação de declínio da classe operária se deu devido a mudanças de sua estrutura e do processo de produção.

Um fator que afetou a classe operária, e também outros setores sociais, foi a ampliação da participação da mulher, principalmente de mulheres casadas, no mercado de trabalho. Hobsbawm (1995) constata que nos EUA, em 1940, as mulheres casadas que trabalhavam por salário correspondiam a menos de 14% do total da população feminina, sendo que entre 1950 e 1970 este número quase duplicou. O autor ressalta que a mulher no mercado de trabalho não era uma novidade, pois desde o século XIX era possível encontrá-las trabalhando em escritórios, lojas e setor de serviços como centrais telefônicas e assistência social, no entanto, estas mulheres geralmente eram jovens e solteiras.

A entrada das mulheres casadas no mercado de trabalho e a expansão da educação superior impulsionaram o florescimento dos movimentos feministas, pelo menos nos países ocidentais típicos, como avalia Hobsbawm, embora, em geral, estes movimentos pertencessem à classe média educada. Nos EUA das décadas de 1950 e 1960, a entrada destas mulheres de classe média no mercado de trabalho tinha um forte cunho ideológico, pois suas motivações nesses ambientes geralmente não eram econômicas. Já as mulheres de classe mais baixa saíam para trabalhar no lugar dos filhos, visto que o trabalho infantil nos países do Ocidente estava declinando e, em compensação, havia a necessidade de dar melhor educação para esses jovens, acarretando um fardo financeiro mais pesado do que em épocas anteriores. Isto dificilmente teria acontecido se não houvesse uma diminuição do número de filhos, mecanização das tarefas domésticas e aumento de alimentos pré-prontos para facilitar a vida dessas donas de casa.

Para as mulheres casadas, cujo marido recebia uma renda que fosse compatível com o estilo de vida da família, a esposa trabalhar fora geralmente não contribuía muito para a renda familiar, pois o salário pago às mulheres era muito inferior ao dos homens, principalmente se fosse necessário contratar alguém para cuidar da casa e dos filhos. No entanto, o autor argumenta que o aumento destas mulheres casadas no trabalho pago não tinha relação necessária com uma visão da posição social ou dos direitos das mulheres, mas que talvez este fenômeno se desse

devido à pobreza, preferência dos patrões por operárias por serem mão-de-obra mais barata ou ao crescente número de famílias sendo chefiadas por mulheres.

Essas mudanças no comportamento feminino alcançavam tanto a vida privada quanto a pública, com as mulheres ampliando sua participação no mercado de trabalho e também no âmbito político. Os políticos começavam a dar mais atenção à opinião feminina, principalmente os partidos de esquerda, que haviam perdido eleitores com o declínio da classe operária.

(...) o que mudou na revolução social não foi apenas a natureza das atividades da mulher na sociedade, mas também os papéis desempenhados por elas ou as expectativas convencionais do que devem ser esses papéis, e em particular as suposições sobre os papéis públicos das mulheres, e sua proeminência pública (HOBBSAWM, 1994, p. 306).

No Brasil, tais transformações sociais se tornavam cada vez mais proeminentes. A modernização através da industrialização, urbanização e novos padrões de consumo trouxe a ampliação dos empregos, a possibilidade de ascensão social e maior acesso à educação e cultura. Sevcenko (2006) avalia que estas mudanças estimuladas pelo dinamismo das transformações sociais internacionais afetavam diversos âmbitos da vida social, desde noções de hierarquia, relação com o tempo e espaços, até maneiras das pessoas organizarem suas afeições.

Segundo Gilberto Freyre, travava-se, na sociedade brasileira do início do século XX, uma batalha para o rompimento entre o novo e o antigo, manifestando-se nas novas aspirações vindas com a República e na dificuldade de ruptura dos laços com a Monarquia, na idealização dos valores urbano-industriais, mas havendo ainda parcial influência do patriarcalismo agrário. Para ilustrar este período conflituoso de rompimentos, Gilberto Freyre (2004) utilizou como exemplo o gosto dos brasileiros pelas fotografias, pois passavam a dar preferência aos retratos de crianças, ao invés da figura do ancião, do antepassado. Para o autor, isto seria uma exaltação do futuro maior que a exaltação do passado, um favorecimento da novidade republicana e desprestígio da tradição monárquica. Embora essa ruptura não fosse de todo visível.

Outro exemplo que o autor utilizou para ilustrar a relação de transição entre o antigo e o novo foram os fabricantes e importadores de máquinas, que apesar de anunciarem ser portadores de inovações técnicas adaptáveis a uma situação brasileira de maior progresso industrial,

acrescentavam ser continuadores de fabricantes ou importadores de máquinas menos adiantadas, mantendo assim uma ligação com o tradicional, pois pretendiam aperfeiçoar as atividades de produção já existente, ao invés de trazerem atividades novas à indústria nacional. Portanto, no período que se inicia na Abolição da Escravidão e se estende pelas primeiras três décadas do século XX, a ordem estabelecida se manteve em certo grau, pois não houve uma ruptura total das influências monárquicas, havendo ainda fortes traços do que era tradicional. O olhar se lançava para o futuro, mas um pé ainda se mantinha no passado.

Já a partir da década de 1940, percebem-se rápidos avanços produtivos da industrialização, conforme descritos na seção anterior, os quais foram acompanhados por mudanças estruturais na sociedade brasileira, como a urbanização, aumento das possibilidades educacionais e profissionais para homens e mulheres. O número de pessoas que deixavam o campo em busca de uma vida melhor na cidade se intensificou a cada ano, pois novas oportunidades de trabalho e investimentos estavam sendo criadas com o advento da industrialização e urbanização acelerada.

De fato, nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e rápido num processo dramático de transformações de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até de reflexos instintivos (SEVCENKO, 2006, p. 7 e 8).

Entre estas transformações, a urbanização encontra lugar de destaque, visto que com o processo de industrialização, intensificaram-se as transformações na distribuição geográfica da população brasileira, contribuindo para o crescimento dos centros urbanos, principalmente São Paulo. Concomitantemente, surgiam os núcleos sulinos à base da economia de mercado interno, atuando como fornecedor de mantimentos à população da própria região, como para os centros urbanos vizinhos. No Norte e Nordeste, os núcleos urbanos se desenvolveram com base nas economias exportadoras de borracha e cana-de-açúcar, respectivamente.

A aceleração no processo de unificação do espaço econômico, ou seja, dos mercados de capital e trabalho foi acompanhado por migrações internas, foi facilitado pelo crescimento

vegetativo da população durante esse período, e a queda da imigração de estrangeiros, acabou por fornecer mão-de-obra para as áreas de concentração do desenvolvimento industrial (PATARRA, 1984). Passou-se a perceber uma maior migração de pessoas provenientes das zonas de café do estado para a zona urbana. No período que se estende entre 1931-1940, chegaram a São Paulo cerca de 185.000 imigrantes estrangeiros e cerca de 450.000 migrantes nacionais, principalmente provenientes do Nordeste (TAVARES, 1998).

A redistribuição populacional foi consequência tanto da concentração das atividades econômicas mais dinâmicas em áreas específicas, quanto dos efeitos do processo de urbanização, que implicou deslocamentos sucessivos e constantes da população rural para o ambiente urbano. Considerando os dados do Censo, aproximadamente 75% da população brasileira era classificada como rural em 1940, se tornando pela primeira vez maioria urbana em 1970, quando os dados registraram 52% da população como urbana (habitavam núcleos com mais de 2000 habitantes).

O processo migratório não se deu apenas com a massa rural. Os médios proprietários rurais, que perderam espaço com a mecanização do campo, também se direcionaram para os centros urbanos e sua migração exigiu uma solução para o processo de mobilidade social descendente sofrido por essa parte da antiga classe agrária. Segundo Saes (1985), aos ‘aristocratas empobrecidos’, a estrutura econômico-social urbana reservou os melhores cargos da burocracia de Estado, as profissões liberais e os postos de direção na administração privada.

(...) os laços familiares e sociais entre essas camadas ‘despossuídas’ e a classe dominante agrária, assim como sua participação comum num mundo de valores ‘aristocráticos’ e pré-industriais, incitaram as oligarquias à prática do apadrinhamento; esta exprimia a imposição oligárquica de critérios tradicionais e pré-industriais de recrutamento ao mercado urbano de trabalho ‘não-manual’ (SAES, 1985).

Dentro do contexto das mudanças da sociedade brasileira, as camadas médias urbanas apresentaram grande importância como elemento dinâmico do setor terciário. Para Décio Saes, essas camadas eram compostas pelos setores da população urbana que, não sendo detentores do capital, realizavam trabalhos não-manuais, predominantemente, tanto trabalho por conta própria

quanto vendendo sua mão-de-obra a terceiros. Era composta por vários grupos sociais, entre eles: profissionais liberais; funcionários públicos que não participavam diretamente do processo de produção; trabalhadores da indústria, comércio e bancos que desempenhavam serviços de escritório (SAES, 1985).

A distinção da classe média se dava, apesar da pluralidade de hierarquias, na repulsa ao trabalho manual e, conseqüentemente, a valorização do trabalho não manual. A formação dessa nova classe média junto ao processo de urbanização ficava associada a novos modos de vida que se diferenciavam nas atitudes, padrões de valores, maiores oportunidades de emprego, de ascensão social, maior exigência em relação à qualidade de vida e à educação, vista como o caminho para a liberação do trabalho manual (SAES, 1985).

Décio Saes ressalva que o desejo de ascensão social também fazia parte das aspirações da massa rural que migrava para as áreas urbanas, no entanto, as condições sócio-culturais impediam seu acesso aos melhores cargos da burocracia do Estado e do setor de serviços, restando, portanto, o trabalho operário ou as modalidades com menos prestígio de “trabalho não-manual”.

O rápido crescimento urbano associado a um desequilibrado desenvolvimento das cidades, expansão parcial dos serviços e maior comercialização de bens de consumo não duráveis e bens duráveis de menor preço favoreceram, apesar do baixo nível de renda da maioria da população, a ampliação do mercado de massa de bens de consumo (BALTAR, 2003). O problema do desequilíbrio social parece ter se agravado nesse processo de desenvolvimento econômico, devido, em grande parte, à incapacidade dos setores dinâmicos da economia criarem oportunidades de emprego no mesmo ritmo do crescimento da população economicamente ativa (TAVARES, 1973).

Na indústria de transformação, setor mais dinâmico da economia nesse período, entre os anos 1954 e 1958, verificou-se uma aceleração no crescimento da manufatura que atingiu uma taxa média anual de 9,7%, no entanto, o emprego cresceu a uma taxa de 0,2% ao ano. A única indústria em que a taxa de emprego foi maior que a do crescimento da população foi na metalúrgica. Nas indústrias têxtil, alimentícia, madeireira e química, apesar da produção

continuar em expansão, a taxa de emprego caiu em termos absolutos nesse período (TAVARES, 1973).

O mercado de trabalho desse período era caracterizado por uma alta rotatividade de trabalhadores nos postos de trabalho, muitas vezes sem a delimitação de campos específicos de qualificação (BALTAR, 2003). O setor de bens de consumo não-duráveis foi responsável pelo maior número de postos de trabalho, tendo 55% do pessoal ocupado na indústria de transformação de São Paulo, em 1949. O setor de bens intermediários concentrava cerca de 35%, e o de bens de capital e bens duráveis respondia por cerca de 10% (NEGRI, 1996).

A baixa taxa de emprego na década de 1950, segundo Tavares, se deve menos ao surgimento de setores com alta intensidade de capital e mais à modernização de setores tradicionais de produção com um aumento na intensidade de capital, que substituiu grande parte da mão-de-obra (TAVARES, 1998).

O desenvolvimento urbano industrial brasileiro, contou com significativa presença de uma grande massa rural pobre. A não realização de uma reforma agrária e a disponibilidade de crédito mais barato e assistência técnica promoveu uma intensa modernização da produção agrícola que favoreceu o desenvolvimento de indústrias químicas e mecânicas vinculadas à agricultura, assim como o processamento industrial de produtos agrícolas. Segundo Baltar (2003), essa modernização conservadora e a implantação do estatuto do trabalhador rural provocaram a expulsão da população excedente das grandes propriedades rurais, contribuindo para a formação do trabalhador volante morador de rua, em pequenos aglomerados de população, que realizava, em geral, trabalho assalariado barato de bóia-fria na agroindústria e em épocas de colheita agrícola. Desta maneira,

(...) o desenvolvimento urbano industrial não acabou com a pobreza rural. Criou novas formas de pobreza agrícola, atrelada a baixos salários e trabalho muito irregular na agroindústria e, principalmente, reproduziu a pobreza nas cidades, não valorizando o trabalho urbano com o aumento da produtividade e concentrando a apropriação do acréscimo da renda nos 5% da população mais rica (BALTAR, 2003, p. 50).

Essa desvalorização do trabalho atingiu praticamente todos os tipos de trabalhadores, mas, principalmente, os trabalhadores manuais qualificados e os não-manuais em funções de comércio e escritórios (MELLO; NOVAIS, 2009). Já os trabalhadores com formação em nível superior presenciaram uma valorização de seus salários, principalmente os que ocupavam altos cargos em organizações públicas e privadas. Como resultado verificou-se, “uma distribuição de rendimentos do trabalho muito assimétrica, dispersa e desigual, em que $\frac{3}{4}$ dos ocupados detinham rendimento inferior ao nível médio (...)” (BALTAR, 2003, p. 51).

Baltar (2003), no entanto, ressalta que no período até 1964 o poder público se empenhou em conquistar legitimidade tentando regular a compra e venda de trabalho, com a implantação do décimo terceiro salário e o salário família, além da legislação do trabalho constituída na década de 30 e referenciada na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), bem como na tentativa de aumento do salário mínimo no final da década de 1950. Assim, a industrialização e o desenvolvimento da economia nacional promoveram uma diversificação e integração das atividades econômicas, mas a expansão do emprego provocada não foi capaz de absorver a totalidade da população ativa, ou colaborar para um aumento no nível de renda geral da população.

As transformações observadas na sociedade brasileira, nestes anos, se estenderam também para a área da educação, fazendo com que o “antigo sistema de ensino criado e organizado para atender às necessidades de minorias privilegiadas fosse sendo substituído por um novo sistema de ensino, relativamente aberto no plano formal, e tendencialmente, acessível à maioria da população” (BEISIEGEL, 1984, p. 383).

O crescimento do ensino primário pode ser observado pelo crescimento do número de matrículas da população em geral, que, segundo dados do Censo, era em 1920 de 3,4%, passando para 7,4% da população brasileira matriculada no ensino primário em 1940, chegando a 10,6% e 14,7%, em 1960 e 1970, respectivamente.

Este crescimento considerável foi, em parte, consequência de uma série de medidas adotadas com o objetivo de incluir os adultos que não cursaram o ensino primário durante a idade correspondente. Campanhas e programas, como “Campanha de Educação de Adultos” (1947), de

âmbito nacional, direcionados à educação supletiva de adolescentes e adultos através da criação de serviços de ensino supletivo em todas as unidades da Federação estenderam oportunidades de acesso à educação comum a setores da população antes excluídos do sistema escolar (ROMANELLI, 1978, p. 75).

Durante este período, o ensino primário comum infantil e o ensino primário comum supletivo ampliaram as oportunidades de ingresso no ensino comum, sendo considerável a diminuição das taxas de analfabetismo da população brasileira. Segundo dados do Censo, em 1940, 56% da população brasileira com 15 anos ou mais era analfabeta, caindo essa taxa para 39% em 1960. O ensino médio também apresentou crescimento no número de matrículas efetuadas no período, tanto em números absolutos quanto em relação à totalidade de habitantes, sendo que, em 1940, a população brasileira era de cerca de 41 milhões de habitantes e 0,63% desta população possuía nível médio de ensino, passando estes números para cerca de 70 milhões de habitantes e 1,68% dos brasileiros com ensino médio, em 1960.

Um estudo realizado por Beisiegel em 1964 analisou a expansão da rede de escolas públicas de ensino secundário no estado de São Paulo entre 1940-1962. Nesse estudo observaram-se as consequências do desenvolvimento da sociedade capitalista na região, através da transformação do modo de vida com o preponderante aumento da população urbana, as novas profissões nos empreendimentos públicos e privados que surgiram na indústria, comércio e serviços, a ampliação da perspectiva de mobilidade social vertical devido ao aumento de ocupações socialmente mais prestigiadas que os trabalhos manuais. A transformação na estrutura ocupacional alterou os padrões do status social e profissional, refletindo no entendimento de que a escola secundária seria um caminho possível para esta ascensão e conquista destes novos padrões.

A gradual generalização destas expectativas de ascensão determinaria, assim, a crescente procura de oportunidades de matrícula no ensino secundário. O ginásio, gradualmente, vai perdendo a antiga condição de escola que atendia às necessidades de ilustração e encaminhamento escolar das camadas superiores e passa a representar, para as diferentes camadas sociais o meio de conquista de novas e melhores posições na sociedade em transformação. Em 1940 havia no Estado 41 ginásios públicos, 3 na capital e 38 no interior. Em 1962, a rede de escolas oficiais de ensino secundário contava com 561

estabelecimentos criados: 96 na capital e 465 nos municípios do interior (BEISIEGEL, 1964, p. 131).

Tais expansões no ensino de nível médio e o exame do ensino supletivo apresentaram grande contribuição para o aumento da taxa de brasileiros que ingressaram no ensino superior, tendo o número de matrículas nos 5 principais cursos (Direito, Filosofia, Engenharia, Economia e Medicina) saltado de cerca de 16 mil matrículas em 1940 para cerca de 71.600 em 1960, chegando a um número próximo de 112.700 matrículas em 1964 nas universidades do país.

A expansão da grande empresa estatal e privada e a administração dos serviços públicos eram vistas como espaços para a alocação dessa mão de obra qualificada, fundamentada no ensino secundário e superior. No entanto, Mello e Novais (2009), argumentam que o valor social das profissões se sobrepunha ao valor mercantil, sendo a família, o Estado, a vida religiosa ou escolar consideradas como formas superiores de existência em relação às atividades dos negócios.

Neste âmbito, a mulher de classe média também passou a frequentar cursos profissionalizantes e universitários e, apesar da grande maioria das estudantes ainda se concentrar no magistério e na faculdade de filosofia com o intuito de lecionar, é possível verificar, como será exposto no capítulo seguinte, que se iniciava uma lenta, porém significativa procura por outras áreas, principalmente as ligadas à administração e comércio. Esta tendência também foi verificada na participação feminina no mercado de trabalho. Na classe mais baixa encontrava-se o migrante rural e os descendentes de escravos, que trabalhavam, predominantemente, na construção civil. No entanto, a aspiração destes era a ascensão social por via do trabalho na indústria ou nos serviços organizados, visto que estes representavam acesso aos direitos trabalhistas garantidos pelo primeiro governo de Getúlio Vargas e possibilitavam a incorporação, mesmo que com certos limites, dos padrões de consumo e estilo de vida modernos. Para tanto, estas famílias de classes baixas contavam com o auxílio da mulher, como empregada doméstica ou operária, e dos filhos que, geralmente, trabalhavam em escritórios de empresas (MELLO; NOVAIS, 2009).

A penetração dos valores capitalistas não encontrou dificuldade na sociedade brasileira devido à sua funcionalidade para o desenvolvimento econômico, mas vale ressaltar que estes não devem ser confundidos com os valores modernos, que surgem, de um lado, da Reforma Protestante e da Igreja Católica, e de outro, do racionalismo ilustrado nos países desenvolvidos. E são estes valores modernos não-capitalistas que, corporificados em instituições, seguram o funcionamento desregulado e socialmente destrutivo do capitalismo (MELLO; NOVAIS, 2009)

(...) Apenas a vida em família não é mais governada pelo passado, pela tradição, senão que pelo futuro, pela aspiração à ascensão individual, traduzida antes de tudo pela corrida ao consumo. O valor do ócio, que marcou tão profundamente nossa formação cultural, se transfigura na idéia tão contemporânea do trabalho como meio de obtenção do conforto material. Ao mesmo tempo, a desvalorização do trabalho, herança da escravidão, se redefine no julgamento de cada ocupação de acordo com suas características mais ou menos prazerosas, isto é, conforme a visão, também contemporânea, da hierarquia capitalista do trabalho... o valor da hierarquia – que entre nós, se assentou basicamente na riqueza e na renda, pois nunca tivemos uma autêntica aristocracia, e sim um senhorio que vivia da produção mercantil – reaparece no valor da concorrência, que selecionaria “superiores e inferiores” de acordo com seus méritos e dons (MELLO; NOVAIS, 2009, p.43).

Desta forma, esses valores não se configuraram na sociedade brasileira. O que houve foi um movimento de moralização, de uma ética fundada nos valores modernos que surgem, de um lado, na nossa “reforma católica” que agiu sobre a base da sociedade urbana, tendo na família católica um poderoso instrumento de moralização da sociedade. E, de outro lado, a penetração do trabalhismo, do socialismo e do solidarismo cristão (MELLO; NOVAIS, 2009).

Outro aspecto relevante para a compreensão do processo de desenvolvimento social deste período foi a configuração de um momento de grande criatividade e mobilização cultural. Diversas expressões culturais como a música, teatro, cinema, ciências sociais e literatura se manifestavam na sociedade brasileira, concentradas nesta fase de sua história. Alguns fatores favoreceram diretamente este processo de renovação cultural, entre eles, a formação de um público, que, “sem se transformar em massa define sociologicamente o potencial de expansão de atividades como o teatro, cinema, a música e até mesmo a televisão” (ORTIZ, 2006, p. 102).

O público formado pelas camadas médias da sociedade, com maior nível de instrução, em geral estudantes, artistas, jornalistas, arquitetos, economistas, possibilitaram a expansão dos diversos setores de disseminação cultural brasileira. As produções culturais encontraram um público urbano formado por camadas mais escolarizadas, que não existia anteriormente. Como expressão disto, Ortiz cita a criação do TBC (Teatro Brasileiro de Comédia), na cidade de São Paulo em 1948, um momento em que se tornou possível produzir peças teatrais profissionalmente para um público que, apesar de específico, era considerável em quantidade, por ser formado por tais classes médias urbanas. Termos como “vanguarda”, “impacto”, “avanço” e, principalmente, “novo”, eram frequentemente usados para se referir às expressões culturais que surgiam:

A recorrente utilização do adjetivo ‘novo’ trai todo o espírito de uma época: bossa nova, cinema novo, teatro novo, arquitetura nova, música nova, sem falarmos na análise isebiana calcada na oposição entre a velha e a nova sociedade. A movimentação política, mesmo quando identificada como populista, impregnava o ar, impedindo, por um lado, aos atores sociais perceberem que sob seus pés se construía uma tradição moderna, mas, por outro lhes abria oportunidades até então desconhecidas (ORTIZ, 2006, p. 110).

As mudanças culturais no período fizeram parte de um conjunto de sentimentos, esperança e convicção da população de estar vivendo um momento de renovação social, econômica e cultural. Havia na sociedade brasileira daquele período constantes apelos, principalmente publicitários, relacionando a modernização ao progresso, que, por sua vez, se realizava pela passagem de uma etapa de desenvolvimento sustentado pela economia agrária para uma nova, fundada do crescimento industrial. Desta forma, estava ainda mais diretamente relacionada à vida urbana a idéia de progresso, industrialização e as mais significativas mudanças no padrão de consumo, como destaca Mello e Novais: “A vida da cidade atrai e fixa porque oferece melhores oportunidades e acena um futuro de progresso (MELLO; NOVAIS, 2009, p. 17).

Tais transformações pontuadas aqui, principalmente as dos setores educacionais e do mercado de trabalho, possibilitaram maior mobilidade social para a população em geral. É importante ressaltar que esta não se dava individualmente, mas sim coletivamente, visto que a

família era considerada o centro da vida e fator agregador para a ascensão social. Era a organização familiar, com pai, mãe e filhos, que se mobilizava em busca de melhores condições de vida e posição social. O papel da mulher, dentro da família, reconhecido pela sociedade, adquiriu novos contornos por sua participação nas atividades econômicas, consolidando ainda mais sua importância como eixo da família, sendo ela a organizadora do núcleo familiar.

Desta forma, a mulher passou a se tornar um sujeito mais ativo na reprodução dos interesses na sociedade, contribuindo objetivamente para a dinâmica do processo de desenvolvimento econômico e social. Tanto o aumento do seu nível de instrução quanto sua maior inserção no mercado de trabalho implicaram mudanças em suas formas de sociabilidade que contribuíram para a construção de sua identidade social na esfera pública.

As transformações sociais que propiciaram a formação da mulher moderna, no período estudado, tiveram suas raízes constituídas na Abolição da Escravidão e com a Proclamação da República, iniciando o processo de deterioração do patriarcalismo agrário: o crescimento das cidades e a urbanização passaram a ocupar um espaço mais abrangente na paisagem nacional. Além disso, os investimentos no setor industrial se elevaram consideravelmente. Assim, segundo D'Incao (1997), nesse período houve a passagem das relações sociais senhoriais às relações sociais de tipo burguês, com a cidade burguesa se opondo às atitudes e comportamentos tradicionais que eram considerados inadequados para a pretensão de modernização, tendo como consequência a dissolução das formas tradicionais de solidariedade entre vizinhos e família.

A sociedade brasileira foi fortemente fundamentada no patriarcalismo agrário, que tinha como base solidificadora a instituição familiar. Como descrição dessas famílias, temos que elas eram compostas por um grande número de integrantes; a maioria das crianças aprendia a ler e escrever em casa, sendo que os filhos se preparavam para assumir os negócios da família quando crescessem. Já as filhas se educavam e se preparavam para arranjar um bom casamento e serem boas esposas e donas de casa, isto porque o casamento entre as famílias era tido como um degrau de ascensão social ou forma de manutenção do status. Às mulheres casadas atribuiu-se uma nova função:

contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões, como anfitriãs e na vida cotidiana, em geral, como esposas modelares e boas mães. Cada vez mais é reforçada a idéia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa (...) (D'INCAO, 1997, p. 229).

Com a maior presença das mulheres em cafés, bailes, teatros e acontecimentos da vida social, ela passa a ser a representante familiar na sociedade e, da avaliação de seu comportamento pela sociedade, passa a depender o sucesso de sua família, tanto mantendo o seu elevado prestígio social já existente quanto aumentando o status do grupo família; contudo, a autoridade familiar ainda se mantinha em mãos masculinas (D'INCAO, 1997).

O início do processo de industrialização e urbanização, no entanto, afetou diretamente estas famílias, que passaram a ter seu número de integrantes diminuído e conflitos de interesses entre gerações, dado que uma crescente idealização dos valores urbano-industriais, em detrimento dos valores agrário-rurais, começou a fazer parte do consenso social de desenvolvimento. Assim, muitos destes filhos passaram a adquirir conhecimentos fora de casa, mudando-se para as cidades para estudar e se preparar para carreiras burocráticas no Estado, se afastando do meio rural e da influência direta do patriarcalismo agrário.

Segundo Bassanezi (1997), as condições de vida nas cidades, neste período, levaram a uma diminuição das distâncias entre homens e mulheres na esfera privada do lar, porém, ainda eram claras as distinções entre os papéis femininos e masculinos. O modelo tradicional de família de classe média brasileira nesse período tinha nos homens a autoridade e poder sobre a família, eles eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. As atividades domésticas e cuidados com os filhos ficavam a cargo da mulher, que também era incentivada a ter características próprias da feminilidade, como instinto materno, pureza, resignação e doçura.

As transformações no comportamento social se estendiam para a escolha matrimonial, que não mais cabia aos pais, mas passava agora a ser decisão dos jovens. Contudo, mesmo o casamento arranjado não sendo mais um padrão social, a influência familiar continuava tendo extrema importância, sendo a aprovação dos pais de grande relevância para a felicidade do novo casal (BASSANEZI, 1997).

O comportamento feminino em ambientes públicos também sofreu adaptações. As mulheres das classes mais altas eram fortemente influenciadas pelo comportamento europeu, frequentemente se inspirando em cortes de cabelo e no vestuário destes. Segundo D’Incao (1997), essas mulheres tinham que se apresentar em vários lugares públicos como salões, cafés, teatros, jantares, saraus e festas, e nesses locais se submetiam à avaliação dos demais presentes:

As salas de visita e os salões – espaços intermediários entre o lar e a rua – eram abertos de tempos em tempos para a realização de saraus noturnos, jantares e festas (...) Nestes lugares, a idéia de intimidade se ampliava e a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos outros. A mulher da elite passou a marcar a presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social (...) Estas mulheres tiveram que aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada (D’INCAO, 1997, p. 228).

Tais transformações contribuíram para que conflitos internos permeassem as mulheres deste período. O desejo de trabalhar e possuir independência financeira conviviam, na mulher de classe média, com o ideal de “rainha do lar” e dedicação exclusiva. Índícios de certo inconformismo diante do comportamento sexual dos maridos, antes considerados aventuras, ou intrínsecas à “natureza” do homem, passavam então a não ser tão facilmente aceitas. A vontade de ter um companheirismo verdadeiro e sinceridade nas relações era abalada pela vontade e/ou necessidade de manter, a qualquer custo, o matrimônio, tanto por questões religiosas quanto econômicas e sociais (MELLO; NOVAIS, 2009). Bassanezi (1997) ressalta que nem todas as mulheres pensavam e agiam de acordo com o esperado, mas as expectativas sociais faziam parte de sua realidade, influenciando suas atitudes e pesando em suas escolhas. Ousadia e coragem para transgredir regras de comportamento também eram encontradas em algumas jovens desse período, contribuindo, assim, para ampliar os limites femininos dentro da sociedade.

CAPÍTULO II – A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ENSINO SUPERIOR

Neste capítulo será analisada a evolução do nível educacional feminino, culminando na expansão de sua inserção no ensino superior em busca de uma formação mais qualificada, verificando a amplitude da preferência feminina por cursos superiores e a evolução dessa participação ao longo das duas décadas aqui estudadas. Para isto, dividimos o capítulo em duas seções: a primeira tem como objetivo demonstrar o grau de instrução feminino e sua participação no ensino primário e médio; a segunda analisa a presença feminina no ensino superior, tanto de maneira geral no estado de São Paulo quanto, mais especificamente, nas duas principais universidades deste estado, a USP e a PUC-SP. Como fonte de dados serão utilizados os Censos Demográficos e Industriais do Estado de São Paulo, organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas entre os anos 1940 e 1960, por trazerem os dados que abrangem todo o estado de São Paulo, além de dados da Universidade de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, conforme já anunciados na Introdução desta dissertação.

2.1. A mulher e a educação

Durante o começo da formação educacional brasileira havia grande distinção em relação ao tipo de educação ministrada para meninos e meninas. Havia, portanto, uma estreita relação entre gênero e educação, com diferentes práticas pedagógicas no interior das escolas brasileiras. No final do século XIX, as escolas para meninos e para meninas se diferenciavam, ensinando modelos específicos de ser homem ou ser mulher. “Ao associar a educação dos gêneros às

práticas cotidianas, acabava-se por gerar uma diferença brutal entre os dois sexos, uma vez que esses eram tratados como fundamentalmente desiguais” (LOURO, 1995, p. 175):

(...) homens e mulheres, distintos ainda quanto à etnia ou religião, aprenderam e aprendem a se fazer diferentes (...) a escola continua recriando práticas distintivas de gênero (como também de classes e de etnia), a escola continua produzindo novos/as homens e mulheres adequados/as às suas épocas e sociedades (LOURO, 1995, p. 176).

Segundo Cerdeira (2001), a educação feminina, inicialmente voltada para a instrução da mulher para funções domésticas, foi modificando seu caráter com o decorrer dos anos. Após a Independência do Brasil, a educação passou a ser vista como fundamental para a construção do cidadão brasileiro, tornando-se gratuita e extensiva a todos, ao menos nos projetos e leis. A primeira lei que ratificou o direito da mulher à instrução data de 1827, no entanto só se referia ao ingresso de meninas na escola primária.

Houve também grande número de escolas fundadas por congregações religiosas, com separação de professores homens para escolas masculinas e professoras mulheres para escolas femininas. Com o currículo também havia diferenciações, visto que após o curso básico em que aprendiam a ler, escrever e contar, os meninos se destinavam ao aprendizado de geometria e as meninas aprendiam bordado e costura. Portanto, desde o início da vida estudantil, mulheres e homens recebiam educação e formação diferenciadas. As mulheres se desenvolvendo para atividades voltadas ao lar e os homens com instrução que favorecia uma futura formação profissional.

Com o surgimento da primeira lei de instrução pública, passou a ser regulamentado o ensino de “pedagogias”, no qual as mulheres poderiam se tornar professoras, criando, assim, “uma oportunidade de acesso a certo tipo de saber formal para as mulheres que é possível ser conquistado” (CERDEIRA, 2001, p. 66).

Em meados do século XIX, nota-se o crescimento do número de professoras e o ensino primário tornou-se uma atividade praticamente feminina. A escola Normal de São Paulo (capital) foi criada em 1846 com o intuito de formar docentes de ambos os sexos, mas apenas em 1875

passou a funcionar uma seção feminina. Com o passar dos anos, o número de mulheres ingressantes se sobrepôs ao dos homens, visto que, “como o ensino secundário era vedado às mulheres, estas escolas normais constituíam um meio profissionalizante e uma oportunidade para que continuassem os estudos” (CERDEIRA, 2001, p. 70).

Durante o século XIX a educação feminina permaneceu como privilégio de uma pequena parte mais abastada da população brasileira, porém no início do século XX, com o processo de industrialização e urbanização, ela se tornou uma necessidade para as mulheres urbanas, visto que estas ficavam mais expostas aos olhos da sociedade, frequentando cafés, lojas e salões de festas. Neste período, iniciou-se também a luta pela extensão vertical da educação.

Detendo-nos mais precisamente no período entre os anos 1940 e 1960, notamos uma ampliação da abrangência do processo de formação educacional da população brasileira e paulista. A tabela seguinte demonstra qual a parcela da população brasileira e paulista sabia ler e escrever entre as décadas de 1940 e 1960. Segundo os dados apresentados, em 1940 cerca de 32% da população brasileira poderia ser considerada alfabetizada, aumentando este valor para 45% em 1960, ou seja, a praticamente metade dos brasileiros sabiam ler e escrever.

Já o estado de São Paulo apresentava números melhores, iniciando o período com 45% de sua população alfabetizada, saltando esta porcentagem para 60% em 1960. Nota-se que cerca de 15% a mais dos habitantes de São Paulo tiveram acesso à educação básica em comparação com os valores da população brasileira. Esta maior taxa de alfabetização foi reflexo de um desenvolvimento industrial expressivo, além de uma forte urbanização nesta região. No entanto, é importante ressaltar que em todo este período o percentual de mulheres alfabetizadas foi inferior ao dos homens, ficando claro que o ingresso da mulher no ensino básico, suas possibilidades de aprender a ler e escrever, ainda eram árduas.

Tabela 5 - Pessoas de 5 anos e mais, por sexo, segundo instrução.

Ano	Sexo	Brasil					São Paulo				
		Total de habitantes	Sabem ler e escrever	Participação no total	Não sabem ler e escrever	Participação no total	Total de habitantes	Sabem ler e escrever	Participação no total	Não sabem ler e escrever	Participação no total
1940	Homens	20.614.088	7.344.772	36%	9.908.255	48,1%	3.670.605	1.830.684	50%	1.269.548	35%
	Mulheres	20.622.227	5.947.833	29%	11.387.235	55,2%	3.509.711	1.365.872	39%	1.588.213	45%
	Total	41.236.315	13.292.605	32%	21.295.490	51,6%	7.180.316	3.196.556	45%	2.857.761	40%
1950	Homens	25.885.001	9.966.392	39%	11.682.743	45,1%	4.648.606	2.563.437	55%	1.397.916	30%
	Mulheres	26.059.396	8.822.340	34%	13.802.052	53,0%	4.485.817	2.063.892	46%	1.755.482	39%
	Total	51.944.397	18.588.722	36%	24.984.795	48,1%	9.134.423	4.627.329	51%	3.153.398	35%
1960	Homens	35.055.457	16.362.285	47%	12.978.840	37,0%	6.477.519	4.089.706	63%	1.435.204	22%
	Mulheres	35.015.000	15.000.498	43%	14.600.131	41,7%	6.346.287	3.557.693	56%	1.872.114	29%
	Total	70.070.457	31.362.783	45%	27.578.971	39,4%	12.823.806	7.647.399	60%	3.307.318	26%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Elaboração própria

* Os demais habitantes não declararam a instrução

Em relação ao grau de instrução, na tabela 6 vê-se a proporção da população com curso completo, por nível de curso e por sexo nas datas dos Censos. Percebe-se que o nível de escolaridade aumentou em todos os níveis. No elementar e médio, a participação da mulher manteve-se muito próxima à dos homens, como demonstrado pela tabela abaixo:

Tabela 6 - Distribuição percentual da população por curso completo, no estado de São Paulo.

Ano	Sexo	Grau elementar	Grau médio	Grau superior
1940	Homens	10,27	2,26	1,01
	Mulheres	10,65	1,93	0,14
1950	Homens	27,27	4,79	1,20
	Mulheres	26,40	4,46	0,14
1960	Homens	32,45	6,92	1,63
	Mulheres	30,97	6,73	0,29

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Elaboração Costa, 1984

No começo da década de 1940, 10,65% da população feminina do estado de São Paulo havia concluído o ensino elementar, subindo este percentual para 30,97 no início dos anos 1960, registrando um aumento de 191% ao longo do período. Já a participação masculina aumentou 216%, saltando de 10,27% para 32,45%. O ensino médio, que em 1940 contava com menor inserção das mulheres, duas décadas depois viu esta participação aumentar, fazendo com que praticamente metade dos estudantes fosse do gênero feminino.

Desta maneira, percebe-se uma significativa evolução dos níveis educacionais da população paulista com a presença feminina acompanhando o ritmo de crescimento tanto no ensino elementar quanto no médio.

2.2. Ensino superior e a participação feminina

A maior discrepância entre a participação feminina e masculina nos níveis educacionais se encontra no ensino superior, pois, continuando a análise da tabela 11, em 1960, os dados do Censo para o estado de São Paulo demonstram que 85% das pessoas que possuíam grau superior completo eram homens e apenas 15% eram mulheres. Esta diferença poderia ser considerada como um entrave à entrada das mulheres no mercado de trabalho, pois quanto maior o nível de instrução, maiores as possibilidades de emprego nas indústrias e outros postos que estavam surgindo no estado. Cabe ressaltar que, apesar da participação feminina em curso superior ainda estar bem abaixo da masculina, o seu ritmo de crescimento foi superior ao dos homens nas universidades, visto que entre os anos 1940 e 1960 o número de mulheres com curso superior completo aumentou cerca de 107%, enquanto o de homens com diplomas cresceu por volta de 61%.

O nível de escolaridade da população, portanto, aumentou, havendo uma queda do percentual da população sem nenhum diploma e aumento das pessoas formadas em escola primária, secundária e superior. O aumento na formação de nível médio e superior foi

impulsionado, principalmente, pela maior capacidade de absorção dos setores administrativos médios, considerados femininos, que estava vinculada ao desenvolvimento dos serviços administrativos, financeiros e econômicos sob patrocínio público e privado (COSTA, 1984, p. 41).

Entre os cursos superiores, o que apresentou maior adesão foi o chamado “Pedagógico ou Magisterial”, que, em 1960, concentrou quase 44% do total de estudantes, sendo que em 1940 esta procura era de 20% dos estudantes, conforme dados da tabela 12. Entre as mulheres, a concentração foi muito maior, pois cerca de 81% dos diplomas femininos se referiam a este curso, além de 85% dos estudantes do mesmo serem compostos por mulheres. Assim, podemos verificar que a mulher de classe média foi, aos poucos, entrando na universidade, mas ainda existia muito preconceito em relação a diversas profissões. Muitas delas acabavam se dirigindo à faculdade de pedagogia com o objetivo de serem professoras. “(...) a maioria das moças de classe média continuava professora primária, uma ‘segunda mãe’ do ‘segundo lar’, a escola” (MELLO; NOVAIS, 2009).

O curso “Comercial” era o mais procurado nos anos 1940, com 30% do total da procura dos estudantes universitários. Esta porcentagem se manteve até a década de 1960, caindo apenas um ponto percentual, no entanto, o aumento do interesse dos estudantes por outras áreas e a estagnação desta procura nos leva a crer que a oferta de cursos técnicos administrativos atendeu, em parte, a demanda por uma formação direcionada ao setor burocrático. Este curso era voltado para o aprendizado de atividades administrativas e financeiras tanto na área privada quanto pública. Dentro dos 29% da preferência dos estudantes em 1960, a distribuição interna dos alunos deste curso era 82% de homens e 18% de mulheres. Apesar do número de estudantes mulheres estar bem abaixo do masculino, houve um aumento relevante de 518% entre estas duas décadas.

Em seguida, os cursos mais procurados pelo conjunto de estudantes, segundo o Censo de 1960, eram Engenharia, com 5,40% dos estudantes; Direito, com 5,35%; e Medicina, com 3,8%. A tabela abaixo demonstra a quantidade de pessoas que possuíam curso completo ou diploma segundo os cursos:

Tabela 7 - Pessoas de 10 anos e mais que possuem curso completo ou diploma de estudos, por sexo, segundo a espécie do curso ou diploma, no estado de São Paulo.

Espécie do curso ou diploma	1940			1950			1960		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Agrícola	1.171	1.105	66	900	805	95	118	103	15
De medicina veterinária	317	307	10	430	416	14	718	686	32
De artes domésticas	4.350	255	4.095	208	2	206	44	8	36
Industrial ou técnico	2.072	1.829	243	7.451	5.659	1.792	2.774	2.181	593
De serviços de transporte	579	518	61	301	293	8	-	-	-
De química industrial	590	554	36	1.378	1.216	162	2.236	2.070	166
Engenharia	3.825	3.803	22	7.166	7.107	59	15.480	15.321	159
Comercial	23.252	20.239	3.013	64.763	49.906	14.857	85.029	69.424	15.605
Ciências econômicas	1.084	1.004	80	2.137	2.011	126	5.542	5.127	415
Direito	4.879	4.772	107	7.671	7.467	204	15.381	14.281	1.100
Enfermagem e assistência	1.447	347	1.100	3.024	568	2.456	-	-	-
Farmácia	4.035	3.169	866	4.475	3.417	1.058	5.703	4.228	1.475
Odontológico	4.100	3.604	496	5.547	4.885	662	9.984	8.937	1.047
Medicina	4.552	4.419	133	6.852	6.576	276	10.947	10.071	876
De educação física	215	162	53	639	357	282	482	262	220
Pedagógico ou magisterial	15.634	2.902	12.732	58.499	7.836	50.663	126.738	19.341	107.397
Artes plásticas	909	750	159	487	337	150	286	160	126
Coreógrafo ou dramático	28	10	18	27	8	19	-	-	-
Música	2.159	330	1.829	1.888	261	1.627	-	-	-
Eclesiástico	1.087	1.049	38	2.428	2.407	21	2.412	2.334	78
Militar	578	578	0	2.335	2.335	0	3.974	3.957	17
Serviços administrativos	316	283	33	-	-	-	-	-	-
Agronomia	-	-	-	1.660	1.630	30	2.743	2.665	78
Arquitetura	-	-	-	478	470	8	1.296	1.210	86
Bacharelado e didática	-	-	-	32	7	25	11.564	5.627	5.937
Serviços sanitários	-	-	-	-	-	-	1.902	203	1.699
Psicologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ensino magisterial, cultural ou profissional	77.179	51.989	25.190	178.606	103.869	74.737	287.848	158.491	129.357

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Elaboração própria.

Segundo os dados do Censo, o perfil das escolhas femininas por cursos superiores apresentou mudanças relativas ao longo desses vinte anos. Em 1940, a preferência das estudantes se concentrava em cerca de 50% para o curso “Pedagógico e Magisterial” e o restante se distribuía entre “De artes domésticas”, com 16%; Comercial, com 12%; Música, representando 8%; Assistência Social, com 5% da procura; e Farmácia, com 4% do interesse feminino. Já em 1960, a procura das estudantes se concentrou prioritariamente no curso Pedagógico, com 81% como dito anteriormente. Os demais foram “Comercial” e “Bacharelado e Didática”, com 12% e 5%, respectivamente. Cabe notar que o curso “De artes domésticas”, que abrangia cerca de 16%

do interesse feminino, cai para menos de 0,5% em 1960. Áreas mais técnicas como Engenharia, Direito, Economia e Medicina, não alcançavam 2% das ambições profissionais femininas em 1960.

O número de faculdades sendo criadas no estado de São Paulo era crescente conforme o avanço dos anos, e até 1960 haviam sido criadas 89 faculdades. A criação de 48% das escolas de nível superior na década de 1950 demonstra a acelerada expansão da rede de estabelecimentos no estado.

Tabela 8 - Data de criação das Faculdades.

Período	Número de faculdades	%
Antes de 1920	6	6,7%
1921-1930	4	4,5%
1931-1940	13	14,6%
1941-1950	23	25,8%
1951-1960	43	48,3%
Total	89	100,0%

Fonte: Instituto de Pesquisas Economicas da USP, 1970.

Apesar da aceleração da criação destas faculdades, a idéia de Universidade ainda não se via concretizada fortemente, visto que, segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (1970), cerca de 56% desses estabelecimentos de ensino superior não pertenciam a nenhuma Universidade. Eram escolas autônomas que funcionavam isoladamente sem contato com instituições afins. Dentre as Universidades paulistas, as que mais congregavam faculdades eram a USP e a PUC-SP, com 19%, e 10%, do total das faculdades do estado, respectivamente, seguidas por Mackenzie, com cerca de 5% e, no interior do estado, Universidade de Campinas (UNICAMP), com 4,5%.

Tabela 9 - Universidades a que pertencem as Faculdades (1960).

Universidades	Número de faculdades	%
Universidade de São Paulo	17	19,1%
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	9	10,1%
Universidade Mackenzie	5	5,6%
Universidade de Campinas	4	4,5%
Universidade Católica de Campinas	4	4,5%
Não pertencem à Universidades	50	56,2%
Total	89	100,0%

Fonte: Instituto de Pesquisas Economicas da USP, 1970.

Diante dos dados apresentados, pretendemos deter a análise neste momento às duas principais instituições de ensino superior do Estado de São Paulo: Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

2.2.1. Presença feminina na Universidade de São Paulo.

A principal instituição de ensino superior do estado, a Universidade de São Paulo (USP), foi criada em 25 de janeiro de 1934, através do decreto nº 6.283, sendo Armando de Salles Oliveira o interventor federal nomeado por Getúlio Vargas e tendo por objetivo a formação de novos professores para o ensino secundário. O artigo 3º do decreto fundador da Universidade referendava os seguintes institutos oficiais: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola Politécnica, Instituto de Educação, Faculdade de

Filosofia, Ciências e Letras, Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais, Escola de Medicina Veterinária, Escola Superior de Agricultura e Escola de Belas Artes (CAMPOS, 1954).

Prosseguiremos a análise sobre a participação da mulher no ensino superior na USP nos atendo às suas principais faculdades, sendo elas: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), Faculdade de Medicina, Escola Politécnica (Poli) e Faculdade de Direito. A escolha destas faculdades se deu visto que seu histórico e prestígio nos permitem refletir a respeito da evolução das condições do acesso da mulher ao ensino superior, principalmente a partir da composição de suas turmas e número de formandos a cada ano. A tabela abaixo demonstra a quantidade de alunos recebidos desde a formação destas faculdades até o fim da década de 1960¹².

Tabela 10 - Formados pela USP entre 1901-1969.

Cursos	Mulher	%	Homem	%	Total
Direito (1901-69)	1.116	9,1%	11.133	90,9%	12.249
Politécnica (1895-69)	93	1,6%	5.717	98,4%	5.810
Medicina (1918-69)	314	8,7%	3.281	91,3%	3.595
FFCL (1934-69)	4.817	60,4%	3.159	39,6%	7.976
Total	6.340	21,4%	23.290	78,6%	29.630

Fonte: Cerdeira, 2001

¹² Apesar do recorte temporal desta dissertação ser entre os anos 1940-1960, serão demonstrados, nas tabelas seguintes, os números de formandos desde a fundação das distintas faculdades até o fim da década de 1960, com o intuito de ilustração da progressão dos (as) estudantes desta Universidade.

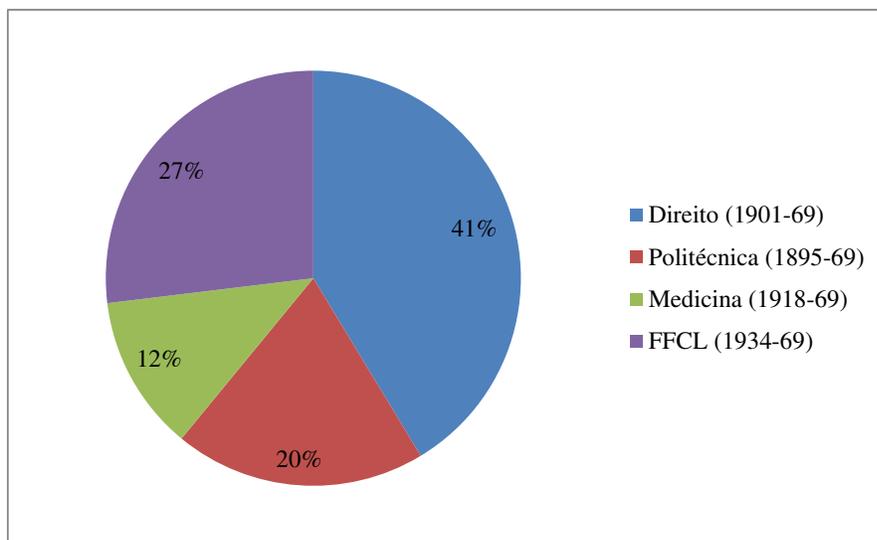


Gráfico 1 - Preferência por faculdade do total de formados pela USP entre 1901-1969.

Segundo os dados apresentados, 41% do total de alunos da USP se concentravam no curso de Direito, sediados no convento São Francisco no centro da cidade de São Paulo. Esta faculdade foi criada em 11 de agosto de 1827, visto que a “Independência política havia intensificado a necessidade de letrados capazes de ocupar os cargos administrativos e políticos” (CERDEIRA, 2001, p. 84). Para o ingresso nesta faculdade exigia-se a idade mínima de 15 anos completos e terem sido aprovados em gramática latina, língua francesa, retórica, filosofia racional e moral e geometria. Os estudantes formados neste curso recebiam o grau de bacharel e os que se formassem *nemine discrepante* podiam defender teses públicas e obter o grau de doutor (CAMPOS, 1954).

A primeira mulher a se matricular no curso de Direito foi Maria Augusta Saraiva, em 1898, 70 anos após a sua criação, sendo também a primeira advogada formada pela faculdade de Direito de São Paulo, em 1901. Cerca de 50 anos depois, em 1948, é que se terá a primeira docente, a professora Esther de Figueiredo Ferraz. E apenas depois de mais três décadas, em 1976, seria nomeada a primeira professora Titular, a Dr^a Nair Lemos Gonçalves (CERDEIRA, 2001).

A segunda faculdade de maior procura pelos alunos neste período foi a FFCL, responsável por 27% dos estudantes da USP. Esta faculdade tinha como base o objetivo de “(...) ministrar cursos básicos para estudantes das faculdades profissionais e preparar a formação de intelectuais, filósofos e cientistas de alto nível” (REIS FILHO, 1978 *apud* CERDEIRA, 2001). Desde as primeiras turmas o número de estudantes mulheres era maior do que de homens e já no momento de sua fundação contava, mesmo que em número reduzido, com docentes femininas, diferentemente das demais unidades. Segundo Cerdeira, o corpo de professores era composto por 53 homens e 2 mulheres, sendo elas a catedrática Noemy da Silveira Rudolfer ministrando Psicologia Educacional, e a professora Anita de Castilho e Marcondes Cabral, de Psicologia.

Em seguida, correspondendo a 20% dos alunos da USP, estava a Escola Politécnica, fundada em 1893, cujo objetivo era formar engenheiros práticos, construtores e condutores de máquinas, mestres de oficinas e diretores de indústrias. A localização numa cidade que se desenvolvia industrialmente favorecia a instrução prática do aluno (CAMPOS, 1954). Esta faculdade sempre apresentou um número reduzido de alunas, e a pioneira neste processo foi Anna Maria Frida Hoffmann, que ingressou em 1924 e formou-se em 1928. Também foi ela a primeira mulher a defender a tese de livre-docência e a tornar-se catedrática da Escola Politécnica, em 1955 (CERDEIRA, 2001).

A Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo foi implantada em 19 de dezembro de 1912 por Arnaldo Vieira de Carvalho, através da lei nº 1.357, com sede provisória na rua Brigadeiro Tobias, na cidade de São Paulo. Em 1925, foi transferida para sua sede atual na Av. Dr. Arnaldo. Esta faculdade abrigou cerca de 12% dos alunos da USP desde sua inauguração até o final da década de 60. A primeira turma se formou em 1918, contando com as duas primeiras médicas, Adélia Fávaro e Odete Nora Antunes. A primeira mulher docente, Verônica Rapp de Eston, só seria admitida em 1958 para a cadeira de Química Fisiológica. Já a primeira professora titular demorou muito mais, apenas em 1996 a prof. Dr^a Maria Irma Seixas Duarte se tornou titular em Patologia (CERDEIRA, 2001, p. 105).

Após esta breve contextualização da estrutura e história da USP, partiremos para a análise da presença feminina nessas faculdades. De modo geral, a presença feminina se concentrou

primordialmente nos cursos da FFCL, com 76% do total de alunas das faculdades aqui analisadas, seguida pela Faculdade de Direito, Medicina e Politécnica, com 18%, 5% e 1%, respectivamente, conforme o gráfico abaixo:

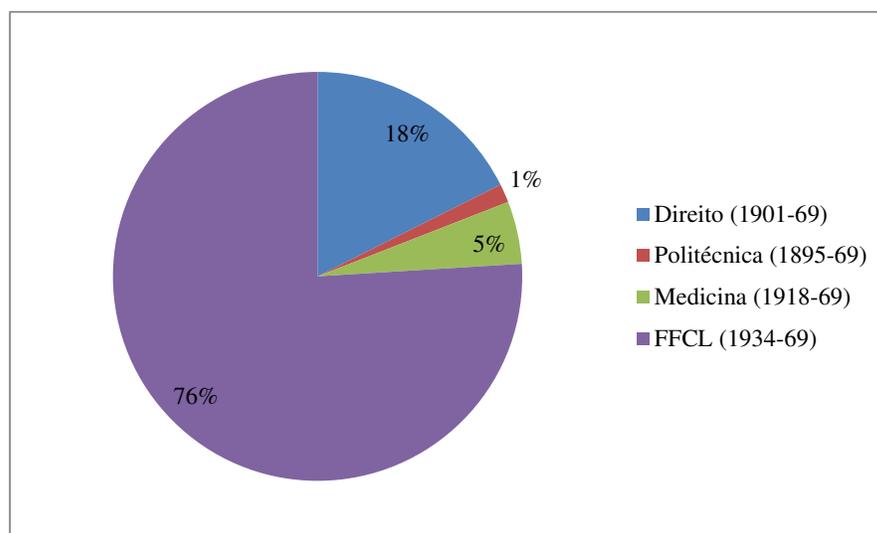


Gráfico 2 - Preferência por faculdade das formadas pela USP entre 1901-1969.

Na Faculdade de Direito é possível perceber uma lenta evolução da participação feminina desde sua fundação até a década de 1940, quando sua participação representava 3,3% do total de estudantes da Academia do Largo São Francisco. Na década de 50 houve um significativo aumento, saltando para 393 mulheres, representando quase 13% dos estudantes, que continua na década seguinte se elevando para 623 estudantes femininas, chegando a 20% a participação das mulheres no total de estudantes de Direito. Assim, entre as décadas de 1940-60 houve um aumento de quase dez vezes no número de estudantes femininas no curso de Direito. Enquanto isso, o número de estudantes masculinos cresceu até a década de 1950, mas nos anos 60 este número caiu cerca de 12%, decrescendo de 2.718 para 2.405.

Tabela 11 - Número de formados na Faculdade de Direito da USP.

Décadas	Mulher	Homem	Total	Participação feminina
1900	3	883	886	0,3%
1910	2	941	943	0,2%
1920	6	657	663	0,9%
1930	24	1651	1675	1,4%
1940	65	1878	1943	3,3%
1950	393	2718	3111	12,6%
1960	623	2405	3028	20,6%

Fonte: Cerdeira, 2001

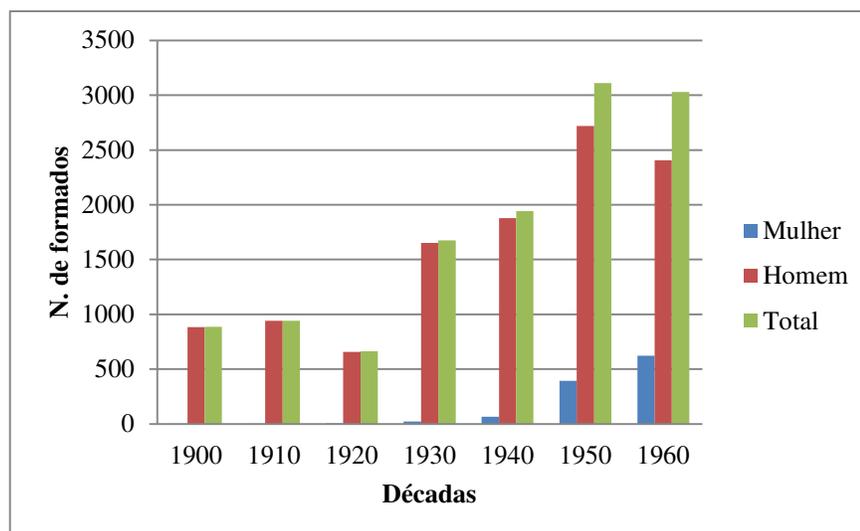


Gráfico 3 - Número de formados na Faculdade de Direito da USP.

Uma incidência significativamente menor da participação feminina é constatada na Escola Politécnica, que no total das décadas de 40 e 50 contou com 39 formadas contra 2.205 homens formandos, evidenciando maior resistência à presença feminina em áreas profissionais mais técnicas.

Tabela 12 - Número de formados na Escola Politécnica da USP.

Décadas	Mulher	Homem	Total	Participação feminina
1900	0	199	199	0,0%
1910	0	184	184	0,0%
1920	3	208	211	1,4%
1930	2	445	447	0,4%
1940	7	795	802	0,9%
1950	32	1410	1442	2,2%
1960	48	2381	2429	2,0%

Fonte: Cerdeira, 2001

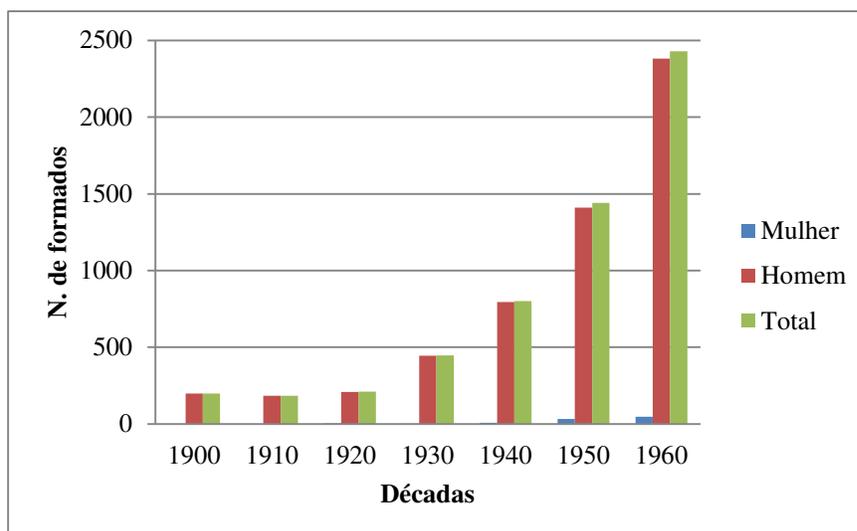


Gráfico 4- Número de formados na Escola Politécnica da USP.

Na Faculdade de Medicina, a incidência de estudantes femininas é maior que a verificada na Escola Politécnica, porém menor que no Direito. Uma elevação gradual é percebida desde sua fundação até a década de 1950, quando a participação feminina cresce mais que o dobro, passando de 47 formadas na década de 40 para 119 na década de seguinte, o que representa cerca

de 14% do total de estudantes. Na década de 60 percebe-se uma pequena elevação tanto do número de mulheres quanto de homens formados.

Tabela 13 - Número de formados na Faculdade de Medicina da USP.

Décadas	Mulher	Homem	Total	Participação feminina
1910	2	58	60	3,3%
1920	7	402	409	1,7%
1930	15	509	524	2,9%
1940	47	816	863	5,4%
1950	119	735	854	13,9%
1960	124	761	885	14,0%

Fonte: Cerdeira, 2001

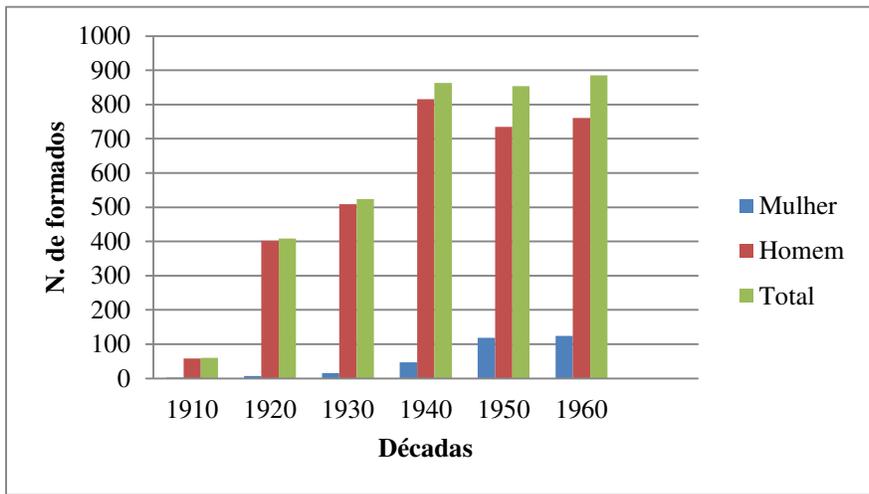


Gráfico 5 - Número de formados na Faculdade de Medicina da USP.

Quanto à FFCL, deve-se levar em consideração a variedade e quantidade de cursos que compunham esta Faculdade quando se analisa os dados sobre os formados, visto que nela se concentra a maioria dos estudantes da USP, conforme tabela e gráfico abaixo.

Percebe-se no total de estudantes da FFCL uma maioria de estudantes femininas em detrimento de estudantes masculinos, fenômeno não verificado nas outras unidades analisadas. Os números relacionados à área de exatas contaram, em geral, com maior presença masculina, continuando, de certa forma, a segregação inicial do processo educacional, conforme apresentado anteriormente. Uma explicação para este fenômeno pode ser o fato dos cursos oferecidos serem mais condizentes com os conceitos vigentes em relação à educação da mulher, proporcionando, além disso, uma formação que possibilitaria sua atuação dentro da sala de aula como professora. No entanto, verifica-se que na década de 1960 houve maior direcionamento feminino à estes cursos, sugerindo a ampliação dos campos de interesse feminino.

Tabela 14 - Número de formados na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP entre 1939-1969.

Cursos	Mulher	Homem	Total	Participação feminina
Filosofia	191	221	412	46,4%
Geografia	206	134	340	60,6%
História	269	152	421	63,9%
Geog./Hist.	312	167	479	65,1%
Ciências Sociais	422	251	673	62,7%
Letras	419	140	559	75,0%
Matemática	207	214	421	49,2%
Física	124	464	588	21,1%
Química	185	250	435	42,5%
História Natural	348	184	532	65,4%
Ciências Biológicas	173	98	271	63,8%
Geologia	16	298	314	5,1%
Pedagogia	668	159	827	80,8%
Psicologia	140	26	166	84,3%
Total	3680	2758	6438	57,2%

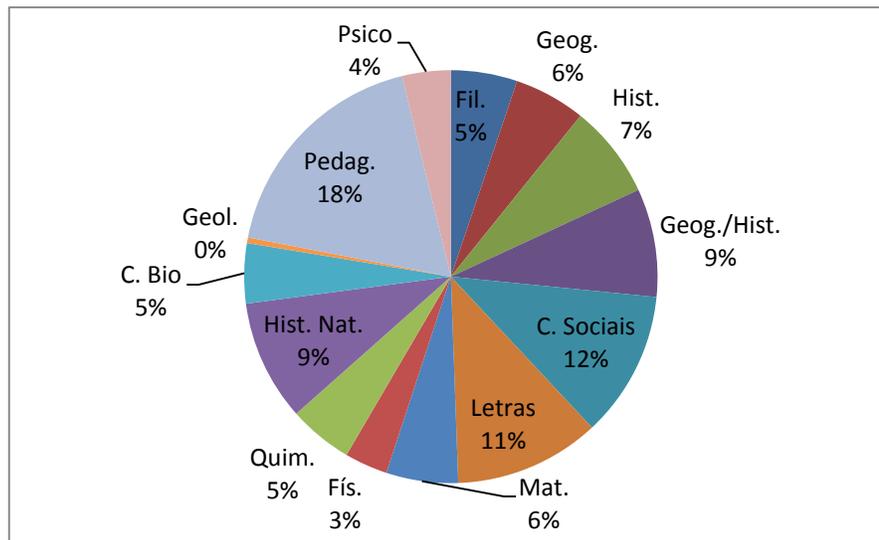


Gráfico 6 - Preferência feminina entre os cursos da FFCL entre 1939-1969.

Dentro da diversidade de cursos da FFCL a maioria contava com maior predominância feminina. Entre estes cursos destacam-se o de Pedagogia, com 18% das estudantes mulheres dentro da FFCL, seguido por Ciências Sociais e Letras, com cerca de 11% cada e História Natural, com 9%.¹³

No curso de Pedagogia, a quantidade de mulheres se sobrepôs à masculina durante todo o período analisado, conforme gráfico 7. Já no curso de Ciências Sociais a participação feminina foi gradualmente se ampliando, passando de 44 mulheres e 64 homens na década de 40 para respectivamente 286 e 97 na década de 60, correspondendo a participação feminina a algo em torno de 75% do total de formados deste curso, conforme os gráficos seguintes:

¹³ As tabelas com os dados utilizados para a elaboração dos gráficos demonstrados a seguir, indicando a participação feminina e masculina, além do total de estudante de cada curso da FFCL, fazem parte do Apêndice A.

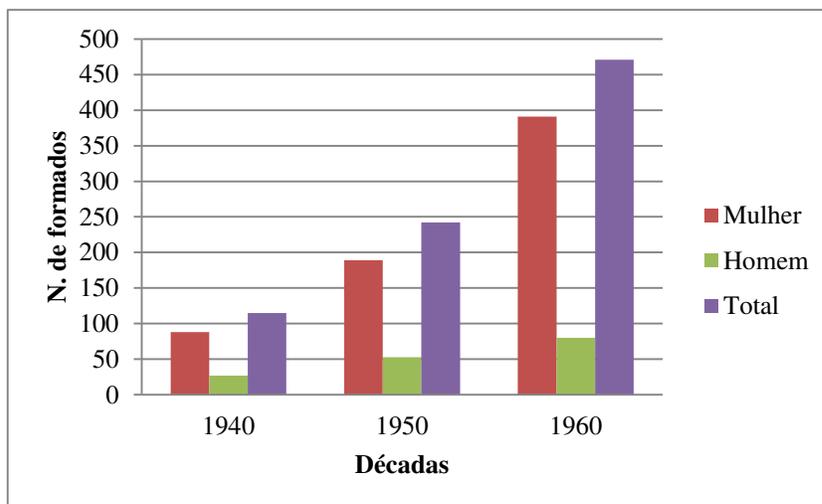


Gráfico 7 - Número de formados no curso de Pedagogia da USP.

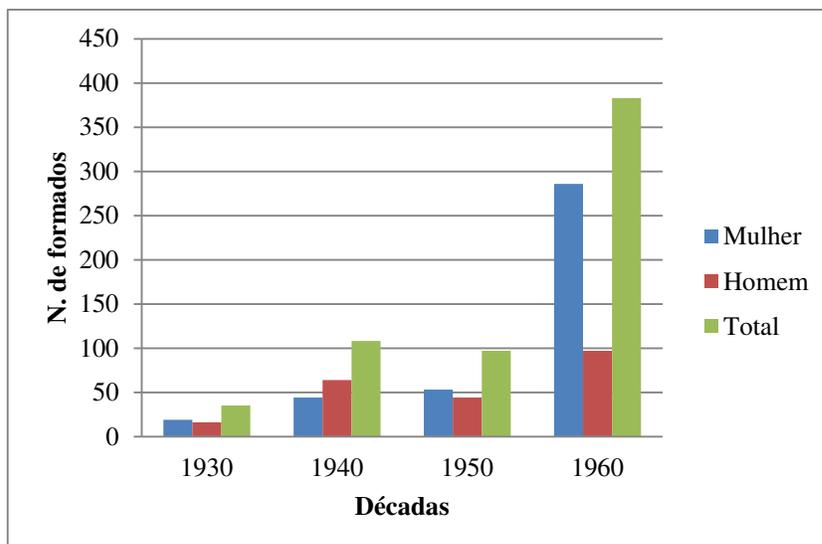


Gráfico 8 - Número de formados no curso de Ciências Sociais da USP.

O curso de Letras se dividia em Letras Clássicas, Anglo Germânicas e Neolatinas. O gráfico abaixo demonstra o total de estudantes dessas três subdivisões. Nota-se que durante todo o período a presença feminina foi mais elevada que a masculina, havendo, no entanto, uma queda gradual do total de estudantes deste curso, que passou de 493 na década de 1940 para 212

na década de 60. O curso com maior participação feminina dentre os três foi o de Letras Anglo Germânicas, correspondendo a 77% do total de formados.

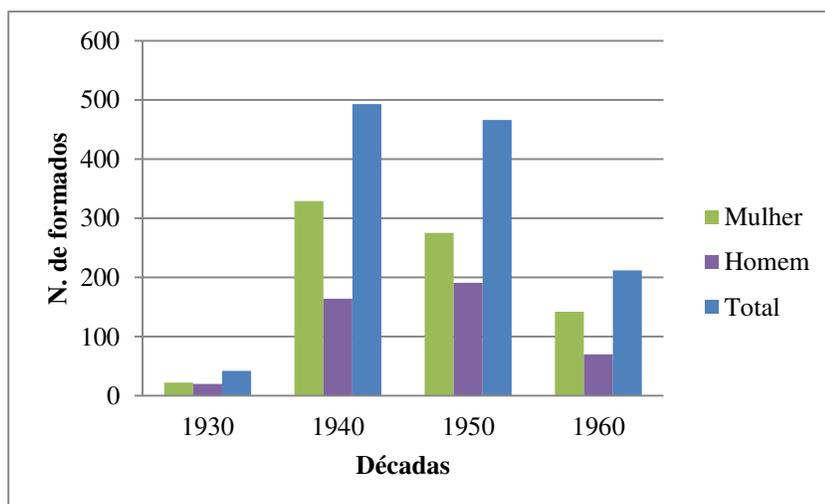


Gráfico 9 - Número de formados no curso de Letras da USP (total dos cursos).

O curso de Geografia e História comporta cerca de 8% da preferência feminina dentro da FFCL. Em 1950, houve seu desmembramento. A procura pelos novos cursos de Geografia e de História é consideravelmente elevada após tal separação, passando o primeiro a ter 281 formados na década de 60 (164 mulheres e 117 homens) e o segundo, 381 formados (244 mulheres e 137 homens).¹⁴

¹⁴ As tabelas e gráficos dos cursos após o desmembramento são apresentados no Apêndice A.

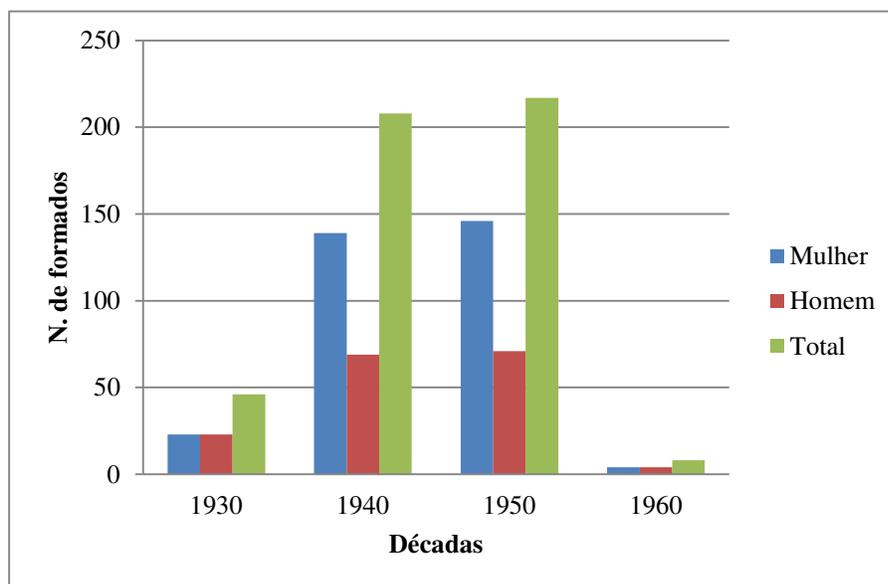


Gráfico 10 - Número de formados no curso de Geografia e História da USP.

A presença feminina no curso de Filosofia, em 1930, representava cerca de 40% do total de alunos - com 19 mulheres e 29 homens – e foi se elevando gradualmente desde sua formação, até que nas décadas de 50 e 60, o número de estudantes chegou a 69 mulheres e 63 homens, em 1950 e 79 mulheres e 68 homens, em 1960. Desta maneira, foi o curso que se mostrou mais equilibrado entre os demais.

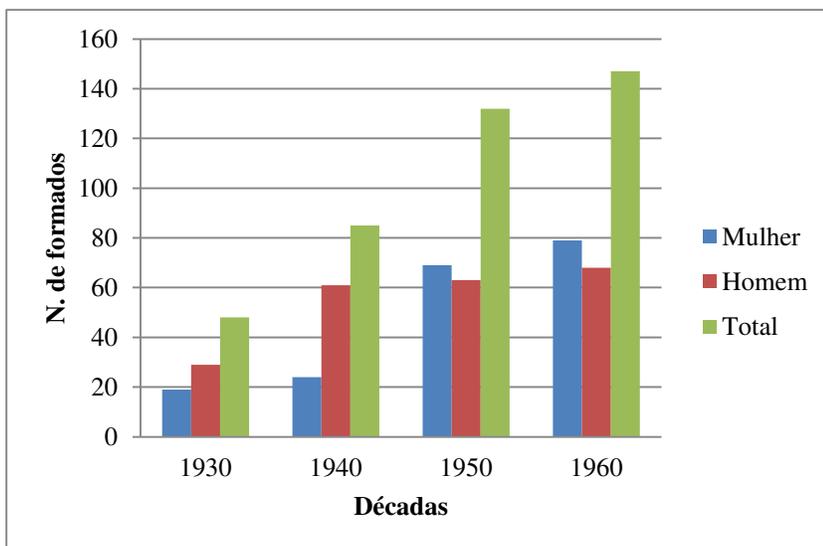


Gráfico 11 - Número de formados no curso de filosofia da USP.

Os cursos de Física, Matemática e Química apresentaram, de modo geral, menor participação feminina dentre os demais da FFCL. A maior diferença entre os gêneros é notada no curso de Física, com frequência maciça de formados – em 1940 eram 28 - em detrimento de formadas – que nesta mesma década eram 10 mulheres, representando 16% do total de estudantes, se acentuando ainda mais na década de 60, com o total de estudantes compostos por 89 mulheres e 361 homens. A incidência feminina no curso de Matemática se manteve equilibrada durante todo o período com a presença feminina ficando em torno de 45% do total de alunos, superando a masculina em pequena quantidade na década de 60, passando para 52% o percentual de mulheres neste curso. No curso de Química, na década de 50, havia mais formadas (50 alunas) do que formados (43 alunos), no entanto, no restante do período predominava a presença masculina no curso.

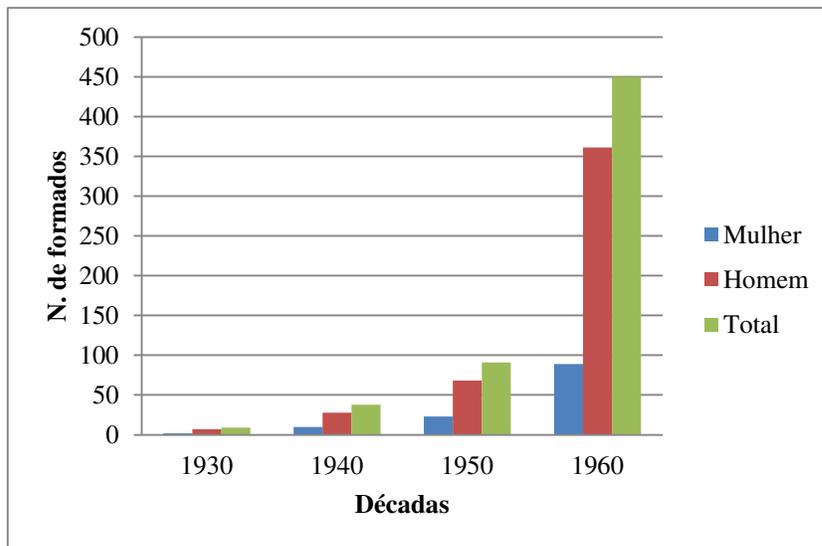


Gráfico 12 - Número de formados no curso de Física da USP.

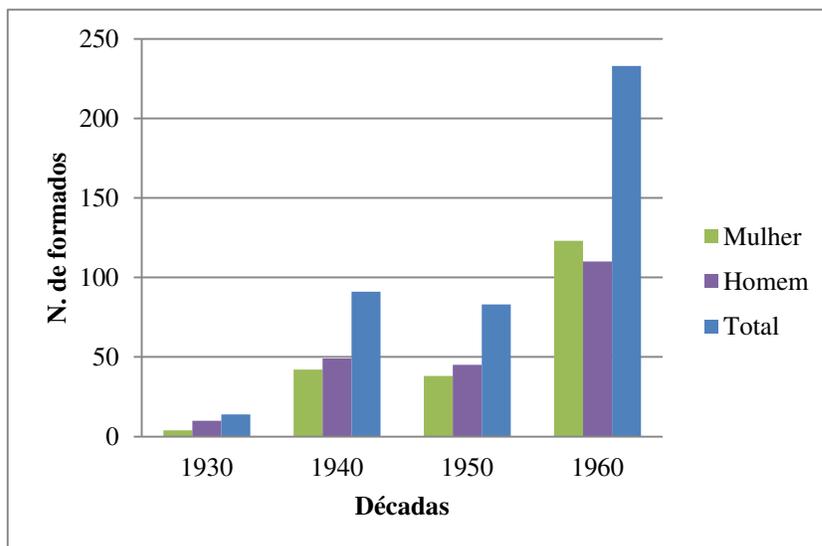


Gráfico 13 - Número de formados no curso de Matemática da USP.

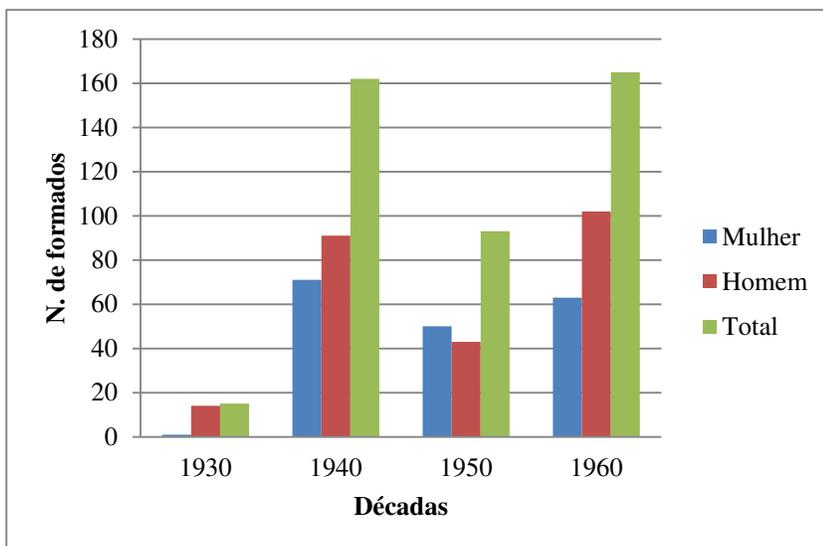


Gráfico 14 - Número de formados no curso de Química da USP.

A partir dos dados apresentados, verifica-se que a menor porcentagem de inserção feminina nas faculdades da USP foi na Escola Politécnica, com 1,6% do total de estudantes entre os anos 1936-1969, seguida pela Faculdade de Medicina com 8,7%, e pela Faculdade de Direito representando 9% do total. A porcentagem de estudantes mulheres na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras era bastante superior, chegando a 60,4%.

2.2.2. Presença feminina na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Direcionando a análise para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sua criação se deu em 1946 e apontava como norte as necessidades das composições político-sociais e ideológicas através da problemática religiosa que afligiam o Brasil naquele momento. Nesse sentido, justificou-se a criação, por parte da Igreja Católica, de entidades culturais de caráter universitário em algumas metrópoles brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Também neste ano foi criada a Faculdade Paulista de Direito, incorporada à PUC-SP, com os

primeiros Estatutos da Universidade sendo redigidos. Em 1950, a Universidade se instalou na Rua Monte Alegre, no atual prédio sede, que pertencia à Ordem das Carmelitas desde 1908 e que foi doado à Universidade para que esta pudesse se instalar e ampliar (SCHERER, 2011).

Segundo Scherer (2011), esta universidade foi inicialmente considerada como Universidade Católica de São Paulo, sendo mantida pela Fundação São Paulo, recebendo, no ano seguinte, de Roma, através do Papa Pio XII, o título honorífico de Pontifícia, vinculando-a à Santa, internacionalizando-a e dando-lhe forte respaldo político e religioso. A universidade recebia fundos para sua organização através de doações de famílias tradicionais paulistas, industriais e esmolas conseguidas nas Igrejas, o que possibilitou que os cursos da FFCL de São Bento tivessem um baixo custo para os alunos, diminuindo seu caráter elitista. Com o golpe militar e as mudanças políticas implantadas no cenário nacional e interno da Igreja, iniciou-se uma nova fase de gerenciamento da Igreja sobre a Universidade, implantando gradativamente um distanciamento entre as duas no que tange à sua gerência.

A PUC-SP inaugurou, no Brasil, o sistema de Universidade com Faculdades incorporadas e agregadas, estas últimas correspondendo a uma vinculação acadêmica, porém administrativamente autônomas. A Faculdade Livre de São Bento, por exemplo, foi uma das incorporadas e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae, uma das agregadas, sendo esta última fundada em 1932 por freiras belgas Agostinianas e tendo os cursos frequentados somente por moças, em regime de internato. Posteriormente, em 1970, incorporou-se definitivamente à PUC-SP, doando as sedes da Rua Marquês de Paranaguá e Caio Prado, no bairro da Consolação, além de grande parte do acervo da biblioteca da época. No entanto, outras faculdades, como a Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) ou a faculdade Cásper Líbero, eram inicialmente agregadas, mas deixaram de ser após uma reforma universitária empreendida pela PUC-SP na década de 1960 (Scherer, 2011). Em vista dessas (des)agregações e (des)incorporações, os dados fornecidos pela Central de Ex-Alunos desta universidade são falhos em alguns anos ou períodos, prejudicando uma análise da amplitude de seus cursos.

Começando a análise da participação feminina na PUC-SP pelo curso de Engenharia Industrial, a tendência de fraca participação de mulheres verificada na Escola Politécnica da USP

também é percebida em relação aos formados pela PUC-SP. O curso teve início em 1946 e a primeira turma formada, em 1950, contava com a presença de uma estudante mulher. Durante toda esta década, o curso teve apenas mais uma formada, enquanto o total de formados foi de 75 alunos.

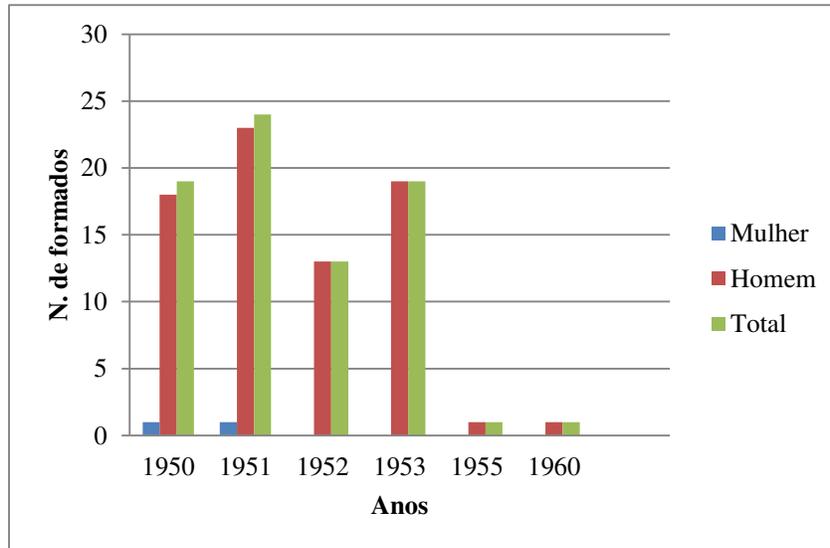


Gráfico 15 - Número de formados no curso de Engenharia Industrial da PUC-SP.

Na Faculdade de Direito nota-se gradual ampliação do número de estudantes femininas. Em 1950 foi registrada a presença de 2 estudantes formadas em contraposição a 78 estudantes masculinos formados, e, em 1954, o curso contou com 6 formadas, representando 10% do total de alunos formados naquele ano. A partir da segunda metade da década de 1950 foi verificada uma maior inserção feminina neste curso, com o número de formadas chegando a representar 31% do total de estudantes em 1960. No total dos anos 50, a presença feminina significou algo em torno de 13%, isto é, 108 estudantes do total de 844 formados por esta Faculdade.

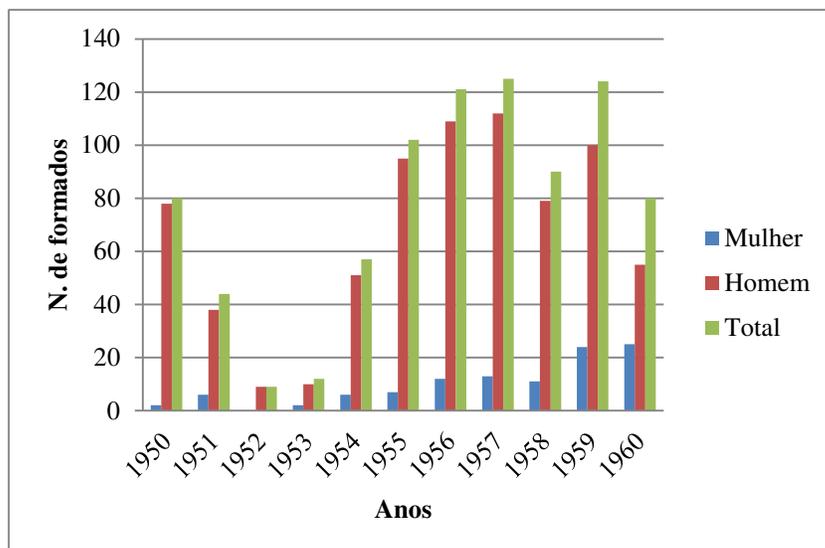


Gráfico 16 - Número de formados no curso de Direito da PUC-SP.

Na Faculdade de Geografia, que existia desde 1934 e foi agregada à PUC-SP no ato de sua formação em 1946, a preponderância feminina foi verificada. Ao longo da década de 1950 se formaram 67 alunas e 28 alunos, tendo a participação feminina significado 71% do total de estudantes. O aumento tanto da participação feminina quanto masculina na segunda metade desta década é facilmente verificado, mas o número de mulheres formadas ainda assim continua sendo superior ao de homens neste curso.

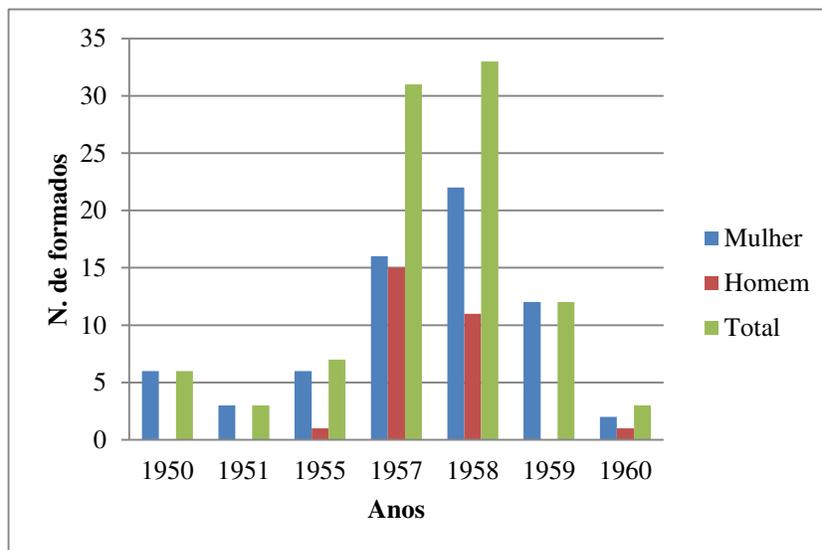


Gráfico 17 - Número de formados no curso de Geografia da PUC-SP¹⁵.

Outros cursos com grande participação feminina foram o de Letras e Pedagogia. No curso de Letras, o total de alunas formadas na década de 1950 foi de 165, representando 78% do total de estudantes desse curso. Os dados apresentados no gráfico seguinte incluem os cursos de Letras-Espanhol, Francês, Inglês e Português. Já o curso de Pedagogia apresentou uma participação feminina ainda maior, com cerca 90% dos estudantes formados, na década de 50, sendo mulheres. A participação masculina permaneceu baixa durante todos os anos, conforme o gráfico 19.

¹⁵ Os anos que não tiveram formados não foram apresentados no gráfico.

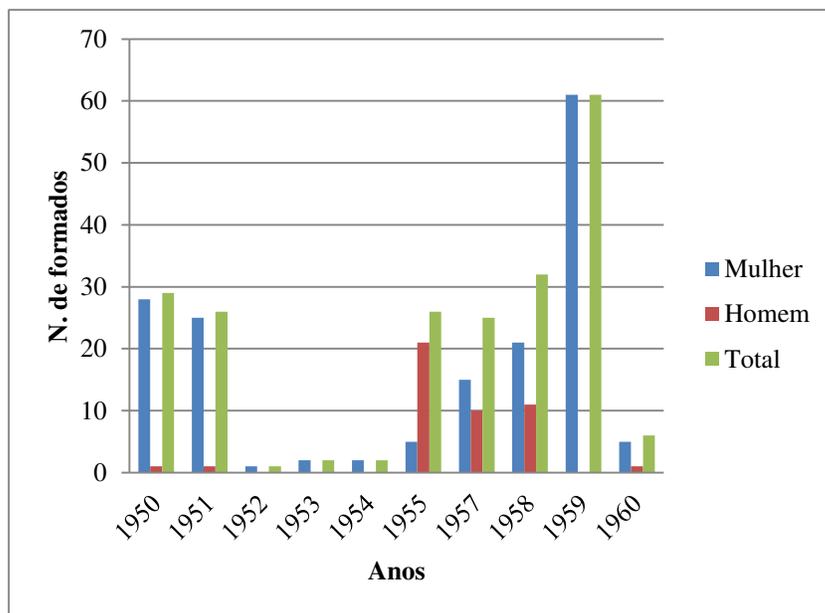


Gráfico 18 - Número de formados no curso de Letras da PUC-SP.

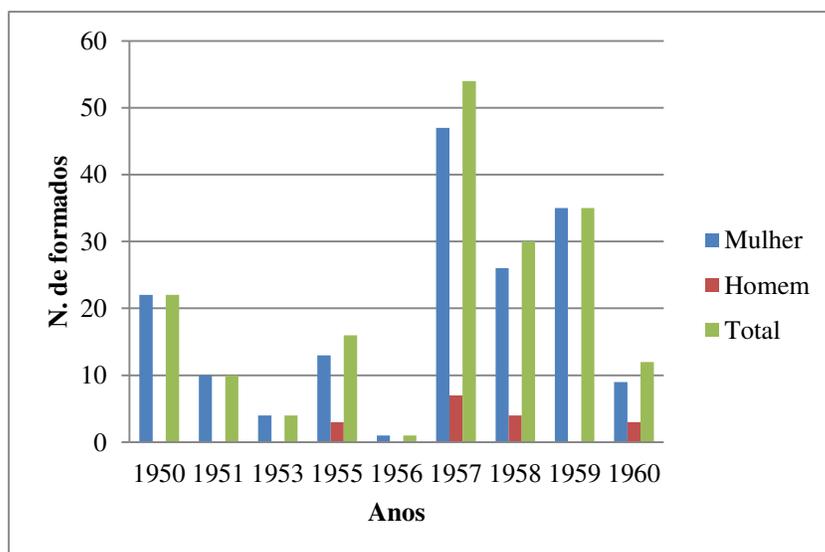


Gráfico 19 - Número de formados no curso de Pedagogia da PUC-SP.

A relevância de se atentar para estes dados é que o grau de instrução das mulheres apresentava uma elevada correlação com sua participação na força de trabalho, como já observaram Costa (1984) e Bruschini (1985). Verificaremos no próximo capítulo que quanto maior o grau de instrução, melhor as condições de trabalho, atividades exercidas e remuneração, principalmente no setor terciário. Ampliavam-se consideravelmente neste período ofertas de emprego para secretárias, balconistas e outras ocupações que requeriam certo nível de instrução, fossem de nível médio ou superior.

CAPÍTULO III – A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO

O desenvolvimento da industrialização brasileira reorganizou as estruturas do mercado de trabalho brasileiro e, principalmente, paulista. Dentro deste movimento, a participação feminina encontrou a expansão de postos de trabalho para sua inserção e também a melhora na qualidade destes, tanto pelas novas indústrias e serviços que se desenvolviam, como pela maior qualificação feminina em decorrência do aumento de seu grau de instrução. Na primeira seção deste capítulo apresentaremos características e conceitos que auxiliam na compreensão dos aspectos da participação feminina no mundo do trabalho. Na seção seguinte, serão apresentados aspectos do perfil social da mulher paulista entre os anos de 1940-1960, uma vez que a participação feminina no mercado de trabalho era fortemente influenciada por características como estado conjugal, idade, fecundidade e posição na família. Na terceira, analisaremos a participação feminina no mercado de trabalho urbano, não nos atendo ao setor agrícola, mas sim aos setores secundário e terciário. Desta maneira, pretendemos verificar as principais profissões em que as mulheres atuavam e a convergência ou não na direção que o processo de industrialização do estado seguia, os novos ramos que surgiam e a redefinição dos que já existiam.

3.1. A mulher e o mundo do trabalho

A maquinização da produção, ou seja, a passagem da manufatura para a grande indústria foi o momento de incorporação do trabalho feminino, em geral, à produção social, visto que a força motora necessária para a produção havia sido transferida do serviço braçal do trabalhador para a máquina, possibilitando a entrada de novos tipos de trabalhadores, mulheres e crianças, ao processo produtivo. Cecília Toledo (2008) destaca três aspectos sobre esse processo de incorporação da mão-de-obra feminina ao mundo do trabalho: o primeiro deles é o fato da mulher somente ser convocada para o trabalho fabril quando da entrada de máquinas que dispensavam a

força bruta, sendo, portanto, a mulher considerada força de trabalho inferior, ou mais frágil. A mão-de-obra feminina era contratada para aumentar o rendimento da máquina, fazendo baixar o nível salarial dos trabalhadores. No entanto, Toledo ressaltava que a mulher sempre fez trabalhos pesados antes do advento da grande indústria, fosse arando a terra, cuidando de animais, esfregando e limpando o chão, carregando filhos e alimentos, o que “demonstra que a ideologia de sua fragilidade é uma imposição cultural da sociedade burguesa, para servir às necessidades da grande indústria naquele momento” (TOLEDO, 2008, p. 40).

Outro aspecto foi a necessidade da entrada em massa de novos trabalhadores na indústria, não apenas porque as máquinas eliminaram a força muscular, mas também porque necessitava de maior número de trabalhadores para manter-se funcionando em tempo contínuo e rendendo maior lucratividade. Desta maneira, o capitalismo convocou o exército industrial de reserva, representado pela mulher (Toledo, 2008). O terceiro aspecto se refere à desqualificação da mão-de-obra, visto que a entrada da mulher no mercado de trabalho, transformando-a numa trabalhadora assalariada, foi fundamental para o processo que substituiu trabalhadores qualificados por não-qualificados (TOLEDO, 2008).

Dessa forma, o capitalismo usou a divisão sexual, a desigualdade de gêneros, para estimular a competição entre os trabalhadores e baixar o nível de salários. A mulher é sinônimo de trabalho barato. E, como lembra Marx, embora teoricamente o valor da força de trabalho seja, em média, o mesmo para todos os trabalhadores, na prática a força de trabalho pode ter diferentes valores de troca. Isto tem diversas causas, entre elas o maior treinamento, a idade e o sexo (TOLEDO, 2008, p. 41).

O conceito de divisão sexual do trabalho¹⁶, em geral, aborda a forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos, sendo modulada histórica e socialmente, tendo como características a designação prioritária do homem à esfera produtiva e das mulheres à

¹⁶ As bases teóricas deste conceito foram, primeiramente, elaboradas na França no início dos anos 1970, sob impulso do movimento feminista. Ver MATHIEU, N. *L'Anatomie politique: catégorisations et idéologies du sexe*. Paris: Côte-femmes, 1991; e DELPHY, C; KERGOAT, D. *Les Études et recherches féministes et sur les femmes en sociologie*. Colloque Femmes, Féminisme et Recherches. Toulouse: AFFER, 1984.

esfera reprodutiva e a apropriação pelos homens das funções de maior valor social agregado, como valores políticos, religiosos, militares etc. (HIRATA; KERGOAT, 2007)

Em grande parte das análises sobre as relações sociais dos sexos, entendidas como desiguais, hierarquizadas e antagônicas, de exploração e de opressão, entre duas categorias socialmente construídas, existe a predominância de um dos componentes dessas relações, seja o de superexploração econômica, seja o de opressão/dominação de sexo. A importância dada a uma dessas relações, geralmente, implica deixar a outra em segundo plano. No entanto, Hirata (2002) propõe ir mais longe, e para isto, parte da análise elaborada por Danièle Kergoat, que contextualiza as relações de classe e de sexo em termos de “coexistensividade¹⁷”, ou seja, em termos de sobreposição parcial de uma pela outra.

(...) a exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino são indissociáveis, sendo a esfera de exploração econômica – ou das relações de classe – aquela em que, simultaneamente, é exercido o poder dos homens sobre as mulheres (HIRATA, 2002, p. 277).

O conceito de “sujeito sexuado” inserido em uma rede de relações intersubjetivas faz com que o fator econômico perca sua preeminência nas análises marxistas das relações de dominação. Essa passagem do “primado do econômico e das relações de exploração para a afirmativa de uma ligação indissociável entre opressão sexual e exploração econômica que permite reconceitualizar o trabalho, dinamizá-lo, a partir da introdução de uma subjetividade efetiva, ao mesmo tempo ‘sexuada’ e de ‘classe’” (HIRATA, 2002, p.277). A partir desta abordagem teórica, Hirata e Kergoat indicam a relevância ao antagonismo, ao conflito, à idéia de movimento social sexuado.

¹⁷ Conceito de origem filosófica que Kergoat utiliza para pensar a imbricação das relações sociais de classe e de sexo. Ver KERGOAT, Danièle. Playdoyer pour une sociologie des rapports sociaux: de l’analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d’une nouvelle conceptualisation, In: *Le sexe du travail: structures familiales es système productif*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1984.

Esta conceitualização da divisão sexual do trabalho em termos de relação social baseia-se na idéia de uma relação antagônica entre homens e mulheres, em relações desiguais, hierarquizadas e assimétricas, sendo esse conceito um aspecto dentro da divisão social do trabalho. A divisão sexual do trabalho estabelece as relações sociais entre homens e mulheres como relações de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas (HIRATA, 2002).

Um fator de fundamental importância para a divisão sexual do trabalho é a discriminação que existe em relação à mulher na sociedade, e conseqüentemente, sua participação no mercado de trabalho. Discriminação construída ao longo da história e absorvida, ao que Cardoso afirma:

A opinião que as mulheres têm de si mesmas, de suas possibilidades e de seu lugar na sociedade é um dos fatores que as levam a enfrentar maiores dificuldades na vida profissional, onde vêm ocupar, quase sempre, lugares subalternos e mal remunerados (CARDOSO, 1980, p.11)

A palavra discriminação, de origem anglo-americana, significa o caráter infundado de uma distinção. Alice Barros indica que no plano internacional a discriminação compreende qualquer

(...) distinção, exclusão ou preferência fundada em raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional, origem social ou outra distinção, exclusão ou preferência específica pelo Estado-Membro interessado, qualquer que seja sua origem jurídica ou prática e que tenha por fim anular ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento no emprego ou profissão (art. 1º da Convenção n.111 de 1958 apud BARROS, 2010).

A discriminação, portanto, se dá por um tratamento diferenciado, comparativamente desfavorável, surgindo tanto por preconceito direto contra as mulheres, como pelo fato de sua contratação possibilitar a elevação dos custos operacionais da empresa em função de leis de tutela social. Certos comportamentos conservadores em relação à mulher na família e na vida social acabam por reforçar tal discriminação. Estes comportamentos se estendem também para a remuneração dos trabalhadores em relação ao trabalho executado (BARROS, 2010).

Além de medidas arbitrárias tomadas em relação ao trabalho feminino, a discriminação também se manifesta em relação à formação profissional, ao acesso das mulheres ao trabalho, à manutenção e condições de emprego, acentuando-se, principalmente, quando se trata de mulher casada, com responsabilidades familiares (BARROS, 2010). Em relação à formação profissional, vimos que no início da vida escolar já existia certa distinção nas disciplinas ministradas para meninas e meninos, que se estendia para o ensino secundário, prevendo-se certos tipos de formação para homens e outros para mulheres. A discriminação da mulher no mercado de trabalho, no ensino e em outros setores da sociedade criavam barreiras para sua atuação enquanto sujeito ativo na construção de sua história.

(...) não existe a “problemática da mulher”, mas uma problemática da sociedade contra a mulher, discriminando-a de forma ostensiva, colocando sob sua única responsabilidade as tarefas domésticas, a de socialização dos imaturos, forçando-a a decidir-se, nessa ambiguidade que se coloca, diante da necessidade econômica, a dividir-se entre três papéis, procurando uma ocupação na qual ela possa, além de conciliar todos os papéis, ser aceita, o que vai ocorrer, geralmente, no setor de serviços (CARDOSO, 1980, p.69).

Quanto à estrutura ocupacional entre os sexos, a autora distingue dois tipos de segregação no meio urbano, a horizontal e a vertical. A primeira se dá pela concentração feminina em profissões que guardam certa analogia com atividades exercidas no lar, como enfermeiras, professoras, secretárias, balconistas, cozinheiras, faxineiras, serventes, cabelereiras e costureiras. Essas profissões são, em geral, mal remuneradas, requerem baixa qualificação e, portanto, de pouco prestígio. A segregação vertical se refere aos postos de chefia e de direção, que envolvem poder de mando e são conferidas aos homens, inclusive em profissões em que a maioria dos trabalhadores é composta por mulheres, como no setor da educação. Essa é a maneira mais evidente da discriminação ocupacional e se dá por “obstáculos implícitos derivados de preconceitos psicológicos e estruturais constituem as chamadas ‘barreiras invisíveis’, que impedem o acesso de mulheres aos cargos diretivos, em todos os países” (BARROS, 2010, p. 72).

As principais justificativas dadas para situações de discriminação e segregação da mulher no mercado de trabalho se referiam à sua condição civil ou familiar e às leis de tutelas sociais e regulamentação trabalhista que estabeleciam direitos e restrições às trabalhadoras.

3.1.1. A evolução dos direitos trabalhistas da mulher

No Brasil, no início do século XX, o cenário de transformação política, econômica e social propiciou o surgimento de diversas manifestações e lutas dos trabalhadores, reivindicando melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas, com destaque para a participação feminina, com reivindicações tais como: redução da jornada de trabalho; salário igual para trabalho igual sem distinção de sexo, idade, nacionalidade ou estado civil; proibição do trabalho de mulheres em indústrias insalubres; proibição do trabalho noturno; assistência médica à gestante; licença para a gestante sem prejuízo de salário e do emprego. Essas reivindicações lograram frutos que, além de facilitarem a entrada, também protegeram a situação da mulher no mercado de trabalho.

O estado de São Paulo foi pioneiro na elaboração de leis de cunho protecionista à mulher. A primeira neste sentido foi a Lei nº. 1.596, de 29 de dezembro de 1917, que instituiu o Serviço Sanitário do Estado, proibindo o trabalho feminino em estabelecimentos industriais durante o último mês de gravidez e o no primeiro pós-parto. Em 1923, esta lei foi expandida para todo território nacional, por via do Decreto nº. 16.300, de 21 de dezembro de 1923. Este mesmo Decreto facultava às empregadas o direito à amamentação de seus filhos, embora não estabelecesse a duração dos intervalos, e previa a criação de creches ou salas de amamentação próximas às sedes dos estabelecimentos (CALIL, 2005).

O Código Civil Brasileiro entra em vigor em 1917 e não apresentou grande avanço em relação à emancipação feminina, pois considerava a mulher casada relativamente incapaz, atribuindo a ela o dever de obediência ao marido. Somente em agosto de 1962 esta situação foi parcialmente contornada e a mulher deixou de ser “relativamente incapaz” para tornar-se

colaboradora do marido, por meio do Estatuto da Mulher Casada, que, entre outras coisas, “expurga de nosso ordenamento a condição de relativamente incapaz da mulher casada, constante até então no Código Civil e repercutindo também na CLT, retira do marido o poder de autorizar o trabalho feminino” (CALIL, 2005, p.50). Porém, até 1988, a condição feminina ainda permanecia desonrosa juridicamente porque, ao casar-se, passava a ter um chefe, cuja vontade prevalecia sobre a sua. O art. 233 atribuía ao marido a chefia da sociedade conjugal e acrescentava que essa chefia seria exercida com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e filhos. Desta maneira, até esse momento, a mulher era, juridicamente, “um ser humano subordinado, destituído da plenitude de seus direitos civis, vez que lhe era recusado o elementar direito à igualdade dentro de sua própria família” (COUTINHO, 2004, p. 10).

Em âmbito internacional, a evolução jurídica feminina apresentou avanços mais rápidos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), no momento de sua criação, em 1919, estabeleceu as Convenções n.º.3 e n.º.4 que faziam referência à mulher trabalhadora. A primeira garantia foi a licença remunerada compulsória de seis semanas antes e depois do parto e intervalos de trinta minutos para amamentação, além de assegurar que a mãe recebesse do governo uma remuneração durante o período de licença; também proibia a dispensa da empregada durante o período de gravidez ou da licença compulsória. Apenas quinze anos depois, o governo brasileiro ratificou essa Convenção e a promulgou por meio do Decreto n.º. 423, de 12 de novembro de 1935. A Convenção n.º. 4 da OIT foi promulgada no Brasil por meio do Decreto n.º. 1.396, de 19 de janeiro de 1937. Nele se estabelecia proibido o trabalho noturno da mulher nas indústrias públicas ou privadas (CALIL, 2005).

Até 1934, as Constituições limitavam-se a afirmar, de forma geral, o princípio da igualdade de todos perante a lei. Com a nova Constituição, foi demonstrada uma maior preocupação com a situação jurídica da mulher, proibindo quaisquer privilégios ou distinções por motivo de sexo, além de preceituar sobre proteção ao trabalho da mulher e à maternidade. Esta Constituição referendou direitos trabalhistas que já vinham sendo paulatinamente garantidos em legislações infraconstitucionais. De acordo com Calil (2005), as normas de proteção ao trabalhador vinham reunidas em um capítulo referente à ordem social e econômica.

As principais resoluções a respeito do trabalho feminino se concentraram no artigo 121 (§§ 1º e 3º) da Constituição de 1934, que proibia a diferença salarial para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; proibia o trabalho da mulher e de menores de 18 anos em indústrias insalubres; previa assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta descanso antes e depois do parto; instituía a previdência a favor da velhice, invalidez e maternidade; serviços de amparo à maternidade e à infância, os referentes ao lar e ao trabalho feminino, assim como a fiscalização e a orientação respectivas, serão incumbidos de preferência a mulheres habilitadas (PIMENTEL, 1978).

Apesar desses avanços, a Constituição de 1937, outorgada pelo então Presidente Getúlio Vargas no momento de instituição do Estado Novo, negou tais melhorias suprimindo a referência expressa à igualdade jurídica de ambos os sexos e, segundo Pimentel (1978), retornando à fórmula genérica das constituições brasileiras promulgadas no século XIX. Foram omitidas as garantias de emprego à gestante, assim como também não expressava a isonomia salarial entre homens e mulheres. Diante desta omissão, foi publicado o Decreto-Lei nº. 2.548, de agosto de 1940, estabelecendo que as mulheres poderiam receber salários inferiores aos dos homens, autorizando uma redução de 10% no salário feminino (BARROS, 2010).

Sobre a legislação do trabalho, o art. 137 da Constituição de 1937 estabeleceu que esta deveria assegurar a proibição do trabalho a menores de 14 anos; trabalho noturno a menores de 16 e, em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e mulheres; garantia de assistência médica e higiênica ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta, sem prejuízo do salário, um período de repouso antes e depois do parto (PIMENTEL, 1978).

Na década de 1940, foi elaborada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, que apresentou a compilação de “todos os textos legais existentes sobre direito individual do trabalho, direito coletivo do trabalho e direito do processo do trabalho” (CALIL, 2005, p.38). Em relação aos direitos da mulher trabalhadora não houve inovação, sendo mantidas as normas que regulavam seu trabalho. Contudo, o artigo 389 definia como obrigação das empresas onde trabalhassem trinta mulheres ou mais, com idade superior a 16 anos, a manutenção de “local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar, sob vigilância e assistência, os seus filhos

no período de amamentação” (CARDOSO, 1980). Para Calil, nas entrelinhas dos artigos era possível notar certa preocupação com a proteção da mulher quanto à sua saúde, sua moral e sua capacidade reprodutiva. Além disso, a CLT privilegiou a isonomia salarial, então omitida na Carta de 37.

Na Constituição de 1946, período de redemocratização pós-Vargas, nota-se uma maior preocupação e proteção da mulher trabalhadora. O art. 157 estabeleceu que a legislação do trabalho e da previdência social obedeceriam os seguintes preceitos que visassem à melhoria da condição dos trabalhadores: proibição de diferença salarial para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; proibição de trabalho a menores de 14 anos; em indústrias insalubres, a mulheres e a menores de 18 anos; direito da gestante ao descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego nem do salário; previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte (PIMENTEL, 1978).

Sob a influência da Declaração Universal dos Direitos do Homem, foi elaborada a Constituição de 1967, que fixou expressamente o preceito que garantia a igualdade de todos perante a lei sem distinção de sexo. Segundo Pimentel, “a igualdade jurídica entre o homem e a mulher é, assim, afirmada como preceito constitucional. A esse princípio devem-se subordinar, sob pena de inconstitucionalidade, todas as leis e demais normas escritas ou costumeiras” (PIMENTEL, 1978, p. 17).

Além dos direitos garantidos pela Constituição de 1946, a nova legislação ainda previa a proibição de trabalho em indústrias insalubres a mulheres e menores de 18 anos, de trabalho noturno a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 12 anos e aposentadoria para a mulher, aos 30 anos de trabalho, com salário integral. A Emenda Constitucional 1, de 1969, art. 165, acrescentou a proibição de diferença salarial e critérios de admissão também por motivo de cor, além dos de sexo e estado civil; previdência social nos casos de doença, velhice, invalidez e morte, seguro-desemprego, seguro contra acidentes do trabalho e proteção da maternidade, mediante contribuição da União, empregador e empregado (PIMENTEL, 1978). No entanto, na prática, nem todos os direitos da mulher expressos na Constituição eram respeitados. Apesar da

legislação proibir a diferença salarial por motivo de sexo, estudos e estatísticas daquele período, e até mesmo as mais atuais, revelam que, na realidade, a mão-de-obra feminina recebia remuneração inferior à masculina.

Sobre o exercício de profissão lucrativa da mulher, os artigos 1º e 4º do Código Comercial estabeleciam que as mulheres casadas e maiores de 18 anos necessitavam de autorização dos maridos para poderem comerciar; até 1962, pelo Código Civil, elas também não poderiam exercer uma profissão sem autorização do mesmo. Todavia, a Lei 4.121 suprimiu esta restrição e o artigo 246 estabeleceu que “a mulher que exercer profissão lucrativa, distinta da do marido, terá direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e à sua defesa. Pode, também, dispor livremente do produto do seu trabalho, assim como dos bens com ele adquiridos”.

Pimentel ressalta que o texto original do Código Civil não fazia referência expressa à disposição dos bens auferidos com o produto do trabalho da mulher e que esta “livre disposição” possuía algumas restrições, pois a lei estabelecia que a disposição do produto do trabalho da mulher e de seus bens era livre, desde que a mulher colaborasse nos encargos da família, não vendesse ou prejudicasse os imóveis de seu domínio particular. Além disso, garantia que o produto do trabalho da mulher casada e os bens com ele adquirido não respondessem pelas dívidas do marido, exceto as contraídas em benefício da família (PIMENTEL, 1978).

Em suma, as Constituições de 1824 e 1891 não faziam qualquer referência aos direitos do trabalhador em geral, nem, conseqüentemente, aos direitos da mulher em relação ao trabalho. Foi a partir da Constituição de 1934 que passaram a legislar sobre este assunto, contendo preceitos que garantissem certos direitos específicos à mulher, proibindo o trabalho feminino em indústrias insalubres, dispondo sobre assistência à gestante e sobre descanso antes de depois do parto. Sobre a previdência a favor da maternidade, apenas em 1946 passou a ser feita a referência. Em relação à diferença salarial, apenas a Constituição de 1937 não proibia a diferença salarial quando se tratasse do mesmo trabalho. Em 1967 a Constituição passou a prever 30 anos, e não mais 35, o tempo de serviço necessário para a aposentadoria da mulher e que era proibida a discriminação por motivos de sexo em critérios de admissões.

As Constituições de 1934 e 1946 tinham aspirações mais democráticas e sociais, sendo, aliás, fruto de uma Assembleia Nacional Constituinte, apresentando avanço e preocupações em relação aos direitos da mulher. É inegável a evolução dos direitos do trabalhador, assim como os especificamente destinados à mulher trabalhadora. Apesar de estes direitos não significarem que, na prática, eles fossem completamente adotados. Nos grandes centros urbanos, notou-se, conforme aponta Saffioti (1978), que a aplicação de uma legislação trabalhista no início do processo de industrialização inibiu, de certa maneira, uma expressiva exploração do trabalhador.

3.2. Perfil da mulher paulista

Mais do que o homem, a possibilidade da participação da mulher na atividade produtiva é influenciada, em menor ou maior escala, por certas características como idade, estado civil, escolaridade, número de filhos, vida familiar, localização rural ou urbana, entre outras. Desta forma, a participação das mulheres nas atividades produtivas não se define apenas pelas condições do mercado ou pela estrutura do emprego, mas também por sua posição na família e pela classe social e raça a qual pertence. Cada etapa do seu ciclo de vida (filha, esposa ou mãe) corresponderá a determinadas necessidades e possibilidades de trabalho que, segundo as oportunidades oferecidas pelo mercado, definirão a situação da mulher em relação às atividades produtivas (BRUSCHINI e MADEIRA, 1983). Apenas tendo este movimento claro é que se pode entender a participação e movimento femininos em relação ao mercado de trabalho, sendo este entendido como parte integrante das estratégias familiares de sobrevivência, manutenção e ascensão social.

Uma questão importante a ser ressaltada é que o ingresso da mulher no mundo produtivo por si só não confere a ela liberdade, como defendiam correntes feministas nos países desenvolvidos. É necessário que as mulheres tomem consciência de seu lugar subalterno tanto na família quanto na sociedade e pressionem, se movimentem por uma mudança estrutural e

verdadeira. O ingresso na força de trabalho pode ser o primeiro passo, mas não é o caminho completo para a emancipação feminina.

A participação feminina em atividades econômicas, ou seja, sua resposta às demandas do mercado de trabalho, estava condicionada à posição que a mulher ocupava na unidade familiar e em qual posição na estrutura social esta família se encontrava. Caso a mulher fosse solteira, poderia mais facilmente desempenhar alguma atividade produtiva fora de seu lar, o que propiciaria a ampliação da renda familiar.

Se a mulher fosse casada e tivesse filhos pequenos, era muito provável que permanecesse no lar por sua presença ser mais necessária, principalmente se a renda familiar fosse suficiente para arcar com ajuda doméstica remunerada. Já nas famílias que apresentavam escassez de recursos, a mulher não teria alternativa senão adentrar o mercado de trabalho e improvisar uma maneira de cuidar das crianças, algumas vezes trabalhando em regime parcial de horas, ou deixando os filhos pequenos sob cuidados dos filhos maiores ou de algum parente. Uma alternativa frequente para famílias de baixa renda era as mães permanecerem em casa e os filhos mais velhos deixarem os estudos para ingressar mais cedo em uma ocupação (BRUSCHINI e MADEIRA, 1983).

Estes arranjos, portanto, variavam de acordo com a condição econômica de cada família, pois famílias com maior poder aquisitivo poderiam manter seus filhos mais tempo nas escolas e com a ajuda doméstica remunerada, possibilitar o trabalho feminino fora de casa. Já em outros casos poderia ser mais vantajoso para a família que a mãe se mantivesse em casa cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos. Fica claro, portanto, que aspectos individuais e familiares também exerceram grande influência na determinação do ingresso da mulher no mercado de trabalho.

O estado conjugal era um dos principais fatores que afetavam significativamente a participação da mulher no mercado de trabalho. Os censos analisados não apresentam o cruzamento da situação de emprego por estado civil, para que assim pudessem ser calculadas as taxas de atividades específicas com fundamento nesse critério. Com base em Costa (1984), a análise procederá segundo a hipótese de que se verifica no estado de São Paulo um

comportamento similar ao observado em países¹⁸ que possuem dados de *status* ocupacional por estado conjugal, em que solteiras apresentam maior taxa de participação no mercado de trabalho, seguidas por separadas/desquitadas/divorciadas¹⁹, viúvas e casadas, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta a distribuição percentual da população feminina por estado civil no estado de São Paulo:

Tabela 15 - Distribuição percentual da população feminina por estado civil, com 15 anos e mais, no estado de São Paulo²⁰

Anos	Solteiras	Casadas	Separadas, desquitadas ou divorciadas	Viúvas
1940	29,87	60,86	0,3	9,88
1950	28,8	60,28	1,9	9,02
1960	27,06	61,73	2,39	8,82

Fonte: IBGE, Censos Demográfico. Elaborado por Costa, 1984

Pode-se observar uma constância nas porcentagens de solteiras, aumento de quase 1% nas casadas e queda de 1% em relação às viúvas neste período. O maior aumento relativo ficou por

¹⁸ Ver OPPENHEIMER, V.K. *The female labor force in the United States*. Berkeley: University of California, 1970. Sobre a posição da mulher na sociedade moderna, as posições defendidas pelos positivistas expressam a condição da mulher na constituição da ordem moderna no Brasil.

¹⁹ Os Censos analisados apresentam os dados sobre mulheres separadas, desquitadas e divorciadas agrupados. A categoria divorciada se refere às estrangeiras.

²⁰ Foram considerados casamentos também as uniões consensuais. Os Censos de 1940 e 1950 não levantaram o número de uniões consensuais, e, o de 1950, o número de separações. Estes foram retrojetados, com base nos dados de 1960, e subtraídas as separações dos casamentos em 1950 e as uniões consensuais da população solteira, viúva, separada e de estado conjugal ignorado, proporcionalmente, para serem somadas à população casada, nos dois censos.

conta da categoria separadas/desquitadas/divorciadas que, embora a participação no total seja pequena, foi aumentando década a década e poderia ter parte na explicação do aumento das taxas de participação feminina no mercado de trabalho nas faixas centrais da distribuição etária no período estudado, visto que, após a separação, elas provavelmente retornem ao mercado de trabalho a fim de proverem a família.

Mesmo que se verifique no estado de São Paulo, como no exterior, uma baixa participação da mulher casada no mercado de trabalho, este aspecto tem um sentido diverso dos países mais desenvolvidos. Aqui, a falta de qualificação para atividades mais profissionais e baixo nível do salário pago a trabalhos manuais fazem com que não seja compensatório, nem econômica e nem socialmente, o envolvimento da mulher casada em atividades econômicas. As famílias de trabalhadores manuais, que são a maioria, têm mais a perder do que a ganhar com o trabalho da mãe fora de casa (COSTA, 1984).

Dentro desta perspectiva, a possibilidade de evitar que as mães de família ingressem na força de trabalho significa, efetivamente, poupá-las de uma atividade cansativa, desinteressante e mal remunerada. Indica simultaneamente o sucesso profissional do homem como provedor, que mantendo a esposa em casa, propicia à família uma vida mais cômoda, através da utilização do trabalho feminino nas tarefas domésticas. A manutenção da mulher no lar significa, idealmente, comida quente, roupa limpa, filhos bem tratados, mais lazer. O trabalho da mulher fora de casa aparece como sobrecarga que superpõe às tarefas domésticas e é frequentemente concebido como ‘ajuda’ excepcional que se presta ao marido em caso de necessidade (DURHAM, 1980 *apud* COSTA, 1984, p. 19).

A posição da mulher na família é outro fator relevante para a maior possibilidade ou não de sua inserção no mercado de trabalho. Nas tabelas 16 e 17²¹ são apresentadas a composição da população feminina no estado de São Paulo e a taxa de atividade feminina, ambas segundo a posição na família, respectivamente.

²¹ Os Censos de 1940 e 1950 não apresentaram estas informações, tornando inviável a comparação durante o período. No entanto, acreditamos que mesmo se referindo apenas ao ano de 1960, os dados apresentados nas tabelas podem contribuir para o entendimento da relação feminina entre posição na família e no mercado de trabalho.

Cabe ressaltar que o conceito censitário de família utilizado é muito mais abrangente do que o meramente legal. Inclui todas as pessoas que, vivendo sob um mesmo teto, contribuem para um mesmo orçamento e/ou dele tiram seu sustento. Estão, assim, incluídas as famílias nucleares de tipo consensual, os arranjos familiares sem núcleo conjugal e as “famílias” de uma pessoa só. São as seguintes as categorias de posição ou condição na família: chefes, que são as mulheres responsáveis pela família; esposas, as mulheres que vivem maritalmente com o chefe da família, existindo ou não vínculo matrimonial; filhas, considerando também filhas adotivas e enteadas; outras, que são outros parentes do sexo feminino, como mães, sogras, sobrinhas etc; e estranhas, que são mulheres sem relação de parentesco com o chefe da casa, tais como agregadas, pensionistas ou simplesmente empregadas domésticas que dormiam habitualmente na residência dos patrões.

Tabela 16 - Composição da população feminina por posição na família, no estado de São Paulo (%)

Posição na família	1960	1970
Chefes de família	4,65	6,51
Esposas	49,54	49,51
Filhas	31,6	33,18
Outras	10,67	7,28
Estranhas	3,54	3,52

Fonte: IBGE, Censo Demográfico

Tabela 17 - Taxa de atividade feminina segundo posição na família, no estado de São Paulo

Posição na família	1960
Chefes de família	37,59
Esposas	7,58
Filhas	27,58
Outras	17,9
Estranhas	75,19

Fonte: IBGE, Censo Demográfico

Observando-se as taxas entre as posições, nota-se que as mais altas são as referentes às mulheres estranhas à família. Esta participação é naturalmente mais elevada, pois se trata de mulheres que contam com uma estrutura de serviços na casa e não possuem tantas obrigações para com a família, como agregadas e pensionistas. Já as empregadas domésticas, que também estão incluídas nesta categoria, estão na família justamente para trabalhar e seu peso deve elevar a participação desse grupo.

Nas categorias com laço de parentesco, as mulheres chefes de família são as que se encontram com mais frequência no mercado de trabalho, e isto se dá, provavelmente, porque é sobre elas que cai a responsabilidade maior pelos outros membros da família.

A categoria “filhas” poderia ser considerada com participação baixa, visto que estariam livres e disponíveis para o trabalho fora de casa. No entanto, é preciso considerar que muitas delas podem ser casadas e cuidar de crianças, embora residam com os seus pais. Podem também ser jovens ainda em idade escolar, separadas ou viúvas em idade mais avançada, que voltaram ao lar dos pais após a perda do marido. Outro fator explicativo é que enquanto as filhas estão em idade escolar, as mães preferem que estas permaneçam em casa auxiliando nos afazeres domésticos, enquanto as próprias mães se lançam como domésticas ou operárias. O trabalho realizado em casa por estas jovens possibilita às mães a busca da complementação da renda familiar fora de casa. Estas tarefas domésticas realizadas pelas filhas não é levada em consideração pelo Censo.

Os outros membros da família apresentam menor participação, provavelmente em função da idade, posto ser a maioria delas mães, sogras ou tias idosas vivendo em casa de filhos, genros ou sobrinhos. Já as esposas, geralmente mães de família, são as que apresentam a menor taxa de participação. No entanto, neste caso, apenas sua função produtiva está sendo contabilizada. Caso se considerasse os afazeres domésticos por elas realizados, esta taxa de participação seria a mais elevada do grupo familiar. Deve-se, portanto, levar em consideração a questão do duplo papel feminino na produção social.

Outro fator de grande contribuição para a maior presença da mulher casada no mercado de trabalho é a queda da taxa de fecundidade²², conforme demonstrado na tabela 18 para os anos 1930 até 1970. Segundo Carvalho (1981), a queda da fecundidade no Brasil foi de 8% nos vinte anos compreendidos entre 1940 até 1960, passando para mais de 23% no final da década de 60. O estado de São Paulo foi uma das regiões que liderou este processo, apresentando uma queda, ao longo do período, de 27% na fecundidade total, sendo que 11% se deu entre os anos 1930 até 1950, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 18 - Taxas de fecundidade total no estado de São Paulo

Período	Taxas
1930 - 1940	5,6
1940 - 1950	5
1960 - 1970	4,1

Fonte: Carvalho, 1981 p. 54

²² Taxa de fecundidade total representa o número de nascidos vivos que teria uma mulher até o fim de seu período fértil, se mantivesse o comportamento reprodutivo indicado pelas taxas de fecundidade específicas por idade, observadas para uma data ou período.

É necessário deixar claro que o objetivo deste trabalho não é examinar os motivos da queda da taxa de fecundidade, mas sim constatá-la e tentar captar suas possíveis relações com o maior envolvimento feminino no mercado de trabalho, principalmente nas faixas de idades centrais, conforme apresentado anteriormente. As explicações de Carvalho (1981) propõem que fatores como o aumento da industrialização, urbanização, porcentagens de alunos nas escolas etc., contribuíram para a diminuição da fecundidade, como foi observado em países desenvolvidos; no Brasil, contudo, esta queda se registrou também entre populações que participavam apenas marginalmente deste processo. Portanto, não foi apenas o crescimento econômico em si que causou a queda da taxa de fecundidade, mas sim elementos mais associados ao tipo de crescimento econômico verificado no Brasil.

Do ponto de vista econômico, seriam “duas as principais causas da queda da taxa de fecundidade, uma estrutural, isto é, intensificação do processo de proletarização; e a outra cíclica, ou seja, queda no padrão de vida entre amplos os segmentos da população” (CARVALHO, 1981, p. 54).

A constatação da queda da taxa de fecundidade no estado de São Paulo no mesmo período em que há um aumento nas taxas de participação feminina no mercado de trabalho, principalmente nas idades centrais, e com base na correlação entre número de filhos e participação na mão-de-obra, conclui-se que a queda da taxa de fecundidade no estado teve relação com o maior envolvimento da mulher no mercado de trabalho.

A idade é outro fator condicionante da participação feminina no mercado de trabalho e será analisado com base na População Economicamente Ativa (PEA) do estado de São Paulo. Antes de serem demonstradas as taxas por idade, cabe ressaltar que, entre os anos 1940-1960, como destaca Costa (1984), a taxa média da PEA feminina do estado apresentou crescimento substancial anual médio de 2,61%, mas este crescimento foi inferior ao populacional no mesmo período, de 3,23% ao ano. Tal evento também se verificou na PEA masculina, que apresentou um crescimento médio de 2,58% ao ano, enquanto a população masculina cresceu 3,07%. Para

entender este comportamento, utilizaremos a taxa de participação²³ feminina e masculina apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 19 - Participação total no mercado de trabalho de pessoas com 10 anos e mais, por sexo, no estado de São Paulo.

Ano	Mulheres	Homens
1940	31,59	83,66
1950	25,5	82,18
1960	23,95	77,34

Fonte: Costa, 1984, p. 6

Conforme os dados apresentados na tabela 19, percebe-se a grande diferença entre os níveis de participação feminino e masculino, o que significa que durante todo este período a mulher continuou, de forma relativa, marginalizada economicamente. Outra constatação que pode ser feita é em relação à queda da taxa de participação tanto das mulheres, que passou de 31,59% para 23,95%, quanto dos homens, que caiu de 83,66 para 77,34. Esta queda na taxa da PEA provavelmente se deu devido aos movimentos de postergação da entrada e antecipação da saída, constatadas na tabela 20, onde são apresentadas as taxas de participação específicas por idade:

²³ Taxa de participação ou de atividade total é o quociente entre a PEA, em termos absolutos, e a população em idade de trabalhar, multiplicado por 100, isto é, a porcentagem da população habilitada, que está trabalhando.

Tabela 20 - Participação feminina no mercado de trabalho, por sexo e por idade, no estado de São Paulo

Idade	1940		1950		1960	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
10 - 14	35,69	31,06	20,09	30,65	16,24	19,18
15 - 19	71,7	90,78	46,11	83,65	46,77	68,53
20 - 24	34,45	96,97	34,58	94,2	30,36	96,89
25 - 29	27,1	99,58	24,63	96,9	28,17	92,44
30 - 34	20,04	97,76	22,95	97,04	22,58	97,19
35 - 39	15	98,15	19,18	97,45	19,48	97,65
40 - 44	15,93	98,05	19,02	96,58	19,49	96,29
45 - 49	14,9	97,72	17,39	95,29	17,63	94,03
50 - 54	13,81	93,76	15,52	92,17	14,36	89,4
55 - 59	11,77	87,48	13,38	87,52	11,49	82,85
60 - 64	11,51	87,84	11,59	78,08	9,27	69,42
65 - 69	9,49	76,93	9,4	67,21	6,68	56,5
70 +	6,94	57,85	7,44	42,84	3,61	31,72
Total	31,59	83,85	25,5	82,18	23,95	77,34

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Elaboração Costa, 1984.

Os dados dos Censos de 1940, 1950 e 1960 mostram significativa diferença na participação feminina e masculina da População Economicamente Ativa (PEA) por idade²⁴. Os gráficos 20 e 21 abaixo demonstram o resultado apresentado na tabela 20.

²⁴ As taxas de participação por idade medem a proporção da população, em determinada idade, que é economicamente ativa. A decomposição das taxas totais em taxas por idade ajudam a compreender as alterações no perfil etário da participação feminina durante o período.

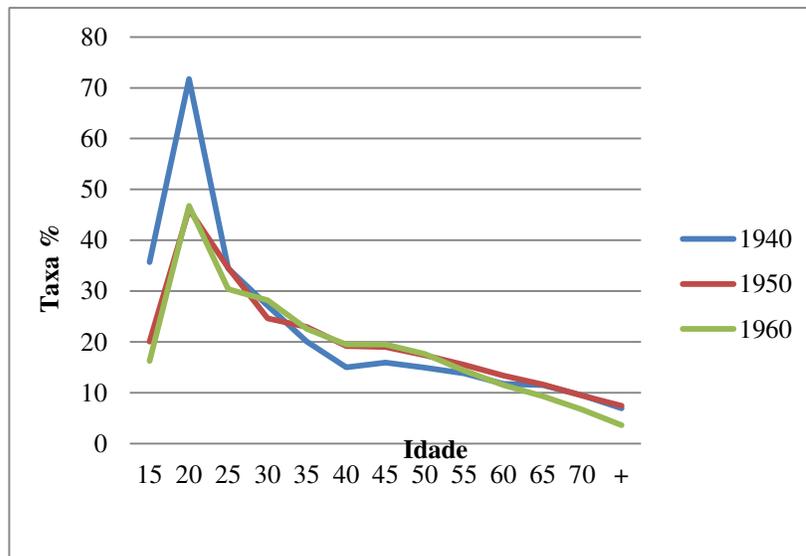


Gráfico 20 - Participação feminina no mercado de trabalho por idade, no estado de São Paulo.

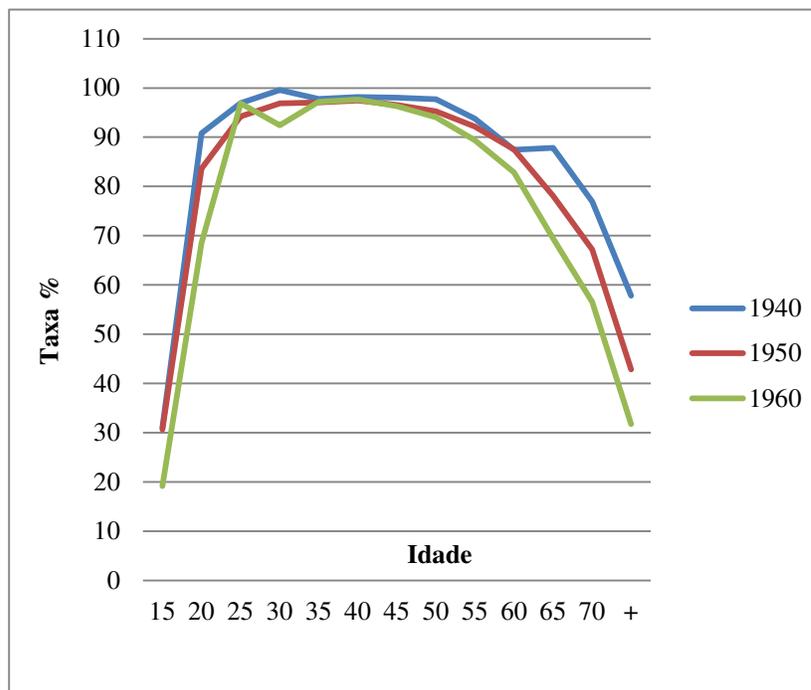


Gráfico 21 - Participação masculina no mercado de trabalho por idade, no estado de São Paulo.

A estrutura da participação feminina é a mesma ao longo dos anos, com a faixa entre os 15 e 19 anos apresentando as maiores taxas e a partir de então, um declínio das mesmas, conforme a idade avança. Esta queda se inicia a partir dos 20 anos, sugere possíveis efeitos do casamento e da maternidade, não havendo tendência de retorno da mulher às atividades econômicas após o nascimento dos filhos. A estrutura mais formalizada dos setores econômicos, com jornadas regulares de trabalho e nítida separação entre espaço familiar e produtivo, dificultava a conciliação entre as múltiplas atividades femininas, causando um declínio em suas taxas quando se acumulavam com as funções reprodutivas. Já a participação masculina cai apenas quando a idade avança e os homens se aproximam da idade da aposentadoria.

Nos pontos extremos da tabela, percebe-se também dois movimentos ao longo do período. Num primeiro momento, um decréscimo das taxas das primeiras e das últimas faixas de idade, tanto para homens quanto para as mulheres. Esta tendência de postergação da entrada da mulher no mercado de trabalho, através da diminuição da taxa entre as idades de 10 a 19 anos e com maior número de trabalhadoras a partir dos 20 anos, pode ser explicada pelo aumento do nível de escolaridade, conforme apresentamos no capítulo 2, o que faz com que as mulheres adiem sua entrada no mercado de trabalho para estudar e assim apresentar uma formação profissional mais completa e que ofereça melhores condições e oportunidades de trabalho. A taxa masculina também diminui entre estas idades, porém em uma proporção menor que a feminina.

A mesma tendência de queda do número de trabalhadores se verifica no extremo oposto da tabela, com a diminuição da taxa de participação nas idades mais avançadas. Este fenômeno foi corriqueiro em países que apresentaram aumento no índice de desenvolvimento econômico, visto que a população passou a ter uma maior abrangência de políticas de previdência, além de ter melhores condições econômicas que favoreceram o afastamento do mercado de trabalho mais cedo.

O segundo movimento foi um pequeno aumento da participação feminina nas faixas centrais dos 25 aos 55 anos, idade em que a mulher se encontra em seu período fértil, o que indica que as mulheres estavam começando a se envolver mais no mercado de trabalho, aumentando gradualmente a taxa de retorno após o casamento e a vinda dos filhos.

Apesar do aumento da participação feminina apresentar um leve crescimento nas faixas centrais ano após ano, ao longo da vida das mulheres a participação continuava sendo maior nas faixas iniciais, e seguiu declinando conforme o avanço da idade, por onde se pode perceber que o mercado parecia mais favorável para jovens e solteiras, o que não aconteceu com a participação masculina, que se manteve em altas taxas durante grande parte de sua vida, diminuindo apenas quando a idade da aposentadoria se aproximava. Esta constatação colabora para os argumentos já citados anteriormente, de que a participação da mulher no mercado de trabalho é significativamente mais afetada do que a participação masculina, devido à construção social de seu perfil.

Em suma, estado conjugal, posição na família, fecundidade e idade são alguns dos aspectos da construção social do perfil feminino que podem influenciar nas estratégias familiares e nas decisões das mulheres sobre seu ingresso, continuidade e saída do mercado de trabalho.

3.3. A participação feminina nos setores da economia paulista

A análise sobre a participação da mulher nos setores da economia do estado de São Paulo, entre 1940-1960, e sua posição dentro de alguns ramos será realizada tendo como base a metodologia elaborada por Madeira e Singer (1973) para analisar a presença feminina no mercado de trabalho nacional, conforme explicitado na Introdução deste trabalho.

Estes autores levantaram a questão de que as mudanças no processo de desenvolvimento econômico do país traziam a necessidade de trabalho especializado, tendendo a afastar os trabalhadores que não dispusessem de conhecimento profissional específico necessário à absorção de mão-de-obra no mercado de trabalho e, com isto, a mulher, também responsável pelo trabalho doméstico, ficaria marginalizada do processo. Desta maneira, ela conseguiria participar mais efetivamente desse mercado, apenas quando conseguisse conciliar atividades produtivas com as exercidas no âmbito doméstico (não-produtivas). No entanto, os autores não se valem de fatores como a discriminação social que atinge as mulheres, pois mesmo que a mulher possuísse

qualificação, se esforçando para aumentar seu conhecimento profissional específico, ainda assim era preterida em determinados setores, funções e em sua remuneração.

Também consideram que, em um país em desenvolvimento, a evolução do nível de participação feminina no mercado de trabalho percorria três fases: a primeira correspondendo ao período inicial do processo de industrialização, em que o número de trabalhadores no setor agrícola ainda era elevado e o número de empresas de manufaturas e comerciais permanecesse limitado à esfera doméstica, colaborando para que o nível de integração da mulher à força de trabalho fosse elevado. O segundo momento era caracterizado pela migração de pessoas do campo para os centros urbanos quando a produção deixava de ser dar no âmbito caseiro e de pequenos comércios se destinando à grande indústria, causando, assim, uma divisão clara entre as esferas produtivas e reprodutivas, colaborando para a queda da taxa de participação feminina em atividades produtivas, mas certo crescimento no setor de serviços. A terceira fase se dava com o avanço industrial dos anos 1950 em que a participação feminina no mercado de trabalho voltaria a crescer.

A partir dos dados computados para analisar a situação da mulher no mercado de trabalho do estado de São Paulo, é possível avaliar, primeiramente, um crescimento da força de trabalho paulista, que, no total dos setores, aumentou cerca de 40%, entre 1940 e 1960. O número de mulheres trabalhadoras apresentou um crescimento de 17%, enquanto a masculina foi de 45% também em relação ao total dos setores.

A tabela abaixo demonstra a evolução da participação feminina e masculina nos setores e subsetores, indicando o número absoluto e a porcentagem destes em relação ao total da força de trabalho de cada ano apresentado. Nota-se que, em todo o período, a presença feminina se deteve em maior número no setor Terciário, especialmente no de Serviços de Consumo Individuais, ficando sempre acima de 50%. Outro movimento possível de se constatar, *a priori*, foi a migração da força de trabalho feminina do setor Primário, declinando em metade o número de trabalhadoras, para o Secundário, que registrou aumento de cerca de 85% de trabalhadoras no período referido. Este comportamento seguiu a tendência do desenvolvimento desses setores na economia brasileira, que, conforme apontado no primeiro capítulo, apresentou queda na

participação no PIB do Setor Primário, elevando a participação do Setor Secundário devido às políticas de industrialização e o setor de serviços permanecendo em torno de 50% da participação no PIB.

As tabelas 21, 22 e 23 servirão de base para a análise dos setores Secundário e Terciário que será realizada nas seções seguintes:

Tabela 21 - Estrutura setorial e por sexo, da força de trabalho do estado de São Paulo (números absolutos e porcentagem).

Setores		1940		1950		1960	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
PRIMÁRIO	n. abs.	1.302.093	226.962	1.292.754	156.642	1.304.031	132.506
	%	53,5%	30,7%	41,7%	17,6%	37,0%	15,4%
SECUNDÁRIO I	n. abs.	365.802	85.434	675.333	170.464	901.259	191.246
	%	15,0%	11,5%	21,8%	19,1%	25,5%	22,2%
SECUNDÁRIO II	n. abs.	56.550	51.588	117.724	46.041	242.564	61.145
	%	2,3%	7,0%	3,8%	5,2%	6,9%	7,1%
SECUNDÁRIO I + II	n. abs.	422.352	137.022	793.057	216.505	1.143.823	252.391
	%	17,3%	18,5%	25,6%	24,3%	32,4%	29,3%
Serviços de Produção	n. abs.	319.965	17.829	451.659	36.050	687.478	71.178
	%	13,1%	2,4%	14,6%	4,0%	19,5%	8,3%
Serviços de Consumo Individual	n. abs.	259.521	324.022	337.150	397.217	91.218	255.174
	%	10,7%	43,8%	10,9%	44,5%	2,6%	29,6%
Serviços de Consumo Coletivo	n. abs.	130.975	33.997	224.791	85.378	300.901	150.772
	%	5,4%	4,6%	7,3%	9,6%	8,5%	17,5%
TERCIÁRIO	n. abs.	710.461	375.848	1.013.600	518.645	1.079.597	477.124
	%	29,2%	50,8%	32,7%	58,2%	30,6%	55,3%
TOTAL	n. abs.	2.434.906	739.832	3.099.411	891.792	3.527.451	862.021
	%	100,00%	100,00%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração própria.

Tabela 22 - Mudança percentual da força de trabalho, por sexo e setor, no estado de São Paulo.

Setores	1940/50		1950/60		1940/60	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
PRIMÁRIO	-0,7%	-31%	0,9%	-15%	0,1%	-41,6%
Secundário I	84,6%	99,5%	33,5%	12,2%	146,4%	123,9%
Secundário II	108,2%	-10,8%	106,0%	32,8%	328,9%	18,5%
SECUNDÁRIO I + II	87,8%	58,0%	44,2%	16,6%	170,8%	84,2%
Serviços de Produção	41,2%	102,2%	52,2%	97,4%	114,9%	299,2%
Serviços de Consumo Individual	29,9%	22,6%	-72,9%	-35,8%	-64,9%	-21,2%
Serviços de Consumo Coletivo	71,6%	151,1%	33,9%	76,6%	129,7%	343,5%
TERCIÁRIO	42,7%	38,0%	6,5%	-8,0%	52,0%	26,9%
TOTAL	27,3%	20,5%	13,8%	-3,3%	44,9%	16,5%

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Tabela 23 - Participação feminina no total da força de trabalho, por setor, no estado de São Paulo.

Setores	1940	1950	1960
PRIMÁRIO	14,84	10,81	9,22
Indústria de extração	1,92	1,86	2,14
Indústria de transformação	23,96	26,34	22,59
Indústria de construção	0,58	0,66	0,77
Gás e energia elétrica	2,10	25,21	5,24
<i>Secundário I</i>	<i>18,93</i>	<i>20,15</i>	<i>17,51</i>
Serviço de reparação de artigos			
- uso doméstico	1,47	0,72	0,92
- uso pessoal	61,52	63,82	54,34
<i>Secundário II</i>	<i>47,71</i>	<i>28,11</i>	<i>20,13</i>
SECUNDÁRIO I + II	24,50	21,45	18,08
Comércio de mercadorias e outros	6,58	9,68	12,51
Transporte, comunicação e armazém	3,18	4,02	4,06
<i>Serviços de produção</i>	<i>5,28</i>	<i>7,39</i>	<i>9,38</i>
Serviços pessoais	57,15	55,49	95,64
Profissionais liberais	27,86	16,67	19,16
<i>Serviços de consumo individual</i>	<i>55,53</i>	<i>54,09</i>	<i>73,67</i>
Serviços governamentais	21,46	10,58	13,32
Atividades sociais	19,44	34,70	42,09
<i>Serviços de consumo coletivo</i>	<i>20,61</i>	<i>27,53</i>	<i>33,38</i>
TERCIÁRIO	34,60	33,85	30,65
TOTAL	23,30	22,34	19,64

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

O desenvolvimento industrial verificado na década de 1950, elevando o nível de emprego nas áreas urbanas, trouxe consequências para o montante da força de trabalho. Apesar da mão-de-obra feminina ter apresentado um crescimento em números absolutos de mulheres empregadas nos setores secundários e terciários da economia paulista, não resultou em um aumento relativo, pois em 1940 a participação feminina no total da força de trabalho paulista correspondia a 23,3%, passando para 19,6% em 1960, isto porque o aumento relativo do número de homens empregados foi substancialmente maior. Desta maneira, como a economia paulista não conseguia absorver a totalidade da força de trabalho disponível, as mulheres eram fortemente marginalizadas, com justificativas em termos de concepções tradicionais do papel feminino.

3.3.1. Setor Secundário

Em São Paulo, em 1940, a maioria, cerca de 60% do total das mulheres ocupadas no setor Secundário se concentravam nas atividades industriais (Secundário I), se contrapondo aos dados referentes ao Brasil, em que a maior parte das mulheres (cerca de 55%) ocupadas nesse setor se dedicavam aos Serviços de Reparação (Secundário II). É provável que este cenário inverso entre o estado de São Paulo e o Brasil já refletisse o maior grau de industrialização e desenvolvimento econômico desse estado, principalmente devido à alta concentração de parte das indústrias têxteis, as quais apresentavam um elevado número de trabalhadoras em seu quadro geral de funcionários e concentravam a maior parte de trabalhadoras em relação às demais indústrias de transformação, conforme os dados da tabela 25. Cabe ressaltar que, em 1940, as mulheres representavam cerca de 20% do emprego total do subsetor Secundário I e 48% do subsetor Secundário II, conforme tabela 23, que demonstra o percentual da força de trabalho feminina em cada setor e subsetor da atividade econômica.

Os dados do Censo de 1950 demonstram que o número total de trabalhadores deste setor se elevou em relação a 1940, todavia estes novos postos foram ocupados predominantemente por homens. Apesar do número de trabalhadoras femininas ter aumentado no Secundário I – representando 20% da ocupação –, nos Serviços de Reparação este número declinou consideravelmente, passando de cerca de 48% em 1940, para 28% em 1950. Este fato também foi observado para o Brasil, pois conforme Madeira e Singer demonstraram, a participação feminina no Secundário II diminuiu cerca de 37%. A queda de tal participação pode ter-se dado em virtude de uma transferência de boa parte de costureiras, que antes trabalhavam por conta própria com serviços de reparação, para empregos na indústria têxtil, com confecção de roupas, visto que esta indústria praticamente dobrou o número de funcionárias nesses 10 anos (vide tabela 25).

Outro fator que pode ter contribuído para esta queda, segundo Madeira e Singer, foi o fato do Censo, a partir de 1950, “considerar como ocupação principal da mulher a atividade doméstica, desde que a pessoa declarasse exercer também esta atividade. Este viés atinge, naturalmente, mais as mulheres que trabalham por conta própria, pois elas combinam mais

frequentemente as atividades produtiva e doméstica” (MADEIRA; SINGER, 1973, p. 32). Em vista disto, os autores ressaltam que grande parte das mulheres que trabalhavam por conta própria nesta década não deve ter sido contabilizada como participando da força de trabalho pelo Censo desse ano. Esta observação pode ser feita, para o estado de São Paulo, na tabela 24, em que se verifica uma queda de 54% das mulheres “trabalhadoras por conta própria” no Secundário I, enquanto as ocupações masculinas apresentam queda de apenas 3%. Nas demais posições de ocupação, verificou-se elevação da participação feminina. Outro fator que pode ter colaborado para esta queda foi a mecanização de atividades de reparo exercidas pelas mulheres, que passaram a ser executadas por trabalhadoras com vínculos empregatícios nas fábricas de confecção.

Segundo os dados, é possível avaliar que, em outras funções, a mulher passou a se integrar ao processo produtivo em porcentagem equivalente ao homem. Sua participação do Secundário I como “empregados” aumentou em 104%, de 1940, para 1950, passando de 82.681 para 168.327, enquanto a dos homens aumentou cerca de 90%, de 314.643 para 849.256, e seguiu aumentando até 1960, porém em menor velocidade. Sendo este setor composto majoritariamente por indústrias e estes postos de trabalho sendo em período integral, pode-se constatar que parte das mulheres trabalhadoras dedicavam determinado período do dia às atividades produtivas fora de casa, não sendo mais considerada como trabalhadora doméstica que combina suas funções dentro de casa com sua atividade econômica. Não se pretende com isto desconsiderar uma provável dupla-jornada, com a mulher ainda executando as atividades de dona de casa, mas, sim, avaliar que esta deixa de ser sua atividade principal no dia, passando a ser o trabalho formal fora de casa.

Tabela 24 - Pessoas ocupadas no Secundário I por sexo e posição na ocupação no estado de São Paulo.

Posição na ocupação	1940			1950			1960		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Empregados	397.324	314.643	82.681	763.687	595.360	168.327	1.037.954	849.256	188.698
Empregadores	10.637	10.432	205	36.796	36.316	480	29.185	28.651	534
Por conta própria	35.389	34.371	1.018	33.746	33.280	466	20.966	19.802	1.164
Membros não remunerados	6.196	5.212	984	11.380	10.194	1.186	4.363	3.520	843
Sem declaração	1.690	1.144	546	188	183	5	37	30	7
Total	451.236	365.802	85.434	845.797	675.333	170.464	1.092.505	901.259	191.246
Em porcentagem									
Empregados	88,1	86,0	96,8	90,3	88,2	98,7	95,0	94,2	98,7
Empregadores	2,4	2,9	0,2	4,4	5,4	0,3	2,7	3,2	0,3
Por conta própria	7,8	9,4	1,2	4,0	4,9	0,3	1,9	2,2	0,6
Membros não remunerados	1,4	1,4	1,2	1,3	1,5	0,7	0,4	0,4	0,4
Sem declaração	0,4	0,3	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

No Censo de 1960 é registrado um crescimento do emprego industrial menor, sendo de 33,5% para os homens e 12,2% para as mulheres. É provável que esta diminuição no ritmo de crescimento tenha se dado em virtude da grande concentração de capital industrial, resultando em forte aumento da produtividade e fraca expansão do emprego. Com os dados da tabela 24 verifica-se que o número de homens trabalhando por conta própria diminuiu significativamente, passando de 33.280 para 19.802, e os “trabalhadores não remunerados” caindo de 10.194 para 3.520, entre os anos 1950 e 1960, respectivamente. Pode-se estimar que, por grande parte dos trabalhadores destas categorias ser composta por artesãos, houve uma substituição de postos de trabalho artesanais por fabris.

Voltando à participação feminina, seu aumento em números absolutos no Secundário I não resultou em um aumento percentual da presença feminina frente à masculina internamente ao setor. A indústria que concentrou maior número de postos de trabalho foi a Indústria de Transformação, com 78% do total do setor. Apesar do número de trabalhadoras ter se elevado de 84.390 em 1940, para 188.147 em 1960, a composição interna da força de trabalho por sexo se manteve em torno de 20% de mulheres e 80% de homens.

Considerando como subsetores as indústrias que integram o ramo de Transformação, tem-se que a Indústria Têxtil foi a que apresentou maior participação da força de trabalho feminina durante este período, permanecendo sempre acima de 50% de seu total. Em seguida encontra-se a Indústria de Vestuário, calçado e artigos de tocador, apresentando aumento da presença feminina de 27,8%, em 1940, para 43,5%, em 1960. A indústria têxtil, por utilizar técnica de fiação com lançadeiras, empregava grande número de mulheres como operadoras das máquinas de fiação. Segundo Hirata (2002), estas mulheres eram contratadas para os postos não-qualificados e rotineiros da produção. Com novas tecnologias implementadas no processo de produção, há uma diminuição da qualificação dos postos, permitindo certa “feminização” das tarefas anteriormente exercidas por homens.

Já a Indústria Metalúrgica e Mecânica, apesar de ter um percentual de trabalhadoras extremamente inferior ao de trabalhadores, apresentou um relevante aumento em números absolutos de mulheres ocupando postos de trabalho no seu interior, passando de 1.397, em 1940, para 13.513, em 1960, correspondendo a quase 10 vezes mais trabalhadoras, embora o percentual da força de trabalho feminina direcionada a estes setores continuasse dos mais baixos. A legislação trabalhista que previa a proibição do trabalho feminino noturno e insalubre diminuía as possibilidades femininas dentro destes setores.

Outros sub-setores que apresentaram grande elevação em números absolutos da presença feminina foram: Indústria de transformação de minérios não metálicos, Indústria da Construção e Indústrias editoriais e gráficas. Nesta última, o maior ingresso de trabalhadoras ocorre devido à mudança na tecnologia utilizada. Com a introdução de prensas automáticas, este trabalho se torna menos qualificado, além de exigir habilidade manual, rapidez e disciplina para trabalhos repetitivos, deixando de ser um trabalho exclusivamente masculino para se tornar também feminino. Apesar de mais mulheres ingressarem nestes postos de trabalho, a discriminação em relação ao trabalho feminino permanece, visto que este só passa a ser aceito quando da não necessidade de qualificação profissional.

Desta maneira, a “forma de desqualificação que é específica dessa indústria em que a mão-de-obra feminina acaba concentrando-se nos postos de trabalho desqualificados pela

automação” (HIRATA, 2002, p. 210). O modelo de industrialização paulista incorporou uma importante parte da força de trabalho feminino, que, embora não apresentasse qualificação técnica, podiam ser rapidamente treinadas para a execução de trabalhos fabris rotineiros.

Tabela 25 - Pessoas ocupadas no setor Indústria de transformação, por sexo, no estado de São Paulo.

Sub-setores*		1940		1950		1960	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Indústria metalúrgica e mecânica	n. abs.	55.948	1.397	83.261	6.344	161.600	13.513
	%	97,6%	2,4%	92,9%	7,1%	92,3%	7,7%
Indústria de transf. de minérios não metálicos	n. abs.	26.758	2.572	61.823	9.492	72.815	11.131
	%	91,2%	8,8%	86,7%	13,3%	86,7%	13,3%
Indústria de transf. de matérias primas de origem vegetal	n. abs.	45.202	2.953	80.419	9.056	89.363	8.532
	%	93,9%	6,1%	89,9%	10,1%	91,3%	8,7%
Indústria de transf. de matérias primas de origem animal	n. abs.	5.691	474	7.804	772	8.337	934
	%	92,3%	7,7%	91,0%	9,0%	89,9%	10,1%
Indústria químicas e farmacêuticas	n. abs.	10.100	3.758	24.079	10.389	49.899	14.157
	%	72,9%	27,1%	69,9%	30,1%	77,9%	22,1%
Indústrias têxteis	n. abs.	43.911	56.726	73.583	100.277	79.946	86.701
	%	43,6%	56,4%	42,3%	57,7%	48,0%	52,0%
Indústria do vestuário, calçado e artigos de toucador	n. abs.	16.869	6.508	20.078	12.776	36.843	28.327
	%	72,2%	27,8%	61,1%	38,9%	56,5%	43,5%
Indústria de produtos alimentares, bebidas e estimulantes	n. abs.	40.653	6.113	76.713	11.703	84.242	13.298
	%	86,9%	13,1%	86,8%	13,2%	86,4%	13,6%
Indústria da construção	n. abs.	64.853	376	159.633	1.056	206.294	1.594
	%	99,4%	0,6%	99,3%	0,7%	99,2%	0,8%
Indústria de produção e distribuição de eletricidade, gás e	n. abs.	10.836	232	12.304	481	12.032	665
	%	97,9%	2,1%	96,2%	3,8%	94,8%	5,2%
Indústrias editoriais gráficas	n. abs.	10.081	1.193	19.677	3.144	27.026	4.435
	%	89,4%	10,6%	86,2%	13,8%	85,9%	14,1%
Atividades industriais mistas, não compreendidas nas classes	n. abs.	12.578	2.696	12.314	4.147	34.507	7.119
	%	82,3%	17,7%	74,8%	25,2%	82,9%	17,1%
TOTAL		343.489	85.000	631.697	169.639	862.913	190.408
		80,2%	19,8%	78,8%	21,2%	81,9%	18,1%

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

*Todas as atividades profissionais incluem as atividades auxiliares

Outro fator que pode ter colaborado para o aumento do número de mulheres trabalhando no setor industrial pode ter sido, também, o aumento de funções burocráticas internas nessas indústrias, passando a força de trabalho feminina a se alocar em atividades administrativas, mais

do que em atividades diretamente produtivas. Isto porque, “(...) as tendências da mudança tecnológica na indústria tendem a acelerar o emprego de pessoal administrativo em proporção maior que o do pessoal ligado à produção” (MADEIRA e SINGER, 1973, p. 38).

Em suma, entre os anos 1940 e 1960, o número de mulheres ocupadas no Secundário I aumentou de 85.434 para 191.246, respectivamente, representando um aumento percentual de 124%, conforme tabela 22. Apesar de grande parte das trabalhadoras do setor secundário estavam alocadas em atividades que requeriam baixa qualificação, é válido considerar que as oportunidades criadas com o desenvolvimento industrial, principalmente as ligadas à administração e burocracia, ampliaram as possibilidades femininas de inserção no mercado de trabalho industrial. No entanto, a divisão sexual do trabalho verificada nos anos 1940, com a presença feminina no setor industrial se concentrando predominantemente nas indústrias têxteis e de vestuário continuou sendo verificada em 1960.

3.3.2. Setor Terciário

O setor Terciário apresentou certa elevação da participação feminina ao longo do período, passando de 50% em 1940, para 55% em 1960 a concentração da força de trabalho feminina total. No entanto, apenas os dados gerais não são suficientes para demonstrar a participação feminina neste setor. O principal movimento do trabalho feminino ocorreu nos subsetores do Terciário, isto é, nos Serviços de Produção, Serviços de Consumo Individual e Serviços de Consumo Coletivo. Sobre este setor, Madeira e Singer ponderam:

Embora seja bem nítida a capacidade de absorção de mão-de-obra feminina no Terciário, é difícil e controverso o sentido social e econômico deste fenômeno. Convém lembrar que o Terciário é um setor sumamente heterogêneo, que contém dentro de si atividades quase-industriais, como Transporte e as Comunicações e atividades pseudo-produtivas como os Serviços Domésticos remunerados (MADEIRA e SINGER, 1973, p. 40).

O subsetor que apresentou maior crescimento da participação feminina entre os anos 1940-60 foi o de Serviços de Consumo Coletivo, passando de cerca de 34.000 trabalhadoras para 150.772, representando, assim, um aumento de aproximadamente 345%, conforme tabela 22.

Em Serviços de Produção, o maior número de mulheres se concentrou nas atividades de intermediação (comércio de mercadorias, valores, imóveis etc.) com sua participação no setor subindo de 6,58% em 1940, para 12,5% em 1960. Em contrapartida, os serviços de Transporte e Comunicação, apesar de também apresentarem elevação da taxa feminina, ainda permaneceram com uma enorme concentração masculina nos postos de trabalho. Esta maior inserção feminina nas atividades intermediárias, principalmente as ligadas ao comércio, pode ter ocorrido devido a certa flexibilização nas horas de trabalho, visto que, conforme ressaltam Madeira e Singer, estas atividades eram constituídas, em grande medida, por pequenos estabelecimentos em que as mulheres podiam trabalhar conciliando a atividade produtiva com as tarefas domésticas.

Apesar de estas mulheres estarem majoritariamente inseridas como empregadas, representando 83% do total do setor e apresentando um crescimento de cerca de 370% entre 1940-60, o número de trabalhadoras por conta própria também cresceu significativamente, mais que triplicando nestes 20 anos. Um dos fatores que podem ter contribuído para esta ampliação foi a multiplicação de estabelecimentos comerciais em que o trabalho feminino como balconista predominava, além da expansão de atendentes em agências bancárias. No entanto, segundo Madeira e Singer (1973), é possível que estes números sejam maiores, visto que os Censos Demográficos tendem a subenumerar as mulheres que combinam atividades produtivas e domésticas, como já dito anteriormente.

Tabela 26 - Pessoas ocupadas nos Serviços de Produção por sexo e posição na ocupação.

Posição na ocupação	1940			1950			1960		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Empregados	221.707	207.819	13.888	328.795	298.303	30.492	454.653	403.308	51.345
Empregadores	13.200	12.920	280	37.100	36.138	962	28.700	27.868	832
Por conta própria	94.887	92.481	2.406	108.755	106.085	2.670	197.317	189.271	8.046
Membros não remunerados	6.639	5.672	967	12.735	10.815	1.920	6.119	4.728	1.391
Sem declaração	1.361	1.073	288	319	313	6	78.130	78.114	16
Total	337.794	319.965	17.829	487.704	451.654	36.050	764.919	703.289	61.630
Em porcentagem									
Empregados	66%	65%	78%	67%	66%	85%	59%	57%	83%
Empregadores	4%	4%	2%	8%	8%	3%	4%	4%	1%
Por conta própria	28%	29%	13%	22%	23%	7%	26%	27%	13%
Membros não remunerados	2%	2%	5%	3%	2%	5%	1%	1%	2%
Sem declaração	0%	0%	2%	0%	0%	0%	10%	11%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Os Serviços de Consumo Individual apresentaram, durante todo o período, predominância da mão-de-obra feminina em detrimento da masculina, principalmente em razão do elevado número de trabalhadoras domésticas remuneradas que constituíam a grande maioria das trabalhadoras ocupadas neste ramo. A participação feminina neste subsetor foi se elevando ao longo dos anos, passando de 55,53% em 1940, para 54,09% e 73,67%, em 1950 e 1960, respectivamente, conforme dados da tabela 23. Não entraremos aqui em uma análise mais detalhada do trabalho doméstico, visto que o foco deste trabalho é analisar o comportamento das mulheres das camadas médias da sociedade.

No entanto, cabe ainda ressaltar que o número de trabalhadores nesses Serviços Individuais declinou entre 1950-60, caindo de 337.150 homens e 397.217 mulheres, para 91.218 homens e 255.174 mulheres, respectivamente, conforme tabela 21. Estes valores resultaram numa queda da participação masculina de 64% e feminina de 21%, sendo o único setor que apresentou um decréscimo da taxa de participação da força de trabalho ao longo destes 20 anos.

Em relação aos Serviços de Consumo Coletivo, é preciso pontuar que, diante de maior industrialização pela qual percorria o estado de São Paulo, estes sofreram uma

(...) acentuada expansão, na medida que o desenvolvimento acarreta uma demanda crescente por serviços sociais, educacionais e de saúde, enquanto a complexidade e diversidade cada vez maiores das funções governamentais induz a expansão da administração pública. É preciso notar que, apesar do caráter “moderno” destes Serviços, a produtividade do trabalho neles não tem aumentado de modo significativo, de maneira que a sua expansão se reflete num aumento igualmente intenso do emprego” (MADEIRA e SINGER, 1973, p. 50).

Através dos dados das tabelas 21 e 22, é possível analisar o elevado aumento da força de trabalho em geral, mas com destaque para a feminina. Entre os anos de 1940-60 o aumento da participação de mulheres neste setor cresceu cerca de 350%, passando de 33.997, para 150.772, enquanto a dos homens ficou em torno de 130%, elevando de 130.975 para 300.901. A participação feminina na composição do setor se expande gradualmente, iniciando o período com 20,61% do total da força de trabalho dos Serviços Coletivos, passando para 27,5%, em 1950, chegando a 33,4% em 1960.

Muitos dos postos de trabalho desse setor se destacam do ponto de vista qualitativo por exigirem certo nível de qualificação e uma ruptura com as tarefas domésticas. Em geral, as mulheres nesse setor são professoras, enfermeiras, médicas, assistentes sociais e funcionárias burocráticas que exercem, de fato, uma atividade pretensa ou efetivamente produtiva, apesar de estas profissões, geralmente, apresentarem relação com as atividades exercidas dentro do lar.

A evolução do emprego feminino nos Serviços de Consumo Coletivo representa, portanto, a medida, se não a única a mais importante, da integração da mulher na atividade produtiva social com todas as suas consequências econômicas e sociais (MADEIRA e SINGER, 1973, p. 51).

Esta inserção feminina ao setor foi possibilitada, em grande parte, pelo aumento dos níveis de instrução que a mulher paulista, bem como a brasileira, tem alcançado nestes anos.

Os dados dos Censos referentes a tal perfil profissional mais qualificado apresentam certa dificuldade de análise devido a mudanças na metodologia na agregação das profissões. Desta maneira, fez-se um esforço no sentido de demonstrar as principais subcategorias e a participação

feminina nestas. Com tais dados, fica evidente o aumento do número destes profissionais no mercado de trabalho e, mais ainda, quando se observa o crescimento de profissionais mulheres.

O maior número de profissionais registrados pelos Censos esteve, durante todo o período, concentrado na área de Medicina, veterinária, odontologia e farmácia, com cerca de 21.500 trabalhadores, e as mulheres representando 24% do total. Em números absolutos, o maior contingente de profissionais femininas esteve alocado na área de Economia e Finanças com cerca de 11.000 trabalhadoras, ou seja, 21% da mão-de-obra deste setor era feminina, corroborando a constatação anterior da maior inserção feminina em atividades administrativas e burocráticas.

Tabela 27 - Pessoas ocupadas na categoria “profissionais liberais” no estado de São Paulo.

Sub-categorias	1940			1950			1960		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Advocacia	2.668	2.620	48	3.996	3.718	278	11.773	10.108	1.665
Engenharia, arquitetura, agronomia e química industrial	1.282	1.235	47	1.578	1.491	87	10.909	10.046	863
Medicina, veterinária, odontologia e farmácia	9.902	8.332	1.570	13.243	10.233	3.010	21.462	16.213	5.249
Ciências*	93	66	27	862	719	143	1.059	928	131
Artes	1.218	1.081	137	-	-	-	-	-	-
Letras e jornalismo	1.990	1.856	134	-	-	-	-	-	-
Economia e finanças	2.084	1.894	190	-	-	-	-	42.769	11.054

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. Elaboração própria

* Para o ano de 1960 o Censo apresentou nesta mesma subcategoria os dados de Letras e Artes.

A área de Engenharia foi outra que apresentou grande crescimento do número de profissionais entre os anos 1940-60. Segundo dados do Censo, em 1940, havia 1235 engenheiros e 47 engenheiras, saltando, em 1960, para 10.046 homens e 863 mulheres atuando nesta profissão, representando um aumento de cerca 810% e 1830%, de engenheiros e engenheiras, respectivamente. Desta maneira, se manteve nítida a segregação em áreas de atuação profissional, visto que apenas 8% do total de trabalhadores eram mulheres, seguindo a mesma tendência verificada em relação a presença feminina no ensino superior.

Informações fornecidas sobre o número de profissionais de engenharia registrados entre 1940-60 pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do estado de São Paulo (CREA-SP) demonstram que o número de mulheres nesta profissão continuou muito abaixo do número de homens durante todo o período. Conforme a tabela abaixo, na década de 1940 foram registrados como engenheiros 1626 homens e 9 mulheres, crescendo este número para 4281 e 38, respectivamente, na década de 1950.

Tabela 28 - Profissionais registrados na área de Engenharia no CREA-SP.

Ano	Homens	Mulheres	Ano	Homens	Mulheres
1940	84	0	1951	361	2
1941	58	0	1952	490	3
1942	60	1	1953	429	6
1943	94	0	1954	475	6
1944	81	1	1955	449	2
1945	113	1	1956	467	4
1946	158	0	1957	416	4
1947	313	0	1958	393	5
1948	250	2	1959	483	4
1949	415	4	1960	586	4
1950	318	2	TOTAL	6493	51

Fonte: CREA-SP - Sistema Confea/CREA. Elaboração própria.

Verifica-se, portanto, que áreas profissionais mais técnicas, como engenharia, continuaram não sendo alvo da preferência feminina, sendo o número de registradas profissionalmente bem abaixo do número de formadas nas faculdades de engenharia do estado. Segundo dados do Censo, em 1960, haviam 159 mulheres formadas nesta área. Além disto, na década de 1950, formaram-se 32 e 77 mulheres, na USP e na PUC-SP, respectivamente. Desta maneira, menos da metade das formadas em engenharia se destinavam ao mercado de trabalho.

A área de advocacia foi a que registrou o maior crescimento ao longo destes 20 anos. Em 1940, havia 48 mulheres trabalhando como advogadas, passando este número para 278 em 1950

e, em 1960, este número subiu para 1.665, representando um aumento de cerca de 3.500% durante estes vinte anos.

Os dados da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (OAB-SP), na tabela abaixo, indicam a quantidade de profissionais registradas neste conselho profissional entre os anos 1940-60. Nota-se um significativo aumento no número de advogadas que se registravam por ano, passando de uma ou duas no começo dos anos 1940, para 91 advogadas registradas em 1961, seguindo a tendência apresentada no capítulo dois, em que o número de formadas nas faculdades de Direito foi um dos que mais cresceram durante este período. Na década de 1940 houve 28 registros, passando para 179 na década seguinte. Apesar desse crescimento, o número de profissionais registradas na OAB-SP continuava sendo bastante inferior em relação ao número de estudantes formadas nas faculdades de Direito do estado de São Paulo, confirmando a tendência das mulheres retornarem à vida dedicada à família e ao lar após se casarem e terem filhos.

Tabela 29 - Advogadas inscritas na Ordem dos Advogados, seção estado de São Paulo.

Ano	Advogadas	Ano	Advogadas
1940	1	1951	8
1941	2	1952	11
1942	1	1953	10
1943	0	1954	16
1944	1	1955	14
1945	2	1956	26
1946	2	1957	34
1947	5	1958	23
1948	10	1959	28
1949	4	1960	91
1950	9		

Fonte: Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo. Elaboração própria.

Diante do exposto, constata-se um movimento de mudança do perfil feminino no mercado de trabalho. Com diversos obstáculos em relação ao desempenho de atividades produtivas por mulheres, como preconceitos ao trabalho feminino e exigência de tempo para atividades domésticas e familiares, muitas mulheres se ocupavam de atividades produtivas que pudessem conciliar com os cuidados do lar. Mesmo as formadas não ingressavam no mercado de trabalho para se dedicar à família e se tornar donas-de-casa. Todavia, pelos dados apresentados, é possível notar um movimento de mudança desta situação, com mulheres se inserindo tanto nos setores industriais quanto no de serviços cada vez mais. Além disto, grande parte destes novos postos de trabalho alcançados por estas mulheres exigem certo grau de qualificação e encontram nelas tal preparação profissional através da elevação de seu nível de instrução.

3.3.3. Rendimentos femininos

A constituição do capitalismo e concentração da esfera produtiva nos centros urbanos, separando o local das atividades produtivas das reprodutivas, contribuiu para o processo de destituição da mulher das atividades produtivas. Ao se direcionarem para o mercado de trabalho, elas eram constantemente tratadas como mão-de-obra inferior, recebendo remuneração mais baixa pelas atividades exercidas. Para Saffioti, a necessidade de marginalização de parte da mão-de-obra disponível pelo sistema capitalista com o objetivo de elevar a extração de mais-valia apropriada pelo empreendedor, era acrescida de mais dois fatores, também negativos, para a força de trabalho feminina em países de economia periférica:

O carreamento da mais-valia gerado nos países de economia dependente para os países altamente desenvolvidos e exportadores de capital inibe a elevação do ritmo de capitalização nos países em vias de desenvolvimento, impelindo os empreendedores nacionais a alterar a composição orgânica do capital de suas empresas em benefício do capital constante, reduzindo-se ao mínimo possível o capital variável. Por outro lado, o efeito-demonstração exercido pelo padrão de vida elevado dos trabalhadores dos países que integram o centro hegemônico do sistema capitalista internacional, induzindo os trabalhadores brasileiros a reivindicar maiores salários, tem limitado as possibilidades de apropriação de mais-valia absoluta gerada pelo produtor imediato, prática que permitiu a

rápida capitalização da economia nos países que primeiro se industrializaram (SAFFIOTI, 1978, p. 244).

Estes são fatores inerentes ao modo de produção capitalista, cuja marginalização da força de trabalho feminina contribuiu com a acumulação de capital. Tais fatores, assim como as justificativas relacionadas a conceitos tradicionais do papel da mulher na sociedade brasileira, colaboraram para a marginalização da força de trabalho feminina. Desta maneira, “à proporção, pois, que se refinam as técnicas de dominação do capital, mais sutilmente são as mulheres excluídas das ocupações remuneradas” (SAFFIOTI, 1978, p. 245).

O emprego de mulheres nos setores da atividade econômica no Brasil, sempre permitiu a apropriação de maior *quantum* de mais-valia, dada a discrepância entre os salários masculinos e femininos, qualquer que fosse o tipo e ramo de atividade. É fato, como veremos a seguir, que mulheres com maior qualificação recebiam salários maiores, porém, mesmo nestas atividades, com mesmo nível educacional, a média salarial masculina era superior à feminina.

Os dados fornecidos pelo Censo de 1960 sobre a remuneração recebida pela população do estado de São Paulo consideram como rendimentos todas as importâncias recebidas provenientes de salários, ordenados, honorários de profissionais liberais, retiradas de empresários de negócios, gratificações, comissões etc. Os anos de estudo correspondem aos níveis elementar, médio 1º ciclo, médio 2º ciclo e superior. Na categoria “17 anos” foram consideradas pessoas que tenham concluído cursos de ensino superior.

De maneira geral, do total das pessoas pesquisadas pelo Censo²⁵, 81% das mulheres não possuíam rendimentos, 4,5% se concentravam na menor faixa de renda, até Cr\$2.100,00, outros 3% recebiam entre Cr\$4.501,00 e Cr\$6.000,00 e outros 3,5% estavam na faixa entre Cr\$6.001,00 até Cr\$10.000,00, sendo que nesta faixa, a maioria das mulheres possuía mais de 9 anos de estudos. Fazendo a mesma observação para o sexo masculino, 24% dos homens não possuíam rendimento, cerca de 51% recebiam mais de Cr\$4.501,00, com 19% acima de Cr\$10.001,00. A

²⁵ O Apêndice C contém a tabela com a relação entre anos de estudo e rendimentos recebidos.

grande maioria dos homens, cerca de 70%, que recebia rendimentos até Cr\$10.000,00 possuía até 4 anos de estudos.

Analisando o rendimento recebido em relação aos anos de estudos, temos que mulheres com baixa escolaridade, até 3 anos de instrução, tinham renda de até Cr\$2001,00, mas cerca de 85% delas declararam não receber. Já os homens com a mesma escolaridade se concentravam na faixa de renda que se estendia entre Cr\$4501,00 e Cr\$10.000,00, e cerca de 32% do total não recebiam rendimentos. Com um ano a mais de estudos, os níveis salariais aumentavam, passando para cerca de 10% das mulheres recebendo entre Cr\$4501,00 e Cr\$10.000,00, mas 75% delas sem renda. O rendimento masculino com 4 anos de estudo sobe uma faixa salarial, com 47% dos homens recebendo entre Cr\$6.001,00 e Cr\$20.000,00 e 17% deles não possuindo rendimentos.

Atendo-nos à população com 12 anos de instrução, vemos que 33% das mulheres e 38% dos homens, ou seja, cerca de 40.000 e 47.000, respectivamente, recebiam rendimentos entre Cr\$10.001,00 e Cr\$20.000,00, contudo na faixa salarial superior, acima de Cr\$20.001,00, estavam apenas 2,6% das mulheres e 35% dos homens, ficando nítido que com o mesmo nível de instrução, as mulheres recebiam salários inferiores aos dos homens.

No nível de maior qualificação apurado pelo Censo, isto é, o ensino superior, cerca de 40% das mulheres e 92% dos homens tinham rendimentos acima de Cr\$10.001,00. Destes, 32% e 81% de mulheres e homens se encontravam na faixa acima de Cr\$20.001,00. Verifica-se, portanto, que quanto maior o nível de instrução feminina, maior sua participação e remuneração no mercado de trabalho. Conforme os anos de estudos aumentam, a porcentagem de mulheres que possuem algum tipo de remuneração, ou seja, estão presentes no mercado de trabalho, aumenta. Já para mulheres com baixa qualificação profissional, esta porcentagem fica acima de 80%.

Constata-se também que os maiores índices femininos sem rendimento estavam entre as mulheres com baixa qualificação, pois cerca de 83% das mulheres com até 8 anos de estudos declararam não receber rendimentos, nesta mesma faixa, 37% dos homens não recebiam rendimentos. Este índice apresenta queda, ficando em torno dos 42%, quando as mulheres

possuem maior qualificação, entre 15 a 17 anos de estudos. Já os homens, nesta mesma faixa de nível de instrução, cerca de 13% declararam não receber renda.

Em suma, uma melhor qualificação feminina acarretava condições de trabalho e rendimentos melhores, embora trabalhadores masculinos na mesma faixa salarial possuíssem um nível de instrução bem abaixo do feminino. Exigia-se, portanto, maior qualificação feminina para faixas salariais em que homens com baixa qualificação se concentravam.

Mudando agora o ponto de vista da análise dos rendimentos recebidos, em relação aos ramos de atividades, nota-se, de modo geral, que as trabalhadoras do setor secundário recebiam melhores salários do que as alocadas no setor terciário, conforme a tabela 30. A maioria das mulheres que trabalhavam em atividades industriais, cerca de 60% recebiam salários entre Cr\$4501,00 e Cr\$10.000,00. No Setor Terciário, este valor diminui e cerca de 53% das mulheres computavam rendimentos de até Cr\$4500,00, sendo que 30% correspondia à primeira faixa salarial, ou seja, recebiam remuneração de até Cr\$2.100,00 pelo trabalho realizado. Esta diferença salarial entre os setores se dava, principalmente, devido aos trabalhos domésticos mal remunerados do setor terciário.

Tabela 30 - Rendimento mensal das pessoas de 10 anos e mais, por sexo, segundo ramo de atividade, no estado de São Paulo, em 1960.

Salários em Cr\$		Agricultura, pecuária e silvicultura	Atividades extrativas	Atividades industriais	Comércio de mercadorias	Prestação de serviços	Transportes, comunicações e armazenagem	Atividades sociais	Administração pública	Outras atividades
Até 2100	H	4,0%	6,3%	2,4%	4,0%	5,8%	1,3%	2,4%	4,1%	2,3%
	M	0,7%	18,1%	6,0%	9,2%	44,5%	4,5%	4,0%	1,5%	5,2%
De 2101 a 3300	H	7,2%	13,4%	4,8%	4,2%	5,5%	2,7%	2,0%	1,2%	3,4%
	M	0,4%	16,7%	14,9%	10,4%	19,2%	4,2%	2,2%	1,5%	5,9%
De 3301 a 4500	H	5,6%	16,2%	4,7%	3,8%	5,6%	0,4%	2,4%	1,3%	2,9%
	M	0,2%	9,5%	8,0%	7,0%	11,4%	3,1%	2,5%	1,4%	4,9%
De 4501 a 6000	H	4,9%	29,4%	24,7%	15,4%	2,4%	17,7%	14,5%	9,3%	9,9%
	M	0,1%	15,1%	31,6%	23,1%	11,1%	22,0%	7,8%	6,3%	15,8%
De 6001 a 10000	H	22,7%	20,9%	34,9%	27,1%	41,4%	39,2%	28,2%	31,0%	21,6%
	M	3,7%	15,0%	29,8%	27,7%	6,6%	38,9%	23,5%	28,8%	31,2%
De 10001 a 20000	H	15,9%	7,5%	19,1%	27,3%	28,4%	31,0%	28,0%	34,4%	23,1%
	M	2,5%	6,7%	4,8%	2,0%	22,2%	45,2%	50,4%	17,5%	
De 20001 e mais	H	6,4%	1,9%	6,8%	13,8%	6,1%	5,1%	15,2%	16,4%	19,2%
	M	0,4%	0,0%	0,8%	3,0%	0,5%	2,3%	3,2%	6,8%	3,5%
Sem rendimentos	H	28,7%	2,1%	0,3%	1,2%	1,0%	0,2%	5,7%	0,0%	0,2%
	M	90,8%	13,8%	0,4%	2,8%	0,3%	0,1%	8,0%	0,0%	0,2%
Sem declaração	H	4,6%	2,3%	2,4%	3,2%	3,7%	2,3%	1,7%	2,3%	17,5%
	M	1,3%	5,1%	3,6%	4,8%	4,5%	2,7%	3,5%	3,4%	15,7%
Total	H	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	M	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

No entanto, o Setor Terciário era composto por atividades heterogêneas, tanto na qualificação de seus trabalhadores quanto na remuneração por eles recebidas. Quando são analisados os ramos de atividades, verifica-se que a maior concentração feminina em faixas salariais mais altas se dava em dois ramos do setor terciário: atividades sociais e administração pública. Nestes setores, a maioria das trabalhadoras, cerca de 70% e 80%, respectivamente, recebem salários entre Cr\$6.001,00 e Cr\$20.000,00, provavelmente por estas apresentarem maior qualificação profissional, como assistentes sociais, enfermeiras e trabalhadoras da burocracia pública. No entanto, o ramo Prestação de Serviços abaixa a média de renda das trabalhadoras do Setor Terciário, pois a maioria das mulheres neste ramo trabalhavam como empregadas domésticas, com 45% delas recebendo salário até Cr\$2.100,00 e cerca de 20% recebendo entre Cr\$2.001,00 até Cr\$3.300,00. A maior participação das mulheres no setor terciário não garantiu que, nas atividades pertencentes a este setor, se desse uma distribuição mais uniforme e igualitária da força de trabalho feminina pelas faixas salariais.

No Setor Secundário, as atividades industriais correspondiam às melhores remunerações femininas, com 61% das trabalhadoras compreendidas nas faixas salariais intermediárias,

recebendo entre Cr\$4.501,00 e Cr\$10.000,00. Entretanto, os homens, além de se concentrarem, em sua maioria, também nesta faixa salarial, se distribuíam principalmente entre as faixas superiores, enquanto a distribuição do restante das trabalhadoras permanecia nas faixas inferiores.

Em relação à Indústria de Transformação, a maioria dos trabalhadores se concentrava nas faixas salariais intermediárias. A concentração de trabalhadoras se dava nas indústrias têxteis e de vestuário, com cerca de 55% e 35%, respectivamente, recebendo salários entre Cr\$4.501,00 à Cr\$10.000,00. Na faixa superior, esta tendência se invertia, passando para 30% das trabalhadoras da indústria têxtil e 60% das do setor de vestuário, compreendendo a faixa salarial entre Cr\$10.001,00 e Cr\$20.000,00. Mesmo nessas indústrias, com a mão-de-obra feminina sendo predominante, os salários masculinos eram mais altos.

Tabela 31 - Rendimento mensal de pessoas com 10 anos e mais, por sexo, segundo grupo ocupacional da Indústria de Transformação, no estado de São Paulo, em 1960.

Salários em Cr\$		Total	Metalúrgica	Mecânica	Têxtil	Vestuário	Construção civil	Alimentação e de bebidas	Indústria gráfica
Até 2100	H	17.142	203	5.600	894	3.694	4.831	1.350	570
	M	14.148	4	102	2.148	11.154	131	433	176
De 2101 a 3300	H	28.423	499	7.953	3.320	3.890	10.292	1.511	958
	M	22.947	48	323	10.231	11.126	121	520	578
De 3301 a 4500	H	30.134	545	6.854	1.797	3.537	15.107	1.629	665
	M	13.161	19	179	5.935	6.383	104	206	335
De 4501 a 6000	H	153.939	5.001	33.155	15.622	13.576	73.885	9.488	3.212
	M	47.705	166	784	26.838	17.619	378	886	1.034
De 6001 a 10000	H	230.993	9.392	73.150	21.572	21.064	87.056	11.646	7.113
	M	42.230	104	974	24.203	15.040	346	601	962
De 10001 a 20000	H	124.851	3.820	62.260	7.937	12.019	28.563	4.111	6.141
	M	5.259	12	214	1.698	3.123	39	98	75
De 20001 e mais	H	14.394	433	8.520	499	1.542	2.410	287	703
	M	437	0	12	52	361	0	12	0
Sem rendimentos	H	1.527	16	578	14	208	483	191	37
	M	571	0	8	20	326	4	94	119
Sem declaração	H	15.637	566	4.947	1.053	1.836	5.966	794	475
	M	6.798	28	130	2.408	3.923	59	119	131
Total	H	617.040	20.475	203.017	52.708	61.366	228.593	31.007	19.874
	M	153.256	381	2.726	73.533	69.055	1.182	2.969	3.410

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Nas profissões técnicas, científicas e afins, ou seja, áreas que exigem maior grau de instrução e qualificação, os trabalhadores, em geral, possuíam maior rendimento em relação às demais áreas de atuação profissional. Neste ramo, a maioria das mulheres trabalhadoras, 57,5%, recebia rendimentos entre Cr\$10.001,00 e Cr\$20.000,00, enquanto os homens, 51%, recebiam acima de Cr\$20.001,00, conforme a tabela abaixo:

Tabela 32 - Rendimento mensal de pessoas com 10 anos e mais, por sexo, em atividades técnicas, científicas e afins, no estado de São Paulo, em 1960.

Salários em Cr\$		Total	Engenheiros, funções afins e auxiliares	Químicos, farmaceuticos e funções auxiliares	Médicos e dentistas	Cientistas, professores e funções auxiliares	Magistrandos, advogados, funções afins e auxiliares
Total	H	84.638	21.992	16.387	16.602	17.753	11.904
	M	70.295	554	5.140	1.119	62.671	811
Até 2100	H	478	46	333	16	60	23
	M	1.499	7	95	4	1.374	19
De 2101 a 3300	H	719	126	390	4	159	40
	M	1.482	19	397	4	1.047	15
De 3301 a 4500	H	687	126	330	56	141	34
	M	1.665	7	277	8	1.354	19
De 4501 a 6000	H	2.956	463	1.694	230	471	98
	M	4.280	60	1.121	22	3.029	48
De 6001 a 10000	H	8.969	1.700	4.417	413	1.968	471
	M	13.560	96	2.055	85	11.207	117
De 10001 a 20000	H	25.249	5.573	5.717	3.215	8.365	2.379
	M	40.402	194	792	363	38.769	284
De 20001 e mais	H	43.064	13.420	3.126	12.290	5.698	8.530
	M	3.394	140	179	565	2.248	262
Sem rendimentos	H	606	8	54	8	536	0
	M	1.392	0	35	0	1.353	4
Sem declaração	H	1.910	530	326	370	355	329
	M	2.621	31	189	68	2.290	43

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

Grande parte da força de trabalho feminina nas atividades técnicas e científicas, cerca de 90%, estava trabalhando como cientista e professor. Do total das trabalhadoras desta área, 62% se encontravam na faixa salarial entre Cr\$10.001,00 – Cr\$20.000,00. A área química, farmacêutica e afins, contava com 7% da presença feminina, e algo em torno de 40% delas com rendimentos entre Cr\$6.001,00 e Cr\$10.000,00.

A distribuição da força de trabalho masculina era mais homogeneizada, com 26% dos trabalhadores na área de engenharia, 15% trabalhando como magistrados ou advogados e as demais áreas com cerca de 20% de presença masculina cada. Apesar desta distribuição de trabalhadores mais igualitária do que a feminina, as profissões que conferiam aos homens as melhores remunerações eram nas áreas de engenharia e medicina, com 31% e 28% dos trabalhadores, respectivamente, recebendo salários acima de Cr\$20.000,00. Nas faixas inferiores, a concentração masculina se encontra na área química e farmacêutica.

Diante disto, mesmo o estado de São Paulo sendo o mais desenvolvido economicamente, neste período, a participação feminina em funções melhor remuneradas mostrava-se débil. Em todos os setores da economia paulista, em 1960, a grande maioria das mulheres ocupava os postos de trabalho pior remunerados. As funções com melhor remuneração, além de exigirem uma maior qualificação por parte do trabalhador, requeriam também dedicação e continuidade da vida profissional; as mulheres, de modo geral, além de estarem iniciando a busca por melhor qualificação profissional, ainda deveriam conciliar as atividades domésticas e de criação dos filhos, que lhes eram atribuídas, levando muitas trabalhadoras a abandonarem suas profissões após o casamento ou da maternidade, como verificado anteriormente. Desta maneira, a transitoriedade com que o trabalho feminino e a baixa perspectiva de uma carreira profissional, por parte das mulheres, contribuiu para que o trabalho feminino fosse pior remunerado em relação ao masculino.

A concepção do trabalho feminino como um trabalho subsidiário favorece a oferta e aceitação de salários mais baixos que os masculinos. A menor qualificação da força de trabalho feminina, quer entendida meramente em termos de qualificação técnica, quer compreendida como um conjunto de traços de personalidade voltada para a realização do êxito econômico, é grandemente responsável pelo fato de a mulher desempenhar as funções pior remuneradas (SAFFIOTI, 1978, p. 246)

Mais do que a precária qualificação técnica da força de trabalho feminina, a maneira pela qual tanto a mulher quanto a sociedade em geral encara o desempenho de ocupações remuneradas por parte de elementos femininos está na base dessa distribuição da mão-de-obra feminina na escala das atividades econômicas (SAFFIOTI, 1978, p. 250).

Segundo Saffioti, mesmo um país que se desenvolvesse autonomamente em moldes capitalistas, não significava que apresentaria capacidade de absorção de toda a força de trabalho potencial de sua população. A força de trabalho foi, paulatinamente, cedendo lugar à tecnologia, ou seja, diminuindo à medida que a produtividade se elevava através do emprego da maquinaria. Nos países de economia dependente, a fase de mais elevado nível de emprego tampouco ocorreu, de modo que não se deu a capitalização e distribuição da renda a setores da população, que mais tarde seriam marginalizados do setor produtivo. As máquinas que se tornaram obsoletas nos países desenvolvidos representavam interferências na manutenção do nível de emprego dos países periféricos, representando eliminação da força de trabalho de setores de atividades secundárias, não só por serem aptas a elevarem a produtividade do trabalho, assim como sua importação eliminava a possibilidade de expansão da indústria de equipamentos nacional. No entanto, não se pode deixar de considerar também que fatores culturais e de formação social colaboravam neste processo de marginalização da mulher no mercado de trabalho. Justificativas como fragilidade, menor disposição a áreas técnicas, maior destreza à atividades relacionadas ao ambiente familiar, estavam imbuídas de concepções socioculturais tradicionalistas, que eram incorporadas de maneira natural pela sociedade.

Os dados apresentados neste capítulo corroboram, desta maneira, os argumentos indicados anteriormente de que casamento e maternidade eram duas dos fatores que podem explicar o problema do preconceito que atinge a mulher casada e o próprio mercado de trabalho, além da falta de instrumentos de auxílio como creches e escolas especializadas, que possam atender às necessidades das mulheres que trabalham e, assim, facilitar seu retorno às atividades produtivas remuneradas, enquanto os filhos são pequenos. Além disso, quanto menor fosse a renda familiar, mais difícil se tornava a contratação de empregadas domésticas ou babás que substituíssem o trabalho da dona-de-casa enquanto esta permanecesse trabalhando fora. Mesmo após os filhos terem crescido, o retorno das mulheres ao mercado de trabalho era algo que praticamente não acontecia.

A legislação protetora do trabalho feminino era dada, também, como justificativa da preferência dos empresários pela mão-de-obra masculina em detrimento da feminina, alegando que a proteção à maternidade, limitações do trabalho noturno e horas extras, proibições de trabalhos insalubres etc., acarretariam um ônus para as empresas.

No entanto, na pesquisa realizada por Irede Cardoso (1980), os discursos dos empregadores a favor da contratação de mão-de-obra feminina também estavam imbuídos de discriminação dissimulada, visto que em geral atribuíam sua preferência pela mulher às suas menores exigências, melhor concentração no trabalho e apresentação pessoal. Devido a estes fatores, acabavam direcionando as mulheres a tarefas simples e repetitivas, mecânicas e sem importância na linha de montagem ou em áreas da produção em que os homens resistiam em trabalhar. A participação feminina em trabalhos de caixa ou administrativos se davam por sua “capacidade de concentração” e pela mulher ser mais “séria” para exercer este tipo de função (CARDOSO, 1980).

É possível, como explicado anteriormente, verificar que muitas variáveis exerciam influência decisiva no sentido de dificultar o ingresso da mulher no mercado de trabalho, como sexo, idade, estado civil, escolaridade. E, segundo Cardoso:

(...) a estrutura global, o desenvolvimento econômico e tecnológico, manipulam o trabalho extra-domiciliar feminino, na medida das necessidades do mercado. A mulher é conduzida a estudar e a ter aspirações, profissionalmente, conforme o estágio econômico do país onde reside. (...) na sociedade burguesa, o duplo papel econômico da mulher – o doméstico e o industrial – aparece ao nível da consciência social, através de uma ideologia que justifica e glorifica o primeiro deles e que apenas endossa o segundo. Não há uma nova ideologia do papel social da mulher, pois as condições materiais das relações de produção ainda se apoiam na exploração do trabalho doméstico (CARDOSO, 1980, p.67)

Esta ausência de uma nova ideologia direcionava a mulher a procurar por trabalhos em áreas consideradas tradicionalmente femininas, incorporando as normas sociais que a levava a considerar seu trabalho fora do lar como uma atividade passageira, secundária, com a função de apenas contribuir com a renda familiar. Além disso, quando exercia uma atividade produtiva, a mulher tendia a ter de se organizar de forma a também executar os trabalhos domésticos,

caracterizando assim uma dupla jornada, que poderia causar um desestímulo a exercer uma vida profissional. Além disto, dentre os valores sociais deste período, o fato de a mulher poder se dedicar ao trabalho doméstico e à vida familiar era fortemente valorizado. O trabalho feminino não era visto, por grande parte da sociedade, como algo emancipatório da mulher, mas como algo necessário nos arranjos familiares, uma estratégia familiar para a elevação da renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta dissertação foi apresentar um estudo sobre a mulher no processo de modernização da sociedade no período entre 1940-1960. Para tal finalidade, foram realizadas análises sobre o nível de instrução e presença feminina no mercado de trabalho paulista, aspectos fundamentais para um movimento em direção à emancipação da mulher. Procurou-se observar os efeitos das transformações econômicas e sociais sobre a concepção do papel feminino e suas formas de sociabilidade nas instituições sociais.

A partir das análises apresentadas, constatamos um movimento contraditório na sociedade paulista que incorreu em um processo de modernização induzido por maior desenvolvimento industrial e urbanização, propiciando ampliação da abrangência do sistema educacional, novo modo de vida e padrão de consumo, além de maior mobilidade social; apesar disso, o papel da mulher na sociedade paulista ainda permanecia, de modo geral, atrelado a concepções tradicionais do que era “ser” mulher, limitando seus campos de atuação enquanto sujeito histórico. A valorização do espaço doméstico implicava a valorização do papel feminino enquanto esposa, mãe e dona de casa, resultando de uma estratégia familiar sua ida ao mercado de trabalho ou permanência no âmbito doméstico.

Verificou-se que para alcançar uma formação de qualidade, além de enfrentarem barreiras de natureza econômica que dificultavam o acesso de homens e mulheres ao ensino superior, às mulheres ainda cabiam enfrentar obstáculos sociais de cunho discriminatório que quando não as impediam de ingressar em um curso superior, delimitavam as carreiras que fossem mais adequadas a elas. Do total das estudantes do curso de engenharia das duas principais universidades do estado de São Paulo, menos de 2% eram mulheres. A busca feminina por cursos do 3º grau se direcionava predominantemente para as áreas de Ciências Humanas, consideradas áreas “femininas”.

Desta maneira, a formação profissional da mulher era determinada por conceitos tradicionais que acabavam por impedir que ela escolhesse algumas das especializações existentes no mercado de trabalho; tal formação desempenharia um papel ambíguo, visto que não se constituiria em um meio efetivo para a colocação das mulheres de maneira igualitária aos homens no mercado de trabalho.

Verificou-se também que neste período houve importantes modificações na legislação brasileira, que manifestaram evolução em relação aos direitos da mulher com alguns recuos ao longo do caminho, mas, em geral, avançando em relação aos direitos trabalhistas femininos. Ademais, analisamos no presente trabalho as características do perfil da mulher paulista relacionadas ao estado civil, taxa de fecundidade, posição na família, além de situação econômica familiar, que exerciam forte influência sobre seu direcionamento ao mercado de trabalho. Pudemos constatar que, após o casamento e maternidade, as mulheres tendiam a não retornar às atividades produtivas. A estrutura mais formalizada do mercado de trabalho, com nítida separação entre espaço familiar e produtivo, dificultava a conciliação das atividades produtivas e reprodutivas por parte das mulheres.

A importância de analisar sua participação no mercado de trabalho se dá devido ao emprego ser considerado fator fundamental em direção à emancipação feminina, visto que a autonomia de uma pessoa é impossível se ela não possui rendimentos próprios. No entanto, dependendo das condições de sua entrada no mercado de trabalho pode não significar nem maior igualdade, nem maiores direitos, mas sim aumentar sua exploração, caso estas se incorporem em setores informais e precários, sendo alvo fácil de uma superexploração capitalista, além de arcarem com o trabalho doméstico.

Vários eram os fatores que dificultavam o ingresso da mulher no mercado de trabalho. Era necessário transpor a barreira de concepção conservadora de que o âmbito familiar era mais apropriado à presença feminina, além de fatores discriminatórios em relação à mulher enquanto força de trabalho. Como consequência, verificava-se uma divisão sexual do trabalho que restringia a liberdade de escolha profissional das mulheres, além de lhe conferir menor remuneração pelo mesmo serviço realizado. O emprego da mulher permitia maior extração de

mais-valia, dada as discrepâncias entre os salários masculinos e femininos. Isto porque o trabalho feminino era visto como subsidiário, determinando uma oferta e aceitação mais baixa do que a masculina. Os mecanismos de absorção da força de trabalho feminina operavam no sentido de torná-la um integrante do exército industrial de reserva.

O desenvolvimento industrial que se instalava contribuiu para a emergência de aspirações de grupos sociais de participar cada vez mais de um novo modo de vida urbanoindustrial e para a ampliação da oferta de mão-de-obra. Contudo, a capacidade de absorção da força de trabalho pelo setor produtivo estava abaixo de sua oferta. Desta maneira, a mão-de-obra feminina era preterida em relação à masculina em funções que exigissem qualificação.

É de grande valia que a mulher tenha mantido sua participação em números relativos, porém este ingresso feminino não foi suficiente para uma real mudança da situação da mulher no mercado de trabalho. Os dados apresentados permitiram inferir que se esboçava o começo de uma integração feminina por meio da instrução e do trabalho. À medida que a instrução aumentava, a qualidade da participação da mulher na sociedade melhorava, inclusive em cursos de ensino superior, que possibilitavam ampliação das atividades de atuação. Este aumento de sua instrução tornou possível o começo de um movimento da mulher paulista em direção a postos de trabalho que exigissem atividade intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, Ana de Miguel. *O feminismo de ontem e hoje*. Lisboa: Ela por Ela, 2002.
- ALVEZ, Branca Moreira. Feminismo e Marxismo. In: Konder, Leandro; Cerqueira Filho, Gisálio; Figueiredo, Eurico de Lima. (Orgs.) *Por que Marx?* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983
- ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. In: *Crítica Marxista: Dossiê Marxismo e feminismo*. n.11, São Paulo, Editora Boitempo, 2000.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- AURELIANO, Liana. *No limiar da industrialização*. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1999.
- BALTAR, Paulo Eduardo A. *O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90*. Campinas, SP: s.n., 2003 (tese de livre docência).
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 2a Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORI, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997
- BARROS, Alice Monteiro. Discriminação no emprego por motivo de sexo. In: RENAULT, Marcio Túlio Viana; CANTELLI, Paula Oliveira (Org). *Discriminação*. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2010.
- BLANCO, Esmeralda Luiz. *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890-1920)*. Petrópolis: Francisco Alves, 1982
- BLAY, Eva Alterman. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978.
- BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice. A mulher nos primeiros tempos da USP. In: *Ciência e Cultura/SBPC* v.36 n.12. 1984.
- BEISIEGEL, Celso Rui. Educação e sociedade no Brasil pós 1930. In: Fausto Boris. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira III. O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1984.
- BEISIEGEL, Celso Rui. Ação política e expansão da rede escolar. In: *Pesquisa e Planejamento*. São Paulo, v.8, 1964.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro – século XIX. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989.

BRUSCHINI, Cristina. *Mulher, casa e família* – Cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora Vértice, 1990.

BRUSCHINI, Cristina. *Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher*. São Paulo: Nobel: Conselho da Condição Feminina, 1985

BRUSCHINI, Cristina, MADEIRA, Felícia. A família, a estrutura social e as formas de participação na produção social. *Cadernos CERU*, São Paulo, n.18, maio, 1983.

CALIL, Lea Elisa. *Direito do trabalho da mulher: a questão da igualdade jurídica frente à desigualdade fática*. São Paulo: s.n. 2005. (tese doutorado)

CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1954.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: UNICAMP, IE, 1998.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930 – 1970*. 3ª ed. São Paulo: UNICAMP/IE, 1985.

CARDOSO, Iredé. *Mulher e trabalho: discriminações e barreiras no mercado de trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

CARVALHO, J.A.M. *Analysis of regional trends in fertility, mortality and migration in Brazil, 1940-1970*. London: University of London, 1973 (tese de doutorado).

CERDEIRA, Maria Bocado Cerdeira. *Ensino superior e a mulher: aspectos da presença feminina na Universidade de São Paulo nas décadas de 1930-1950*. 2001, 167f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

COSTA, Leticia; BRUSCHINI, Cristina (Orgs). *Rebeldia e submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Vértice, Fundação Carlos Chagas, 1989.

COSTA, Leticia. *Participação da mulher no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora do IPE – USP, 1984.

COUTINHO, Simone Andréa Barcelos. *Direitos da filha e direitos fundamentais da mulher*. Curitiba: Juruá, 2004.

COTT, Nancy. A mulher moderna. In: Theband, Françoise. *História das mulheres no Ocidente*. Vol.5: O século XX. São Paulo: Ebradil, 1991.

D'INCAO, Maria Angela. Mulher e família burguesa In: DEL PRIORI, Mary (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 1997

- DEL PRIORI, Mary. *A mulher na história do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1992.
- ELLIS Jr., Alfredo. *A evolução da economia paulista e suas causas*. São Paulo: Nacional, 1937.
- ENGELS, Federico. *El origen de la familia, la propiedad y el Estado*. Buenos Aires: Claridad, 1974.
- FANNY, Tabak. (Coord.) A mulher como objeto de estudo. In: *Série Estudos – PUC/RJ* n. 11, 1982.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 6ª ed. São Paulo: Editora Global, 2004.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GAIARSA, José Angelo. *Poder e prazer: o livro negro da família, do amor e do sexo*. São Paulo: Ágora, 1986
- HAHNER, June Edit. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981
- HARDING, Sandra. The instability of the analytical categories of feminist theory. *Signs*, Chicago, vol 11, 1986.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.132, set/dez, 2007.
- HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: SENAC, 2007.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JOBIM, José. *História das indústrias no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1941.
- JUNHO PENA, Maria Valéria. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Global, 1978.
- LEITE, R. *A operária metalúrgica*. São Paulo: Semente, 1982.
- LENIN, Vladimir I. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LORENZO, Helena Carvalho; Costa, Wilma Peres. (Org). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (Org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma e revolução*. Obras Escolhidas. Bogotá: Puma, 1979

MADEIRA, Felícia e SINGER, Paul. Estrutura do emprego e do trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. *Cadernos Cebrap*, 13, São Paulo: CEBRAP, 1973

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Por uma história da mulher*. Bauru, SP: Edusc, 2000

MATOS, Maria Izilda Santos de. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: SAMARA, E.M. (Org.) *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo: UNESP/Ed. Facamp, 2009.

MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio*. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

NEGRI, B. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880 – 1990)*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PATARRA, Neide Lopes. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós 1930 In: Fausto Boris. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira III*. O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1984.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PIMENTEL, Sívia. *Evolução dos direitos da mulher: norma, fato, valor*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1978.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REICH, William. *Materialismo dialético e psicanálise*. Madri: Siglo Veintiuno, s.d.

- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil: 1930-1973*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ROSEMBERG, Fulvia; PINTO, Regina; NEGRÃO, Esmeralda. *A educação da mulher no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher: um estudo das operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SCHERER, Odilo. *PUC-SP: 65 anos de história, tradição e vanguardismo, 1946-2011*. São Paulo: EDUC, 2011.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. SOS Corpo, 1991.
- SEVCENKO, Nicolau. República: da Belle Époque à Era do Rádio. In: *História da vida privada*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SIMONSEN, R. C. *A Evolução Industrial do Brasil*, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1939.
- SINGER, P. *Desenvolvimento Econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- SOIHET, Rachel. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital e industrialização no Brasil*. 3ª ed. Campinas: UNICAMP, IE, 1998.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao Capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- TELLES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2008.
- VILLELA, André. “Dos “anos dourados” de JK à Crise não resolvida (1956 – 1963)” In Giambiagi, A. (Org.) *Economia Brasileira Contemporânea (1945 – 2004)*. São Paulo: Campus, 2004.

WATERS, Mary-Alice. *Marxismo e feminismo*. México: Fontomara, 1977

WILLENS, Emílio. A estrutura da família brasileira. In: *Sociologia XVI*, São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, out.1954.

FONTES DOCUMENTAIS

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CREA-SP. Sistema Confea/CREA. São Paulo, 2012.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – FIBGE. Censo Demográfico de 1940: Estado de São Paulo. Série regional. Vol. XXV, tomo 1. Rio de Janeiro, 1941.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – FIBGE. Censo Demográfico de 1950: Estado de São Paulo. Série regional. Vol. XXV, tomo 1. Rio de Janeiro, 1954.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – FIBGE. Censo Demográfico de 1960: Estado de São Paulo. Série regional. Vol. I, tomo XIII. Rio de Janeiro, 1961.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – FIBGE. Censo Industrial e Comercial de 1940: Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 1941.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – FIBGE. Censo Industrial de 1950: Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 1954.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – FIBGE. Censo Industrial de 1960: Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 1961.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Seção do Estado de São Paulo: Departamento de informática. São Paulo, 2011.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Central de Ex-alunos: banco de dados de ex-alunos da PUC-SP. São Paulo, 2011.

**APÊNDICE A - Número de formados nos cursos da Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras da USP.**

Curso	Décadas	Mulher	Homem	Total	Participação feminina
Ciências Sociais	1930	19	16	35	54,3%
	1940	44	64	108	40,7%
	1950	53	44	97	54,6%
	1960	286	97	383	74,7%
Filosofia	1930	19	29	48	39,6%
	1940	24	61	85	28,2%
	1950	69	63	132	52,3%
	1960	79	68	147	53,7%
Física	1930	2	7	9	22,2%
	1940	10	28	38	26,3%
	1950	23	68	91	25,3%
	1960	89	361	450	19,8%
Geografia e História	1930	23	23	46	50,0%
	1940	139	69	208	66,8%
	1950	146	71	217	67,3%
	1960	4	4	8	50,0%
Geografia	1950	42	17	59	71,2%
	1960	164	117	281	58,4%
História	1950	25	15	40	62,5%
	1960	244	137	381	64,0%
História Natural	1930	2	9	11	18,2%
	1940	67	31	98	68,4%
	1950	122	64	186	65,6%
	1960	157	80	237	66,2%

Continuação na página seguinte.

Continuação da página anterior.

Curso	Décadas	Mulher	Homem	Total	Participação feminina
Letras - Total	1930	22	20	42	52,4%
	1940	329	164	493	66,7%
	1950	275	191	466	59,0%
	1960	142	70	212	67,0%
Letras Clássica	1930	11	10	21	52,4%
	1940	117	76	193	60,6%
	1950	44	68	112	39,3%
	1960	29	22	51	56,9%
Letras Anglo-Germânicas	1940	95	12	107	88,8%
	1950	187	55	242	77,3%
	1960	84	26	110	76,4%
Letras Neolatinas	1930	11	10	21	52,4%
	1940	117	76	193	60,6%
	1950	44	68	112	39,3%
	1960	29	22	51	56,9%
Matemática	1930	4	10	14	28,6%
	1940	42	49	91	46,2%
	1950	38	45	83	45,8%
	1960	123	110	233	52,8%
Pedagogia	1940	88	27	115	76,5%
	1950	189	53	242	78,1%
	1960	391	80	471	83,0%
Química	1930	1	14	15	6,7%
	1940	71	91	162	43,8%
	1950	50	43	93	53,8%
	1960	63	102	165	38,2%

Fonte: Cerdeira, 2001

APÊNDICE B - Número de formados nos cursos da PUC-SP.

Cursos	Anos	Mulher	Homem	Total	Participação feminina
Engenharia Industrial	1950	1	18	19	5,3%
	1951	1	23	24	4,2%
	1952	0	13	13	0,0%
	1953	0	19	19	0,0%
	1955	0	1	1	0,0%
	1960	0	1	1	0,0%
Direito	1950	2	78	80	2,5%
	1951	6	38	44	13,6%
	1952	0	9	9	0,0%
	1953	2	10	12	16,7%
	1954	6	51	57	10,5%
	1955	7	95	102	6,9%
	1956	12	109	121	9,9%
	1957	13	112	125	10,4%
	1958	11	79	90	12,2%
	1959	24	100	124	19,4%
	1960	25	55	80	31,3%
Geografia	1950	6	0	6	100,0%
	1951	3	0	3	100,0%
	1955	6	1	7	85,7%
	1957	16	15	31	51,6%
	1958	22	11	33	66,7%
	1959	12	0	12	100,0%
	1960	2	1	3	66,7%
Pedagogia	1950	22	0	22	100,0%
	1951	10	0	10	100,0%
	1953	4	0	4	100,0%
	1955	13	3	16	81,3%
	1956	1	0	1	100,0%
	1957	47	7	54	87,0%
	1958	26	4	30	86,7%
	1959	35	0	35	100,0%
	1960	9	3	12	75,0%

Continuação na página seguinte.

Continuação da página anterior.

Cursos	Anos	Mulher	Homem	Total	Participação feminina
Letras	1941	1	0	1	100,0%
	1943	1	0	1	100,0%
	1946	3	0	3	100,0%
	1947	1	0	1	100,0%
	1950	28	1	29	96,6%
	1951	25	1	26	96,2%
	1952	1	0	1	100,0%
	1953	2	0	2	100,0%
	1954	2	0	2	100,0%
	1955	5	21	26	19,2%
	1957	15	10	25	60,0%
	1958	21	11	32	65,6%
	1959	61	0	61	100,0%
	1960	5	1	6	83,3%

Fonte: Centro de Ex-Alunos da PUC-SP. Elaboração própria.

APÊNDICE C – Rendimento médio mensal segundo anos de estudo no estado de São Paulo em 1960.

Anos de estudo	Até 2100		De 2101 a 3300		De 3301 a 4500		De 4501 a 6000		De 6001 a 10000		De 10001 a 20000		De 20001 e mais		Sem rendimentos		Sem declaração	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1 ano	17.994	13.589	30.399	6.479	28.063	3.950	47.227	5.429	48.791	4.235	19.515	801	3.366	167	104.351	205.958	9.596	1.732
2 anos	31.049	27.380	54.256	13.616	50.062	7.343	93.586	12.249	105.286	9.125	43.188	1.466	6.072	259	191.955	415.703	16.488	3.471
3 anos	32.481	31.159	55.253	16.990	51.613	9.769	106.180	17.199	136.071	13.796	64.505	2.213	9.614	354	205.614	490.229	20.001	4.185
4 anos	45.436	55.132	63.330	47.056	59.338	29.606	177.877	66.251	334.550	72.510	276.608	20.356	63.131	2.917	229.538	942.001	48.394	15.577
5 anos	559	613	678	732	965	706	2.686	1.144	5.296	1.250	5.755	592	1.792	142	12.549	24.932	1.256	356
6 anos	2.321	973	2.665	830	1.874	618	3.869	1.219	6.279	1.416	4.800	633	1.548	111	44.104	49.156	842	248
7 anos	1.465	869	1.889	756	1.693	585	4.854	1.568	10.221	2.378	11.434	1.277	3.926	131	29.196	43.551	1.324	330
8 anos	813	586	1.312	537	1.142	448	3.939	1.260	8.150	2.203	10.496	1.367	4.495	207	21.549	33.075	945	237
9 anos	1.366	752	1.026	838	1.250	855	5.411	3.351	17.392	10.473	29.983	17.521	14.237	1.841	17.821	70.659	2.811	1.656
10 anos	443	292	523	264	770	328	2.556	1.024	8.124	3.049	23.883	6.090	28.139	2.161	9.733	49.762	2.858	1.260
11 anos	178	107	151	92	238	79	1.067	382	2.680	856	3.525	1.029	1.995	196	7.885	12.569	316	143
12 anos	475	1.254	451	931	568	1.259	3.382	3.510	14.807	13.950	46.833	39.893	42.371	3.125	10.799	52.041	3.503	2.874
13 anos	110	8	20	12	40	20	98	20	393	131	1.016	174	810	52	2.305	1.403	74	35
14 anos	136	12	15	8	23	32	91	24	395	138	1.111	291	1.021	54	2.180	1.295	143	52
15 anos	28	30	31	16	35	51	141	69	673	210	2.805	824	5.703	317	1.520	1.470	311	87
16 anos	76	11	38	28	104	69	232	147	1.050	580	6.423	2.544	14.556	1.525	3.559	3.824	829	249
17 anos	44	8	20	4	79	12	282	36	649	131	4.651	504	35.809	849	849	975	1.591	155
Anos de estudo não determinado	17	81	89	88	73	60	333	123	824	181	707	122	296	31	939	2.417	217	74
Sem instrução e sem declaração	96.990	76.352	176.914	39.240	148.556	21.590	206.926	24.596	186.403	16.879	65.037	3.737	11.724	811	227.440	1.350.720	70.011	19.125
Totais	231.981	209.208	389.060	128.517	346.486	77.380	660.737	139.601	888.034	153.491	622.275	101.434	250.605	15.250	1.123.886	3.751.740	181.510	51.846

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.